



Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre

Filiada à Associação Psicanalítica Internacional desde 1963 e
à Associação Brasileira de Psicanálise

Presidente

Gerson Isac Berlim

Secretário

Paulo Fernando B. Soares

Secretário Científico

Raul Hartke

Tesoureiro

Ruggero Levy

Conselheiros

Isaac Pechansky

Luiz Carlos Mabilde

Diretora do Instituto

Marlene Silveira Araujo

Secretário do Instituto

Sérgio Lewkowicz



ISSN 1413-4438

Revista de Psicanálise

da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre

Rua Gen. Andrade Neves, 14 conj. 802

90010-210 - Porto Alegre-RS

Tel/Fax: 051 3224-3340

E-mail: revista@sppa.org.br

Homepage: www.sppa.org.br

Volume IX - Nº 2 - Agosto - 2002

Editor

José Carlos Calich

Editores Associados

Executiva: Jussara S. Dal Zot • **Redação:** Paulo Henrique Favalli • **Seções Especiais e Entrevistas:** Viviane S. Mondrzak

Conselho Consultivo

Carlos Gari Faria - SPPA • Carmen Médici de Steiner - APU • Elias Mallet da Rocha Barros - SBPSP • Elizabeth T. de Bianchedi - APdeBA • Joel Nogueira - SPPA • Jorge L. Ahumada - APdeBA • Juan Francisco Jordán Moore - APCh • Julio Moreno - APdeBA • Leopold Nosek - SBPSP • Maria Olympia de A. F. França - SBPSP • Mauro Gus - SPPA • Ney Couto Marinho - SBPRJ • Norberto C. Marucco - APA • Paulo Fonseca - SPPA • Plínio Montagna - SBPSP • Raquel Zak de Goldstein - APA • Ricardo Bernardi - APU • Virgínia Ungar - APdeBA

Conselho de Revisores

Alírio Torres Dantas Junior - SPR • Arnaldo Chuster - SPRJ • Bruno Salésio da Silva Francisco - SPPel • Carlos Edson Duarte - SPRJ • Cláudio Laks Eizirik - SPPA • David Epelbaum Zimmerman - SPPA • Flávio Rotta Corrêa - SPPA • Germano Vollmer Filho - SPPA • Isaac Pechansky - SPPA • Juarez Guedes Cruz - SPPA • Luiz Carlos Mabilde - SPPA • Marlene Silveira Araujo - SPPA • Nilde J. Parada Franch - SBPSP • Paulo Fernando B. Soares - SPPA • Raul Hartke - SPPA • Roaldo Naumann Machado - SPPA • Roberto Gomes - SPPA • Roosevelt Moises S. Cassorla - SBPSP • Ruggero Levy - SPPA

Conselho Editorial

Anette Blaya Luz • César Luís de Souza Brito • Gisha Brodacz • Lucia Thaler • Luisa Maria R. Amaral • Magali Fischer • Matias Strassburger • Patrícia Fabrício Lago • Paulo Oscar Teitelbaum • Rose Eliane Starosta • Tula Bisol Brum

Secretária Executiva

Irma Ângela Manassero

Revisão

Clotilde Favalli

Capa

Arte: Lívia Amaral

Fotografia: Mário Grizoli

Composição

Luiz Cezar F. de Lima

Impressão

Gráfica Editora Pallotti



Figura da capa: fotografia da escultura de Sônia Ebling, *Doce Figura*, 1980, bronze. 0,42 x 0,64 x 0,63cm (Medalha de ouro na Bienal de Florença de 1999). Direitos de utilização da imagem gentilmente cedidos pela autora.

Produção gráfica: Livia Amaral
Fotografia: Mário Grizoli

Sônia Ebling:

Escultora, nascida em Taquara (RS) em 1926, presente em diversas exposições nacionais e internacionais: Salon de la Jeune Sculpture no Museu Rodin em 1961, 1963 e 1964, quando recebe o Prêmio Fundação Calouste Gulbenkian, Exposição Comparaisons, no Salon des Réalités Nouvelles, Galeria Debret (1966), e no Museu Galliera. Participou da I e III Bienais de São Paulo. Premiada no Salão Nacional de Arte Moderna (1952), Rio de Janeiro. Utiliza como tema central a figura feminina. Segundo Jacob Klintowitz (EBLING, Sônia. *Sônia Ebling: esculturas em bronze*. Texto de Jacob Klintowitz. São Paulo: Skulptura Galeria de Arte, 1988.): "*Ela quer significar a sensualidade da forma possível no metal pesado, a leveza do gesto num movimento de bronze, a curva feminina em franco contraste com a dureza do material*". Executou o relevo para o Palácio dos Arcos, do Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, e produziu peças de grandes proporções para várias empresas, museus e filiais do Banco do Brasil em Amsterdã, Santiago, Milão e Paris.

R 454 Revista de Psicanálise da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre /
Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre. – Vol. IX, nº 2 (ago., 2002)
– Porto Alegre: SPPA, 1993 –

Quadrimestral

ISSN 1413-4438

1. Psicanálise – Periódicos I. Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre.

CDU: 159.964.2 (05)
616.89.072.87 (05)

CDD: 616.891.7

Bibliotecária Responsável: Mônica Nodari Borges
CRB/10 - 900





Vol. IX - Nº 2 - Agosto/2002

S U M Á R I O

EDITORIAL
José Carlos Calich / 173

ARTIGOS

Uma leitura psicanalítica das ciências cognitivas: em direção a uma teoria explicativa da Relação

Antonio Imbasciati / 177

Esther Bick e a “Observação de Bebês”

Luciane Falcão / 203

O pêlo branco do urso polar e o trauma, ou as pulsões como diferentes tendências de interação com o meio

Eva Maria Migliavacca, Cláudia Maria Sodr e Vieira / 227

O ideal do ego e o superego: um estudo sobre a rela o entre os dois conceitos e suas implica es teórico-clínicas

Paulo Fonseca / 241

SE O ESPECIAL: MATTE-BLANCO

A no o de mundo interno: problemas e esperanças

Ignacio Matte-Blanco / 283

Espacialidade e mundo interno: em torno   contribui o de Ignacio Matte-Blanco

Jorge L. Ahumada / 299

Comentário ao capítulo “The notion of internal world”, de *Thinking, Feeling and Being*, de Ignacio Matte-Blanco

Juan Francisco Jordán / 307

CINEMA E PSICANÁLISE

Breve comentário psicanalítico sobre *Macbeth*

Cláudio Laks Eizirik / 315

Macbeth

Ruben George Oliven / 323

ENTREVISTA

Ronald Britton / 333



Atenção montador

a página **172** é branca





Editorial

A função específica de uma revista científica é divulgar o conhecimento de sua área de abrangência. Para isso, além de uma ampla captação e cuidadosa seleção de trabalhos, deverá ser adequadamente distribuída e valorizada pelo público a quem se destina. As duas primeiras metas, privilegiadas desde a criação de nossa *Revista*, foram e são fundamentais em sua estruturação. Estamos, porém, em um momento de ampliar nossas fronteiras.

Sua divulgação e distribuição têm sido feitas de modo artesanal e “doméstico”, contando com a criatividade e a boa vontade de colegas e colaboradores. Essa divulgação e distribuição profissional, ainda que tenham possíveis necessidades de investimentos financeiros, traz como retorno uma diversificação do público leitor, com uma valorização da *Revista*, de seus autores e da própria Sociedade, além de liberar a equipe para o extenso trabalho editorial que deve ser sua área de concentração.

No mesmo sentido, a indexação da *Revista* nos bancos de dados nacionais e internacionais contribui não só para sua divulgação, mas também para sua valorização. Tem sido ponto comum em inúmeros debates que envolvem a psicanálise contemporânea a necessidade desta poder relacionar-se com outras disciplinas, ter seus princípios compreendidos, discutidos e avaliados por pensadores de outras áreas, bem como a possibilidade de intercâmbio de pensadores de diferentes regiões, numa troca de experiências clínicas e construções teóricas. Isso só é possível se nossa publicação for bem recomendada e de fácil localização, o que nos dias atuais é alcançado pela referência dada através das instituições indexadoras.

Dentro destes princípios estamos promovendo algumas alterações que já podem ser percebidas pelo sumário, agora em português e inglês, pelos dados referentes à aceitação e aprovação dos manuscritos explicitados a cada final de trabalho e, para o próximo número, a introdução de palavras-chave (keywords) e resumos em espanhol, frente ao crescente relacionamento com os países vizinhos.

Completando a gama de mudanças realizadas, ao final desta edição estamos apresentando novas e atualizadas “Instruções aos Autores”, a fim de nos adequarmos às padronizações solicitadas para indexação além de, fundamentalmente, torná-las mais compatíveis com a realidade de nossos trabalhos e padrão editorial.

Paralelamente, estamos finalizando a contratação de um serviço de distribuição nacional visando torná-la disponível ao público em geral em livrarias especializadas, além de estarmos procurando facilitar as assinaturas via internet.

Em conjunto com a Comissão da Homepage da SPPA, que remodelou e atualizou o site da Sociedade, estamos com nossa página mais completa, atraente e atua-





José Carlos Calich

lizada. Nessa, além dos resumos dos artigos publicados, manteremos uma das entrevistas realizadas pela equipe da *Revista* publicada na íntegra e que será periodicamente renovada. No momento, a entrevista é a de André Green, realizada em 1994.

No conteúdo deste número, ainda com a finalidade de divulgar nossa prolongada, porém pouco conhecida produção científica, prosseguimos com a publicação de versões resumidas, eventualmente atualizadas, de alguns trabalhos para membro efetivo de nossa Sociedade, com o texto “O ideal do ego e o superego: um estudo sobre a relação entre os dois conceitos e suas implicações teórico-clínicas”, do colega Paulo Fonseca.

Outros interessantes artigos iniciam nosso número, o primeiro deles de nosso já habitual colaborador Antonio Imbasciati, que apresenta uma original e esclarecedora aproximação das ciências cognitivas com a psicanálise. Luciane Falcão apresenta o pensamento e aspectos da vida de Esther Bick, alguns de conhecimento público muito recente, e Eva Maria Migliavacca, juntamente com Cláudia Maria Sodré Vieira, discute a relação entre o objeto externo e as pulsões.

Na continuação de nossa Seção sobre Matte-Blanco, temos um artigo do próprio autor: “A noção de mundo interno: problemas e esperanças”, publicado originalmente pela New Library of Psychoanalysis no livro *Thinking, feeling and being*”, a quem agradecemos a gentileza da permissão para tradução e publicação. Trata-se da primeira tradução ao português de capítulo desse livro, central para a compreensão das idéias do pensador chileno. Os colegas Jorge Ahumada e Juan Francisco Jordan Moore, profundos conhecedores do pensamento de Matte-Blanco, comentam este artigo, situando-o nas idéias do autor e no contexto psicanalítico geral.

Na Seção Cinema e Psicanálise o último debate da série “Freud, Shakespeare e o Cinema”, com as consistentes participações do Professor Ruben George Oliven e Cláudio Laks Eizirik sobre o filme *Macbeth*.

Encerra o número a entrevista de Ronald Britton, da Sociedade Britânica de Psicanálise, realizada durante sua visita à SPPA, em 20.04.1998, na qual temas cotidianos, aparentemente corriqueiros, portanto úteis a todos, são abordados de forma clara e lúcida.

Retomando, ao finalizar, a ampla questão da divulgação e inter-relacionamento com outras áreas do saber, temos a grata satisfação de anunciar a realização do V Ciclo de Debates da *Revista de Psicanálise* da SPPA, no ambiente e contexto da 48ª Feira do Livro de Porto Alegre, com mesas que abordarão a obra de Machado de Assis e de Jorge Luis Borges.

Boa leitura a todos,

José Carlos Calich

Editor da *Revista de Psicanálise* da SPPA





Artigos





Atenção montador
a página **176** é branca





Uma leitura psicanalítica das ciências cognitivas: em direção a uma teoria explicativa da Relação

Antonio Imbasciati*, Brescia

O autor considera algumas das principais proposições das escolas cognitivistas, procurando traduzi-las em termos psicanalíticos. Nesta tradução, evidencia possíveis esclarecimentos e desenvolvimentos dos conceitos psicanalíticos que coincidem com os dados experimentais das outras atuais ciências da mente. De acordo com os trabalhos anteriores, o autor define novas perspectivas teóricas que, por um lado, valorizam os dados clínicos da psicanálise e, por outro lado, oferecem uma chave explicativa, além de descritiva, para fenômenos psíquicos que, já há algum tempo, chamam a atenção dos psicanalistas. Em particular, ressalta-se a oportunidade de uma inversão de perspectiva: sair de um estudo centrado no inconsciente em direção a um estudo focalizado na consciência, compreendendo-o como questionamento sobre como e por que cada indivíduo tem maiores ou menores ou falsas capacidades de tomar consciência dos próprios processos interiores. Neste quadro, o autor se interroga sobre as possibilidades de uma teoria explicativa da relação: as variações do estado de consciência, descritas e explicadas em termos cognitivos de processamento das informações, explicariam os efeitos das relações, em primeiro lugar, da relação psicanalítica, sobre a mudança estrutural do paciente. Assim, consideram-se os estados de consciência do analista como correlacionados à variação das escolhas de consciência do paciente. Daí a eficácia da interpretação. Alguns aspectos técnicos da clínica psicanalítica encontram também explicação em termos de processamentos das informações que ocorrem na relação.

* Membro Efetivo da Sociedade Psicanalítica Italiana.





1. “Por que o inconsciente?” ou “Por que a consciência?”

A psicanálise nasceu em uma época em que se aceitava como verdade que o psíquico coincidia com o consciente, ou com o que era acessível à introspecção; a consciência também era compreendida como capacidade “natural” de todos os seres humanos, indiscutível prova da unidade e da identidade do indivíduo. Dentro deste quadro filosófico-cultural, através do descobrimento de processos psíquicos não conscientes, a psicanálise “descobriu o inconsciente” e desenvolveu o seu eixo fundamental com o objetivo de explorá-lo. Com esta intenção, dados os pressupostos filosófico-culturais, considerou-se que a interpretação era o instrumento que poderia tornar o inconsciente consciente. Dessa forma, a psicanálise ligou-se indissoluvelmente à “palavra”, ou seja, ao meio de comunicação através do qual todos acreditavam que ocorresse a expressão do que pressupunham ser a “consciência”.

O quadro resumidamente delineado acima mudou nas últimas décadas. Atualmente, as conseqüentes concepções psicanalíticas não são mais tão definitivas, nem ao menos tão simples. Na verdade, os psicanalistas constataram que alguns pacientes não possuem a capacidade de ter consciência de seus processos interiores, ou têm muito pouca consciência desses processos. Portanto, parecem não ter uma “consciência” ou, ao menos, não a possuem do modo que esperávamos, acreditando que fosse um processo natural de cada indivíduo. Não estão sendo considerados os pacientes psicóticos, nem mesmo os pacientes classificados como “graves”. Os estudos sobre a alexitimia mostraram de modo mais do que evidente as incapacidades, ou as graves dificuldades de tomar consciência. De qualquer forma, independentemente do fato de o sujeito ser ou não enquadrado como alexitímico, são muitos os pacientes para os quais a interpretação não auxilia muito a tomada de consciência de si mesmos e permanece estranha a eles. Em muitos casos, mesmo tendo aceitado a interpretação na sua formulação verbal e conceitual, ela não tem nenhum efeito de mudança sobre o paciente. Isso significa que a estrutura inconsciente do paciente não foi tocada. Além disso, freqüentemente, o próprio paciente declara estar se dando conta de coisas importantes das quais não tinha consciência anteriormente e as relata detalhadamente com palavras que parecem *insights* bastante impressionantes. No entanto, mais tarde, nos damos conta de que esta verbalização não assinala verdadeiras mudanças interiores.

Então devemos concluir que a conscientização expressa pela verbalização, tanto por parte do analista que interpreta quanto por parte do próprio paciente, não é em si indicação segura de que o inconsciente tenha se tornado consciente. Por outro lado, podemos nos perguntar se o cerne da mudança interior coincide com o que





chamamos, um pouco genericamente, de “tomar consciência”.

O problema de tornar o inconsciente consciente complica-se. A palavra e com ela a interpretação revelam-se instrumentos pouco seguros. Os estudos psicanalíticos analisaram amplamente esta dificuldade. Porém, ao mesmo tempo, juntamente com a interpretação verbal, estudaram os aspectos profundos da relação analítica e o valor comunicativo das interações relacionadas a esta relação, assim como a conseqüente passagem recíproca do que foi denominado através do termo afetos e diversamente descrito com denominações mais específicas (transferência, contratransferência, identificações projetivas e assim por diante). Este modo clínico de esclarecer a complexidade da tarefa de “tornar o inconsciente consciente”, de memória freudiana, não parece, contudo, ter sido suficientemente acompanhado por um esclarecimento teórico mais direto. Se a verbalização não é uma indicação segura de uma efetiva tomada de consciência e se alguns indivíduos parecem não possuí-la, ou possuí-la de maneira deficitária, considero lógico que haja um questionamento mais profundo sobre o que é a consciência, em que consiste e como se forma.

A psicanálise, “pré-ocupada” com a exploração do inconsciente, parece ter colocado em segundo plano a tarefa de ocupar-se com a consciência. O “tomar consciência” parece ter sido estudado no sentido de identificar como o inconsciente pode tornar-se consciente de uma maneira “eficaz” e por que existe um inconsciente, em vez de, a partir de uma perspectiva inversa, ocupar-se do que é constituída (e construída) a consciência e por que ela existe de forma estável ou variável, plena em vez de deficitária, e quais são as suas ligações com a estrutura interior, por um lado, e com a conduta, por outro. Hoje existem mais teorias sobre a consciência do que teorias sobre o inconsciente.

A psicanálise parece ter permanecido ligada, ao menos na sua concepção original, ao pressuposto de que a consciência é um dado considerado como uma capacidade “natural” do homem que deve ser identificada naquilo que uma pessoa saudável, pelo menos relativamente e que domina a linguagem verbal, pode relatar sobre si mesma. Uma consciência denotativa, mais do que expressiva, levando-se em conta a acepção semiológica. A expressividade foi considerada território intermediário entre a consciência e o que a psicanálise estava explorando: o inconsciente. O mundo dos afetos, por outro lado, foi explorado com o acompanhamento, sobretudo, da linguagem verbal. “Dentro” da linguagem verbal, a psicanálise explorou os afetos inconscientes: os afetos que o sujeito não expressava linguisticamente e que o analista intuía, inferia ou sentia e que, com a linguagem verbal, sobre a qual tinha domínio, ensinava o paciente a descrever e, possivelmente, sentir.

A exploração do inconsciente, sob esses pressupostos, parece ter obscurecido um estudo mais direto, talvez mais “científico”, da consciência, considerando-a como





“natural” na base, no fundo do tipo de consciência que possuíam aqueles que exploravam o inconsciente. Outras ciências da mente, especialmente a neurofisiologia e o cognitivismo, ocuparam-se de questionar a consciência de modo mais objetivo, sem se basearem muito na subjetividade da consciência dos cientistas. Acredito que uma maior atenção dos psicanalistas ao estudo da consciência, das suas qualidades, das suas origens, das suas variações, sobretudo entre os indivíduos e entre os vários momentos e situações do indivíduo, possa ser complementar para os estudos efetuados por outras ciências da mente e possa ser útil à própria psicanálise, de modo a aprimorar não somente seu aparato teórico, mas também o aparato técnico e clínico.

Por que, por exemplo, certos pacientes não conseguem tomar consciência das interpretações efetivamente? Por que não conseguem assimilar as interpretações? Não menciono aqui as interpretações mal feitas, mas sim as daqueles pacientes chamados difíceis e que não conseguem tomar consciência dos próprios processos interiores, apesar de essas interpretações parecerem simples, evidentes, corretas, oportunas e de serem aceitas pelo analista. Afirma-se que não têm capacidade de auto-representação. Mas esta é uma característica que se pressupunha natural da consciência. Em vez disso, muitas pessoas não a possuem. O que é, então, a consciência? Quais são as suas funções e por que são assim tão variáveis? Ou, se até agora a psicanálise partiu do tema “Por que o inconsciente?” (Imbasciati, 2001a, b, c), “O que é o inconsciente?”, poderia, de forma bastante útil, perguntar-se “Por que a consciência? O que é a consciência?”

Acompanhando esta onda de questionamentos, creio que possamos comparar os vértices da psicanálise com os das outras ciências da mente, a “interface” entre psicanálise e psicologia (Barron, Eagle, Wolitzky, 1992) e, em particular, comparar a concepção psicanalítica tradicional do inconsciente com as concepções similares das ciências cognitivas (Shevrin, 1991, Westen, 1999, Imbasciati, 2001a, b).

Pessoalmente, fiquei muito impressionado com a releitura de uma obra do cognitivista Giovanni Liotti, o livro *La dimensione interpersonale della coscienza*¹ (*A dimensão interpessoal da consciência*). Neste trabalho, pretendo expor minhas considerações de psicanalista a partir de alguns conceitos expostos naquele livro e que me parecem oferecer questionamentos e motivos para reflexão. Peço desculpas aos cognitivistas se, aos seus olhos, parecer um pouco tosco nas minhas intenções ingênuas e, aos psicanalistas, se soar um pouco intrigante.

1. Refiro-me a este texto como representativo de grande parte dos estudos do cognitivismo nas suas conseqüentes perspectivas psicoterapêuticas e, portanto, úteis para uma comparação com a psicanálise.





2. Consciência e processamento das informações

A consciência, se considerada com atenção e método, não é nem um pouco simples e fácil de definir. Ela parece, e os estudiosos concordam sobre isto, indissolivelmente ligada à memória. Justifica-se o termo “consciência/memória”. A introspecção é retrospectiva precoce (instantânea, diria), e ter consciência de alguma coisa significa reconhecer que já passou. É o “presente lembrado”, como no título de uma das mais importantes obras de Edelman (1989). Na base dessas proposições fundadas experimentalmente, um psicanalista se questiona sobre a tomada de consciência dos afetos e das emoções inconscientes. Se esta “tomada” é verdadeiramente uma consciência plena, isso quer dizer que o sujeito reconhece que aqueles afetos pertencem ao passado e, portanto, não são mais atuais. É este o efeito modificador das “tomadas de consciência” durante a análise?

A consciência não é contínua, é um fluxo ou processo descontínuo e mutante. A consciência “normal” é menos descontínua e menos mutante do que aquela dos estados patológicos (“alterações” dos estados de consciência), depende do contexto interpessoal do momento e ocorre porque se verificou uma escolha, de onde vem a “responsabilidade”, em um único processo sequencial de todos os outros processos automáticos que ocorrem simultaneamente em paralelo a partir de diferentes canais de informações.

Neste ponto, entra-se no centro dos estudos experimentais das ciências cognitivas atuais. Para uma exposição atualizada e adequada para os psicanalistas, temos as obras de Bucci (1997, 1998a, b, 2000, 2001). Em síntese extrema e simplificada, a mente é um sistema funcional constituído por processamentos paralelos, contínuos e automáticos das informações que a todo instante são colhidas de diferentes canais sensoriais. Cada um desses processamentos oferece “diferentes versões” do mesmo evento que está acontecendo, que também podem ser contraditórias entre si. Estes variados e paralelos sistemas de processamento são essencialmente inconscientes, além de automáticos, e produzem diferentes significados daquilo que acontece. Frequentemente, mas nem sempre, um dado sistema de processamento está ligado a um sistema neurossensorial específico, assim como, com frequência mas nem sempre, um dado sistema de processamento é identificável com relação a determinadas zonas cerebrais. Por “evento em curso” não nos referimos simplesmente a uma possível percepção de uma realidade externa², mas ao significado que o evento assume para o tipo de processamento pelo qual a informação passa naquele sistema. Portanto, *para*

2. A percepção sensorial dos objetos externos elaborada no nível da percepção consciente também nunca é pura realidade externa (Imbasciati, 1994).





Antonio Imbasciati

aquele sistema. Isso implica em como dominamos afetos e/ou emoções. O significado, nestes primeiros níveis, está diretamente ligado ao comportamento e não diz respeito absolutamente a nenhum nível de consciência. São essas as emoções que orientam diretamente a conduta, assim o percebemos de forma evidente nos animais.

O tipo de processamento ou a função exercida por cada sistema não está geneticamente predeterminada no campo neurológico, mas é condicionada pela experiência ou experiências pregressas, sobretudo as experiências precoces (a teoria do apego sofre uma releitura neste quadro). Portanto, as experiências neonatais e também as fetais determinam o modo através do qual funcionará um determinado conjunto neural, constituindo um dado sistema que funciona paralelamente a todos os outros. Edelman fala de populações de neurônios que são selecionados diferentemente e organizados de acordo com o tipo inicial de experiência vivida pelo indivíduo. Nos estudos dos cognitivistas, parece, especialmente para os psicanalistas, que se fala predominantemente, se não exclusivamente, de organizações de significados e percepções que dizem respeito ao externo e que há uma negligência do que deveria interessar ao processamento das informações provenientes do interno, para usar os termos dos cognitivistas. Acredito que tal impressão seja mais aparente do que real. A “versão do evento” que está acontecendo tem também um caráter afetivo e é a afetividade que modula o significado do evento externo. Portanto, não acredito que os estudiosos das ciências cognitivas negligenciem a afetividade. Talvez se trate de incompreensão devida ao vértice diferente, cognitivo-experimental em vez de psicanalítico. E ao fato de que as descrições psicanalíticas com tal propósito são muito mais detalhadas e pitorescas do que as breves definições cognitivistas.

Um maior aprofundamento sobre como a interioridade (o mundo dos afetos inconscientes) pode ser concebida em termos de processamento de informações provenientes do interior está contido em grande parte dos meus trabalhos. Na teoria do Protomental (Imbasciati, 1997a, b, 1998a, b, c), descrevi como os primeiros estímulos se organizam em estruturas funcionais que condicionam o tipo de elaboração que cada série sucessiva de estímulos sofrerá. Constituem-se cadeias progressivas de significantes, cada um dos quais dará sua leitura das informações posteriores que vão sendo acrescentadas, ou seja, sucessivos e diversos significados. Nesta concepção há um realce de como aquilo que é processado não é somente resultado do estímulo do exterior, mas também, e sobretudo, do que é produzido pelo interior. Uma informação do interior, dependente do tipo de funcionamento adquirido até o momento, determina o significado a ser atribuído à informação externa. Em outras palavras, os afetos identificados como estruturas funcionais primárias, cujo tipo de função foi constituído a partir da experiência precoce do indivíduo, produzem uma “informação do interior” que ajuda a ler a experiência, tanto a externa quanto a própria expe-





riência interior. Esta última leitura, no nível da consciência, acontece de modo variável de acordo com os indivíduos e constitui a capacidade introspectiva ou de auto-representação.

Na concepção cognitivista clássica, o tipo de funcionamento dos sistemas e subsistemas de processamento paralelo constitui a estrutura funcional afetiva. Cada indivíduo tem o seu tipo de estrutura e de funções que o caracterizam e que são determinadas pela elaboração das experiências precoces. Recupera-se, deste modo, a noção psicanalítica das primeiras experiências de relacionamentos como matriz afetiva do Eu³. Portanto, os vários sistemas paralelos e automáticos constituem o inconsciente.

O funcionamento desses sistemas múltiplos e paralelos insere-se em um único processo, ou melhor, supra-sistema de processamento, desta vez seqüencial, que é a origem daquilo que chamamos de consciência. Implica uma “escolha” entre as várias “versões” do evento em curso. As modalidades com as quais isso acontece são objeto de diversas teorias que explicam o surgimento das modalidades de consciência e sua variabilidade entre os indivíduos e no mesmo indivíduo. O inconsciente, neste quadro, *determina* o tipo de consciência e o que acontece em função do contexto relacional, sobretudo interpessoal. O inconsciente em si é o conjunto dos sistemas que dão resultados diversos e, freqüentemente, contraditórios entre si. A contradição é superada (mas não eliminada) pela determinação da “escolha” através da qual surge a consciência.

As formulações acima citadas coincidem com o que nos diz a psicanálise em nível clínico, mas, ao mesmo tempo, revolucionam as explicações teóricas. O inconsciente está repleto de contradições, embora não conheça a contradição. O que o sujeito de boa fé crê sobre si mesmo é um resultado quase sempre enganador. A introspecção consciente não pode ser exercitada à vontade para se descobrir de maneira imposta o próprio inconsciente, porque a introspecção é condicionada pelo inconsciente. Entre outras coisas, isso já é reconhecido pelos psicanalistas há muito tempo. E eles também sabem que, em função do contexto interpessoal – a relação analítica –, a capacidade de tomar consciência varia. Mas até que ponto os psicanalistas aplicam o princípio de que a consciência sempre é resultado do inconsciente? Tal princípio parece tornar supérflua a teoria da repressão e, em geral, a instalação teórica dinâmica: não é necessário teorizar uma entidade (chamada Ego) dotada de consciência, a qual, com suas forças, reprime e modula inconscientemente as forças do inconsciente. A consciência é simplesmente e sempre o resultado de processos inconscientes.

Em outras palavras, os conceitos clínicos da psicanálise podem ser conserva-

3. “Sé” no original, correspondente em inglês a “Self”. (Nota do revisor técnico).





dos e valorizados com uma teorização diferente e mais simples na minha opinião.

A passagem da elaboração rápida e paralela de uma multiplicidade de informações, nos sistemas inconscientes, para uma elaboração lenta e seqüencial única que caracteriza a consciência é, até hoje, objeto de estudo. O texto de Liotti expõe duas teorizações não contrastantes entre si e, portanto, que se sobrepõem: a teorização de Edelman sobrepõe-se à de Dennet.

Edelman (1989, 1992) sugere que a seleção, que caracteriza a escolha de uma certa elaboração de determinados sinais com relação a outra elaboração, acontece com base no valor de sobrevivência que uma adquiriu em vez da outra, tanto para “valores” evolucionisticamente hereditários, quanto para outros valores acrescentados pelas relações passadas do sujeito. A organização dos valores inatos com relação aos valores adquiridos varia continuamente no decorrer da vida em função da característica mutante das relações com o mundo. *“Diferentes categorias de informações, em função da variada organização do sistema de valores, adquirirão a propriedade da elaboração seqüencial consciente. (...) Este mesmo sistema de valores, então, poderá tornar-se reflexivamente autoconsciente graças à qualidade do diálogo que conecta o indivíduo ao seu mundo interpessoal. (...) Tal sistema de valores pode entrar recursivamente⁴ na consciência, em função da qualidade da relação entre si e com os outros da qual a consciência emerge continuamente”* (Liotti, 1997, p.21)⁵. Portanto, as capacidades introspectivas ou auto-reflexivas, objeto de estudo há alguns anos até mesmo por parte de psicanalistas (Fonagy, 1999; Fonagy, Target, 2001) no que diz respeito à capacidade maior ou menor de certos pacientes de assimilarem de maneira variável as interpretações, ou seja, de aproximarem-se do próprio inconsciente, são, na visão cognitivista, função das relações interpessoais.

Os psicanalistas sabiam disso, porque há muito tempo experimentaram a relação psicanalítica. Porém sabiam, de modo realmente profundo, que a relação analítica é somente uma lente de aumento de cada relação? E serve justamente para modular a *consciência* de maneira “monitorada” no que diz respeito a como a consciência é modulada em *qualquer* relação.

3. Consciência e qualidade da relação

Liotti considera o tema da qualidade das relações primárias através da reelaboração das teorias do apego – a psicanálise falaria das primeiras relações de objeto e de primeiros objetos internos – e da qualidade da relação terapêutica como matriz

4. Edelman fala de circuitos reentrantes, com efeitos recursivos.

5. Tradução nossa. (N. do T.)





para fazer surgir, ou melhor, para construir uma capacidade auto-reflexiva.

Edelman afirma que é o diálogo, a relação interpessoal, que cria a consciência. Portanto, o social determina a responsabilidade e a liberdade individuais. A teoria de Edelman fundamenta-se sobre seus estudos neurofisiológicos a respeito dos “circuitos reentrantes”. A percepção implica uma memória prévia, uma memória que compara Eu e não Eu, lembranças de percepções internas (esquema corpóreo) e de percepções externas passadas que se confrontam com as lembranças atuais. Os circuitos reentrantes permitem que a memória se organize em “mapas globais” ou “cenários” nas quais o presente perceptivo e o auto-reflexivo sejam coloridos, penetrados por memórias prévias de encontros anteriores com categorias perceptivas similares (ou assimiladas, dirá mais tarde Liotti), que constituem os afetos/emoções e que condicionam o “presente recordado”⁶ que caracteriza a consciência e, com essa, a conduta assumida naquele momento pelo indivíduo. Os circuitos reentrantes, simplificando, seriam a base da contínua comparação do presente com o passado e constituem a consciência primária, responsável por aquelas condutas que, erroneamente, denominamos instintivas.

Com Edelman, Liotti adere à teorização de cinco sistemas motivacionais interpessoais inatos (Gilbert, 1989, Liotti, Iannucci, 1993), bastante semelhantes, por sua concepção, com o que Lichtenberg teorizou (1989). São eles: 1) o sistema de apego; 2) o sistema de assistência, complementar, mas distinto do primeiro; 3) o sistema agonístico; 4) o sistema sexual e 5) o sistema cooperativo de paridade. A teorização está baseada na observação comparada, experimental e diretamente clínica de seres humanos e de animais. Edelman considera como a qualidade variável das relações humanas, e, em particular, a qualidade das relações mais duradouras e significativas, ativa, de forma diferente em cada indivíduo, os diversos sistemas motivacionais inatos, determinando desdobramentos diferentes das condutas relativas. A ativação dos sistemas inatos acontece primeiramente no início da vida, nas relações com as figuras dos pais, e é justamente essa ativação primária que estrutura cada um dos sistemas, modulando a predisposição inata que se torna uma característica adquirida e específica de cada indivíduo. Uma outra modulação também acontece em todas as relações posteriores da vida da criança e do adulto. A ativação que ocorre em cada relação se instala, obviamente, na estrutura motivacional que foi modulada em ativações anteriores⁷.

Portanto, muitas características psíquicas e comportamentais que os psicana-

6. Este é o título de uma das mais importantes obras de Edelman (1989).

7. Também é possível um efeito inverso, retroativo em certos casos, como, por exemplo, nas situações psicoterapêuticas.





listas atribuíram aos instintos, modulados de acordo com a teorização freudiana, são, em vez disso, atribuíveis de maneira mais radical à racionalidade. Este é um conceito que está cada vez mais se firmando na psicanálise, sobretudo ao se considerarem as relações neonatais infantis, e traduzindo em termos psicanalíticos os desenvolvimentos das teorias de Bowlby (Bowlby, 1969, 1973, 1980; Main, 1991; Ammaniti, Stern, 1992). Nesta reformulação fica evidente a utilidade para os psicanalistas de se rever o conceito de impulso e toda a teoria freudiana ligada a ele (Imbasciati, 2001a, b). Lichtenberg (1989) substituiu claramente o conceito de impulso, assim como descrito acima, pelo conceito de motivação, abandonando a teorização dinâmico-energética dos instintos.

Paralelamente à teoria de Edelman, coloca-se a teoria de Dennet. Os diversos processos paralelos especializados (neurologicamente para organizações adquiridas) encontram um “lugar de trabalho global”, no qual se organiza um único processo sequencial com uma “linguagem” não verbal a não ser em uma fase bastante final, ou seja, em um sistema de organização sintática dos signos e símbolos dotados de significado. Primeiramente esta linguagem é usada para comunicar. Só posteriormente será usada para pensar.

Estamos em um ponto diferencial do cognitivismo no que diz respeito à psicanálise. A psicanálise parece privilegiar o indivíduo em sua autonomia, no surgimento e desenvolvimento do pensamento, e a concepção de um Eu unitário, de um Ego autor da própria consciência, ou a idéia de uma consciência contínua e estável, bem natural a todo ser humano. A concepção cognitivista sustenta, em vez disso, um sistema de relação mais radical, nega a existência de uma estrutura *unitária* que seja possível denominar como Eu (ou Ego), fala somente de um mutável “Eu-com-os outros” e vê a consciência como resultado inconsciente e mutante da alternância contínua das relações.

A psicanálise destas últimas décadas evidenciou cada vez mais a importância fundamental da relação, tanto nas origens do desenvolvimento do indivíduo quanto durante a sua vida, como em particular ao longo da experiência da relação analítica. Contudo, a posição cognitivista parece ainda mais radical. E, além disso, oferece uma explicação⁸ em termos científicos para muitos fatos clínicos. Sabemos, por exemplo, que é a qualidade da relação analítica que condiciona a capacidade do paciente de tomar consciência do próprio inconsciente. Portanto, a relação condiciona a qualidade da consciência do paciente. A explicação reside nas reelaborações das várias

8. Aqui, e em todo este artigo, uso o termo “explicação” de maneira diferente do termo “descrição”, para manter a distinção entre os dois níveis diferentes da consciência científica: *descrever* em vez de *explicar* (Imbasciati, 1994). Note-se, além disso, como descrever se refere sobretudo à clínica, enquanto que explicar se refere à teoria e à sua utilidade para a compreensão da clínica.





representações do “Eu-com-o-outro”.

Esse conceito pode explicar o efeito modificador da relação analítica. Ela é vista como lugar privilegiado de uma reelaboração de todas as representações relacionais do indivíduo, e o efeito mutativo pode ser enquadrado, antes de uma modificação do inconsciente, em uma modificação da consciência operada por uma relação “nova” que possibilita uma capacidade relacional nova. Consciência compreendida como capacidade de dar-se conta, de modo novo e diferente, daquilo que acontece em nós quando estamos com o “outro”.

Para muitos psicanalistas pode parecer insólito afirmar que o efeito mutativo da interpretação reside, em primeiro lugar, em uma modificação da consciência, em vez de residir em uma modificação do inconsciente. Na verdade, o ponto de vista é diferente, mas o fenômeno enquadrado é o mesmo e trata-se, em última análise, de uma modificação dos *processos* inconscientes, vista contudo sob a ótica da mudança de consciência. A psicanálise explora o inconsciente a partir do vértice da subjetividade consciente do analista e, posteriormente, da subjetividade do paciente à medida que ele “assimila” as interpretações. O vértice que deriva dos estudos cognitivistas considera a mesma perspectiva vista de outro ângulo. O inconsciente é tido como “natural”, com base nos dados experimentais e descrito através destes, em vez de ser descrito pelos dados da subjetividade, e a partir desta consciência se explora a formação da subjetividade da consciência no paciente e no analista com as recíprocas modificações. Na perspectiva psicanalítica, constata-se como o uso instrumental da subjetividade do analista produz mudanças na subjetividade do paciente e, como consequência, na sua conduta e na sua existência. Na perspectiva cognitivista, constata-se como as variações do estado de consciência do analista produzem variações no estado de consciência do paciente, já que as duas variações são correlacionáveis com mudanças dos processamentos paralelos: as variações do paciente que indicam, assim, mudanças nos seus processos inconscientes, mas também e sobretudo as variações do analista, que por isso modula de forma diferente a oferta de processamentos das informações que ele fornece. O resultado observado é o mesmo: mudança dos processamentos paralelos que constituem os processos inconscientes. Contudo, a perspectiva cognitivista evidencia de maneira mais objetiva, comparável com os dados experimentais, a mudança dos processos inconscientes do analista que produz a sua mudança de estado de consciência que anima a relação e permite a produção da mudança complementar no paciente.

Os processos considerados do ponto de vista cognitivista e do psicanalítico são, na minha opinião, os mesmos: muda a conceitualização teórica daquela que tem o seu centro de questionamento no inconsciente para uma outra que considera em primeiro lugar o estado de consciência. A vantagem da perspectiva cognitivista é a de





Antonio Imbasciati

oferecer uma “explicação”: o efeito da relação é explicado, além de ser “descritível”, testando a subjetividade do par que se relaciona. As argumentações cognitivistas, que derivam de observações e explicações com base científica, podem ser “explicações” eficazes do que se observa em psicanálise. São justamente os estudos psicanalíticos mais recentes, que derivam da observação direta dos recém-nascidos e das crianças, que convergem para posições similares àquelas cognitivistas, ao realçar o papel determinante da relação no desenvolvimento psíquico do indivíduo e não somente uma única vez, mas ao longo de toda a sua existência.

Os psicanalistas podem, então, questionar-se sobre a permanência, em muitos filões da sua pesquisa e na prática clínica, das concepções consideradas mais clássicas, que pressupõem o desenvolvimento do indivíduo de maneira autônoma com referência ao instinto, nas quais o papel da realidade externa e das relações é somente o de modular o equilíbrio e a economia das forças endógenas. Concepções individualistas a meu ver muito fundamentadas na filosofia do século passado.

Certamente, a posição de uma proeminência radical da relação coloca perguntas inquietantes. O homem seria determinado pelas suas relações? E delas, portanto, deriva o seu pensamento?

Seguindo Dennett, a mente funcionaria sempre como um conjunto de processos especializados e diferentes, distribuídos em muitas zonas de todo o cérebro: sistemas simultaneamente vigilantes em relação ao material a ser elaborado, considerando-se qualquer determinado objetivo, tendo cada objetivo um valor de sobrevivência (inato e/ou adquirido). A esses sistemas, sejam eles correlacionáveis a classificações de sistemas motivacionais ou atribuíveis a organizações neurais operantes em paralelo, sobrepõe-se no homem⁹ um sistema seqüencial no qual subsiste um objetivo único. Esta “escolha” parece operada pela própria consciência, enquanto, em vez disso, é determinada automaticamente e de forma inconsciente. A consciência é o resultado posterior de um processo inconsciente e relacional.

Os experimentos sobre volição de Libet (1985) e as relativas experimentações demonstram que o ato de tomada de decisão consciente de um certo gesto, ou mesmo de um simples movimento, é posterior, no que diz respeito à ativação cerebral, à ativação das zonas neurais nas quais se organizam os processos automáticos inconscientes responsáveis por aquele ato (Dennett, 1991). O que foi feito, então, do ideal do homem livre e consciente? Um mito? A consciência seria somente o executor de escolhas inconscientes e, além disso, relativas às circunstâncias.

9. Especificamente na espécie humana. Faltaria nos animais.





4. Primeiro comunico e depois me torno consciente

Os estudos cognitivistas sustentam que a consciência surge essencialmente da dimensão comunicativa: comunicando aos outros as nossas experiências subjetivas através de várias linguagens, mais evidentemente com a linguagem verbal, tornamo-nos capazes de ter consciência dessas experiências. Esta concepção é vista em uma perspectiva evolucionista, tanto da espécie (dos animais ao homem) como do indivíduo humano. Somente quando adquirimos evolucionisticamente relações complexas com o outro, evidencia-se uma experiência subjetiva que pode nos parecer desligada de relações e, portanto, vivida como bem individual constante. Como neste exemplo tosco: somente depois de ter aprendido a dizer “tenho fome” a outro ser humano, podemos, então, dizê-lo a nós mesmos. O mesmo vale posteriormente no desenvolvimento para os estados internos mais complexos, emotivos e afetivos. Aprendemos a conhecer a nossa vida emotiva não tanto pensando sobre ela sozinhos, quanto falando sobre ela com quem tem competência de torná-la semanticamente inteligente (Bretherton, 1986). Nesta perspectiva podemos ver também a análise.

Essa precedência radical da comunicação no diálogo interpessoal com relação ao pensamento e à possibilidade sobretudo de pensar o próprio pensamento (capacidade auto-reflexiva, possibilidade de introspecção, metacognição ou que nome se queira dar) é explorada de outro ponto de vista pelos estudos psicanalíticos dos últimos vinte anos. Sobretudo por aqueles que se ocuparam da psicanálise infantil, da observação de bebês e apresentaram hipóteses e considerações sobre como o diálogo mãe-bebê fundamenta a capacidade de pensar e de alcançar a possibilidade de representar aquilo que acontece dentro da própria mente. Existem os estudos da escola de Stern (Stern, 1985; Ammaniti, Stern, 1992) com os conceitos de sintonia (*attunement*) e transmodalidade na relação mãe-criança, aqueles estudados por Fonagy (2001), assim como, historicamente anteriores, os conceitos de reverie e de melhoramento dos objetos ruins como origens, no diálogo mãe-bebê de sua capacidade de pensar. E de pensar sobre si mesmo. De resto, é destes últimos anos a constatação de que os pacientes difíceis para a análise podem ser não tanto globalmente graves como carentes no que diz respeito às capacidades auto-representativas (Greespan, 1997), às capacidades de representar os próprios estados internos. A tarefa do analista, nestes casos, é a de ensinar o paciente a construir, através de um diálogo muito simples, freqüentemente não verbal, as próprias auto-representações, sem arriscar-se em interpretações que não seriam absolutamente assimiláveis.

Por outro lado, a concepção da consciência como originária de uma série de processamentos paralelos, automáticos e sempre vigilantes, parece fundamentar a regra psicanalítica das livres associações e, sobretudo, da atenção flutuante, assim





como ressaltam os estudos mais recentes de derivação bioniana: o analista sem memória e desejo, o analista que deve “sonhar” (até mesmo acordado na sessão) o que o paciente está lhe transmitindo, o analista que deve deixar emergir e depois “ler” o “pictograma” (Ferro, 1996; Rocha Barros, 1998). Consistiria de intuições, com as conseqüentes sugestões técnicas, sobre como unir o processo seqüencial da consciência do analista e do paciente aos processos inconscientes automáticos. Ou melhor, fazer com que, a partir destes, tome forma mais facilmente uma consciência qualquer.

Da mesma forma, muitos estudos psicanalíticos recentes da escola bioniana sugerem idéias sobre o sonho que estão de acordo com a concepção cognitivista da passagem do trabalho inconsciente, através de processamentos paralelos à escolha do significado do evento do qual se toma consciência. E indicam como esta passagem pode ter uma graduação, com estados intermediários, o que poderia ser um estímulo para posteriores estudos de cunho cognitivo e ao mesmo tempo psicanalítico. Pensemos na passagem dos elementos beta aos alfa e assim por diante ao longo da grade bioniana para o pensamento mais complexo. Pensemos no conceito de transformação. Rocha Barros, em um recente trabalho (2001), descreve como o sonho transforma os afetos em memórias e estruturas mentais. Na verdade, os afetos são eles próprios memórias primitivas (Imbasciati, 1991, 1998, 2001a) desde as primeiras relações que foram organizadas em estruturas funcionais e que regulam e modulam cada aprendizagem posterior e conseqüente memória e, portanto, o funcionamento mental do indivíduo, incluindo as suas capacidades de consciência. Acredito que se possa afirmar que o afeto é uma memória de processamentos paralelos. O sonho começa a organizá-los em direção a uma forma qualquer de consciência, extraindo os seus significados, os quais, ainda que múltiplos, estão operando as “escolhas”.

Até mesmo o *working-thought*, que o próprio Rocha Barros atribui ao trabalho do sonho, pode ser reconsiderado nos termos de uma lenta e contínua organização dos processamentos paralelos em direção a um processo seqüencial que alcançará o estado de consciência no *insight* modificador do paciente em análise. No conceito bioniano de transformação, podemos identificar uma progressão similar de significados que parte de elaborações paralelas e vai em direção a um único processo de significação superior a todos os tantos significados disformes do “evento em curso”.

Além disso, podemos enquadrar em termos teóricos *explicativos*, ou seja, experimentalmente fundamentados, o que sabemos em termos descritivos da clínica psicanalítica a propósito da incapacidade de reverie da mãe e da insuficiência da função continente/conteúdo (♀ ♂), que produzem “objetos ruins” na criança, objetos não pensáveis e, como descreve Bruni (2001), objetos mortos e incapacidade de pensar, como um déficit da figura materna no “entender”. Este “entender” é explicá-





vel como uma ordenação dos processamentos paralelos e multissensoriais derivados da captação do que emerge do recém-nascido em uma linha de tipo seqüencial, ou seja, em um continente conhecível. Nos casos de insuficiência materna, os processamentos paralelos da mãe, não organizados, produziram uma série de respostas múltiplas, contraditórias e desorganizadas, que surgem e são veiculadas através de vários canais sensoriais, os quais produziram na criança os objetos “quebrados”, “mortos”, que não podem mais ser recompostos.

5. O “Eu com o Outro”

Alguns autores, através de estudos experimentais e de observações etológicas, argumentam (Barlow, 1980, 1987; De Waal, 1989) que a consciência aparece como expressão e suporte da capacidade de comunicação e transforma a experiência interpessoal em uma experiência subjetiva, aparentemente individual, que, contudo, pressupõe uma forma qualquer de discurso imaginário. A consciência não somente requer um ator – um eu autoconsciente –, mas também um público, um “outro” imaginário. Tal asserção pode ser facilmente aceita pelos psicanalistas especialistas em crianças muito pequenas. A observação dos processos de sintonização e de imitação das expressões emocionais por parte dos recém-nascidos e das crianças parece efetivamente dar razão a esta origem da consciência, sobretudo daqueles elementos que permitem tornar-se mais ou menos (ainda menos, como nos sujeitos alexitímicos) capazes de reconhecer os próprios estados interiores.

Portanto, a consciência é um produto social. O aparecimento das complexas interações sociais não é uma conseqüência evolucionista do surgimento da consciência no *homo sapiens*, mas sim o inverso, a constituição pelo social originou a consciência. Isto estaria de acordo com os estudos neurofisiológicos que não reconhecem funções de consciência em uma definida estrutura anátomo-funcional.

Outro ponto a ser considerado pelos psicanalistas é a importância, colocada pelos estudos cognitivistas, de como o estado de consciência é extremamente variável até mesmo no mesmo indivíduo. Desconsiderando-se aqueles estados cuja variabilidade é demasiado extrema para se definirem “alterações” da consciência, em todo indivíduo, mesmo o mais normal, a consciência é variável e depende das relações interpessoais, em particular das relações duradouras e significativas. Estas dão o sinal, por assim dizer, a todas as oscilações posteriores de consciência que todo indivíduo tem no decorrer de sua existência (ou mesmo do seu dia) com várias pessoas. A variabilidade (capacidade) dos estados de consciência não acontece, de fato, somente uma única vez nas experiências significativas, mas com variabilidade menor acontece também em todos os momentos da vida de um indivíduo. Neste quadro é relido o





Antonio Imbasciati

filão de estudos sobre o apego e se considera a relação terapêutica. Isso não é uma novidade para os psicanalistas, mas, talvez, o pensamento dos poucos que radicalizam o valor terapêutico das qualidades da relação no que diz respeito às técnicas interpretativas centradas no intrapsíquico (*one person psychoanalysis*) e, mais ou menos impregnadas de teorias, pode ser reforçado por uma reflexão sobre os estudos dos cognitivistas. Os terapeutas cognitivistas afirmam que a consciência de ambas as pessoas muda, terapeuta e paciente, e de maneira sincrônica.

Na verdade, acredito que se possa considerar como, no longo período de uma análise, sejam justamente as mudanças das duas consciências, do paciente e do analista, aquelas que dominam a “tomada de consciência”, que determinam a mudança estrutural do paciente, o que permite que ele adquira uma nova capacidade de consciência, relativamente estabilizada, capaz de contato com o próprio inconsciente, com a qual pode declarar-se “curado”. Mas determina-se uma mudança estável também no analista: quem pode negar que as análises de nossos pacientes não mudem a nossa organização mental e as nossas capacidades analíticas? Ou as nossas capacidades de “tomar consciência”? O problema é que estamos habituados a considerar a consciência como estável e contínua e as capacidades de tomar consciência (de si mesmo, do outro, da relação, do campo, etc.) como se fossem bens separados da própria consciência. E, às vezes, estamos habituados também a considerar a análise como um processo transitivo, do analista para o paciente, em vez de reflexivo.

Por outro lado, o problema que os cognitivistas colocam, considerando a variabilidade dos estados de consciência, é o mesmo que o problema enfrentado pelos psicanalistas quando consideram a função alfa do analista no confronto da aquisição de uma função alfa por parte do paciente, na oscilação PS-D que se verifica constantemente no “campo” analítico. Ferro (1996) ressalta que não devemos “cimentar” a função alfa do paciente, oferecendo-lhe interpretações impossíveis de serem assimiladas por ele e que devemos aprender o “dialeto” do paciente, em vez de impor-lhe o nosso próprio dialeto. Em outras palavras, o estado de consciência do analista, que pode ser relacionado com a sua função alfa, está sintonizado (a sincronia da qual falam os cognitivistas) com o estado da função alfa do paciente, que pode ser relacionado com seu estado de consciência e com as relativas capacidades auto-representativas a ele ligadas.

A estabilidade e a continuidade da consciência, mesmo nas pessoas mais normais, seriam uma ilusão (Dennett, 1991), um engano da própria consciência, em termos psicanalíticos. Assim também, em termos cognitivistas, é uma ilusão (e um erro científico) conceitualizar a existência de uma estrutura, chamada “Eu” ou “Ego”, que se suponha unitária e estável. Dentro de nós existem somente múltiplas e diversas “representações de nós mesmos com o outro”, condicionadas pelas primeiras





relações do indivíduo. Os últimos estudos sobre estilos de apego mostram como são, para uma mesma criança, diferentes e múltiplos em relação às diferentes pessoas que tomaram conta dela e como são ativados de acordo com o contexto das relações interpessoais de *hic et nunc*. O “eu” é, portanto, uma alternância mutante na consciência de múltiplas representações de “Eu com o Outro”. E cada relação tem um fluxo, no qual muda o estado de consciência (e, lembremo-nos, de consciência/memória) dos dois (ou mais) interlocutores.

Na relação terapêutica, a variabilidade do estado de consciência do analista (a do paciente é mais evidente) pode ser constatada em muitos estados que chamamos contratransferenciais. Lembremos que a contratransferência não é consciente. Se conseguimos analisá-la, ou seja, tomar consciência dela, não é mais contratransferência no sentido estrito. Em particular, se considerados os estados contratransferenciais caracterizados por tédio, sonolência, e torpor. Trata-se de variações do estado de consciência do analista, a ponto de ver “alterações” do seu estado de consciência. O conceito de contratransferência leva-nos, por outro lado, à constatação de que a mudança do estado de consciência dos dois participantes da relação analítica é recíproca, sincrônica, poderíamos dizer. E ainda, quando Bion nos diz que o analista deveria escutar “sem memória e sem desejo” (além do significado que dá aos termos memória e desejo, considerando seu aspecto mais consciente, enquanto, na realidade, estão sempre ativos de qualquer forma), nos indica que deveríamos nos permitir escutar o fluxo de mudanças da nossa consciência, aqui incluída a capacidade de “entender” inconscientemente, e que somente posteriormente se alcançará um nível de consciência.

A propósito do luto, o cognitivista Liotti expõe considerações absolutamente análogas às considerações psicanalíticas: o luto é uma alteração do estado de consciência e de memória, e a sua elaboração “*coincide, por um lado, com a recuperação plena, na memória/consciência, da relação interiorizada com a pessoa que se foi e, por outro lado, com o restabelecimento da continuidade da consciência/memória dentro de outras relações interpessoais*” (p.203).

Portanto, triunfa a Relação e a interiorização desta como estrutura de modulação dos processos psíquicos e das conseqüentes condutas. Os sistemas motivacionais têm uma hierarquia de condicionamentos das relações. As representações de “Eu com o Outro” originadas na organização do sistema de apego condicionam todos os sistemas posteriores, o de assistência, como seria óbvio pensar, mas também o agnóstico e o sexual, e todos condicionam o sistema da cooperação de paridade. As primeiras representações do Eu com o Outro têm um “poder assimilador”, que equaliza as experiências posteriores que podem apresentar semelhanças, mesmo oferecendo representações diferentes. Por isso a análise é tão lenta e trabalhosa.





6. Os enganos da consciência e a consciência como engano

Conceber um Eu unitário e isolado dos “outros” é, portanto, uma ilusão: a “dupla ilusão do Eu unitário e isolado” (Liotti, 1997) produzida na subjetividade do indivíduo. Mesmo um autor indiscutivelmente psicanalítico como Mitchell (1988, 1992) descreve as versões múltiplas do “eu” e as suas matrizes relacionais: uma descrição em termos diferentes, psicanalíticos, mas, talvez, similares aos cognitivistas. Nestes se afirma mais claramente como a consciência não é outra coisa senão um estado descontínuo e circunstancial de representações múltiplas do “Eu-com-o-Outro”. As estruturas da auto-reflexão são, em função do contexto, interpessoais: aquelas do passado, mais notadamente, mas também as do presente.

E, então, daí surge uma nova convergência sobre o que sabemos da relação psicanalítica. Uma relação significativa no presente consegue modificar as disposições das relações estruturada no passado (veja estilos de *attachment*), com uma conseqüente variação de estado de consciência suscetível de modificar os estados de consciência que foram característicos no passado. O indivíduo torna-se de tal forma diferentemente capaz nas suas relações, tem lugar um estado de consciência que possibilita a origem de novas disposições relacionais e origina novos estados de consciência que caracterizam, como fruto da análise, a existência daquele indivíduo.

A ausência de interações, ao contrário, desintegra a consciência e, em primeiro lugar, as capacidades auto-reflexivas, como demonstram as observações sobre casos de absoluto e/ou prolongado isolamento e os estudos experimentais sobre a privação sensorial, assim como os efeitos produzidos pelas escassas interações entre as mães deprimidas e seus filhos.

Podemos, por outro lado, pensar que, se a consciência é o produto mutante dos processos inconscientes, de forma totalmente inconsciente se produz a convicção, na consciência de quase todos os sujeitos (convicção tenaz assim como ilusória, se não nos damos conta que é uma ilusão ludibriante), de se ter um Eu unitário com uma consciência contínua e sermos autores tanto da motivação quanto da própria consciência, assim como da consciência igualmente duvidosa da própria consciência.

Os autores que seguem a linha cognitivista parecem levar adiante, com o apoio das ciências experimentais, concepções sobre o inconsciente que, a meu ver, foram deduzidas com menor clareza, ou melhor, subentendidas sem explicitação teórica pelos estudos psicanalíticos das últimas décadas. Por exemplo, a respeito das relações entre consciente e inconsciente, chega-se a conclusões diferentes daquelas da psicanálise tradicional. Concebendo o inconsciente como uma série de processamentos automáticos e a consciência como produto subjetivo, mutável e ilusório dos processos inconscientes, cai a idéia psicanalítica de uma consciência ativa na repressão





ou remoção do inconsciente. E cai também a idéia do conflito. Citando Bara (1991), Liotti afirma que há uma “*contínua troca e integração recursiva entre sistemas conscientes e inconscientes, em vez de conflito*” (p.149). Mas esta não é uma idéia que coincide com as perspectivas de Bion? Com o que aprendemos com os conceitos de tela beta e função alfa, de sonho de vigília e, em geral, com a grade?

A conflitualidade é um produto da própria subjetividade e, como tal, penso, é ilusório. A teoria sobre o conflito pode ter-se ressentido de uma hipóstase do vivido (Imbasciati, 1991), ou a vivência subjetiva do conflito teria sido transformada na teoria de que existem, efetivamente, forças internas em conflito. Que os processamentos múltiplos paralelos dêem diferentes versões do evento, até mesmo discordantes, faz parte do funcionamento neural normal, e a “escolha” da qual falam os cognitivistas não significa, de fato, que haja a saída de um conflito. No quadro que estamos descrevendo, a experiência subjetiva de conflito verificar-se-ia quando o contexto das relações não permite mudança plena da consciência que a tornaria sintonizada com a consciência dos outros sujeitos com os quais se relaciona naquele momento (mesmo que só interiormente).

A experiência da conflitualidade seria experimentada, subjetivamente, quando há uma dificuldade na variação de consciência que resulta de uma mudança do contexto da relação. Cada novo contexto de relação produz uma mudança dos processos inconscientes, ou de todos os processamentos múltiplos paralelos, que exige uma nova reorganização em um novo e diferente processo sequencial conscientizável. Quando o novo contexto da relação oferece a possibilidade de diferentes elaborações, enfrentando um processamento que tende a assemelhar as novas situações às elaborações anteriores, estas também de qualidade relacional, pode-se verificar, através da mudança de consciência, a ocorrência da dificuldade subjetiva que experimentamos como conflito.

Se pensarmos sobre a experiência analítica sob esta óptica, ela seria o lugar privilegiado, com a nova relação que possibilita que o sujeito experimente sensações de conflito. A experimentação de sensações de conflito pelo paciente é um fenômeno que acontece na sua subjetividade. O que em si não significa que existam “forças” efetivas em conflito. A *explicação* da importância clínica é procurada, além da *descrição* da subjetividade do paciente, nem tanto na identificação de “forças” intrapsíquicas em conflito (com eventual apoio biológico; veja-se o conceito original freudiano de impulso), mas sim considerando, mais além da *descrição*, uma *explicação* em termos de uma situação particular de equilíbrio instável no processamento das informações que acontece no paciente que se encontra no novo contexto relacional. No quadro de uma reciprocidade de mudança de consciência, a qual se verifica em qualquer relação (particularmente se significativa e duradoura como a analítica), quan-





do o estado de consciência do analista e as suas variações são compreendidos pelo paciente, mas ainda não podem ser integrados, ou quando não podem mudar o tipo de processamento dos múltiplos canais paralelos do paciente, este experimentaria um estado subjetivo que o analista percebe e que, até agora, foi descrito como conflito.

A mesma dificuldade de integração, ou melhor, de sincronização dos processamentos múltiplos paralelos do pacientes e do analista, pode explicar a resistência. A interpretação verbal, veículo da comunicação entre as duas consciências, encontra resistência porque, em contextos parecidos, torna-se insuficiente para fazer mudar, retroativamente, o modo usual dos processamentos múltiplos paralelos que aquele paciente adquiriu nos contextos anteriores da sua vida relacional. Portanto, ela é inconveniente. Conceitualizou-se que a vida relacional é “intrusiva”. “Intrusiva” é um termo descritivo. Em termos explicativos, ela é vivida como tal, já que é insuficiente no que diz respeito à possibilidade de originar mudanças dos processamentos múltiplos paralelos e novas elaborações. Em outras palavras, ela tornar-se-ia parecida ao velho e usual modo de processar as informações no contexto da relação, de forma que a possibilidade de um novo contexto relacional é anulada.

Quando se fala em interpretações que ultrapassam a capacidade auto-representativa do paciente (capacidade auto-reflexiva, capacidade de conhecer-se, de introspecção ou que nome se queira dar), isso significa, a meu ver, que o paciente, na relação daquele momentos com aquele analista, não é capaz de processar um significado adequado das informações recebidas. Não há a possibilidade de que se produza um novo estado de consciência recíproco e em sintonia com relação àquele dentro do qual o analista está comunicando. Neste caso, a consciência do analista permanece colada de forma estéril às palavras que pronunciou e estas também permanecem coladas em algum lugar da mente do paciente, não podem ser processadas de modo a produzir qualquer mudança dos seus estados (=capacidade) de consciência. Poderão acontecer outros e múltiplos tipos de comunicação que sejam capazes de mudar os processamentos paralelos, de forma que se origine deles uma nova consciência, desta vez em sintonia com aquela alcançada pelo analista. Esta nova consciência marcará o efeito mutativo.

Por outro lado, quando todo o processo de integração acima descrito (processamentos de informações em vários níveis, em sintonia no paciente e no analista) pode acontecer sem muita dificuldade, ou quando o paciente consegue reorganizar os processamentos paralelos que antecedem e conduzem à mudança do seu estado de consciência (a “tomada de consciência”), podemos dizer que o estado de consciência do analista conseguiu produzir uma mudança nas capacidades de consciência do paciente (veja interpretação mutativa). Ocorre, neste ponto, um fenômeno sobre o qual vale a pena deter-se. Produz-se no sujeito (no paciente, mas talvez também no analis-





ta) a ilusão de ser autor de uma compreensão específica de si mesmo separada da relação e de poder, portanto, possuir uma capacidade de autoconhecimento que se afasta de qualquer contexto relacional. Mas o contexto relacional sempre existe: o interiorizado e o externo real, com os “outros”. Tudo isso vale também para a mente do analista nas relações com seus pacientes.

Que a consciência era enganadora os psicanalistas já o sabiam há muito. Já que sabiam como a introspecção consciente pode nos fazer ver pirilampos como se fossem lanternas em nosso inconsciente. Mas que a própria sensação de ter capacidade de consciência fosse ilusória ou enganadora é uma noção sobre a qual os analistas ainda têm que meditar.

7. Perspectivas e interrogações

Muitas outras reflexões poderiam ser feitas, meditando psicanaliticamente, sobre o que nos dizem os estudos das ciências cognitivas. Aqui concluo, ressaltando a necessidade para a psicanálise de rever muitas de suas formulações teóricas. Isso ajudaria enormemente a clínica. E, talvez de modo particular, a aprendizagem das capacidades clínicas nos jovens analistas. Algumas formulações teóricas da tradição impedem, a meu ver, a utilização plena da experiência clínica que temos o privilégio de testar continuamente na nossa vida profissional. Acredito que, com relação aos cognitivistas, também aqueles que praticam as relativas psicoterapias, os psicanalistas partem com vantagem, pois possuem uma maior capacidade de escutar através dos canais de informação menos habituais, não verbais. Contudo a técnica, sobretudo aquela que diz respeito à comunicação em emissão, em vez daquela em recepção, deve ser ainda desenvolvida. Talvez falte um apoio técnico adequado e, sobretudo, uma abertura em direção aos estudos que são feitos sobre a mente a partir de outros pontos de vista psicológicos não psicanalíticos. Mas talvez justamente por isso, menos embutidos de tradições e mais atentos ao novo, nos ambíguos fenômenos que ocorrem na mente.

Em particular, a nossa já secular atenção à Relação poderia ser corroborada por uma *Teoria da Relação* que não fosse somente descritiva, mas também explicativa e de acordo com as ciências experimentais da mente (Imbasciati, 2001). Essa teoria poderia ser enquadrada em uma inversão da tradicional “perspectiva” psicanalítica: em vez de olhar para o inconsciente, considerando a consciência como “natural” e, em um certo sentido, explorar o inconsciente através da consciência, olhar para a consciência considerando o inconsciente como “natural” e explorá-la, para ver como, quando, por que ela se forma e como pode variar, no mesmo indivíduo, de





Antonio Imbasciati

acordo com os contextos relacionais.

A importância da relação colocada neste trabalho poderá parecer para alguns excessiva. Acredito, contudo, que o realce talvez paradoxal de algumas consequências de uma maior atenção à consciência possa ser utilizado pelos psicanalistas para desenvolver uma Teoria da Relação que apoie e amplie a clínica, há muito focalizada neste tema, e que melhor valorize a ampla seara de importantes produtos a esse respeito.

Uma teoria psicanalítica explicativa da Relação poderia ser desenvolvida questionando mais detalhadamente, em termos de processamento das informações, como são processadas aquelas “informações de dentro”, as quais assinalei (parágrafo 2, quinta linha), e que são o apoio com o qual os afetos lêem a experiência, sobretudo a própria experiência interior. Dessa forma, entraríamos no cerne de questionamentos sobre os processos representativos e sobre as capacidades auto-reflexivas. A partir delas constrói-se, estruturalmente na infância e cada vez mais nos contextos relacionais do presente, o estado de consciência. Neste sentido, uma teoria psicanalítica explicativa da Relação não pode deixar de lado os estudos cognitivistas. A parte de estudos que aqui trouxe pode ser justamente incluída entre os “teóricos da relação”. Isso soa mal aos ouvidos dos psicanalistas?

Para continuar, e terminar, em um estilo talvez um pouco provocativo, chamo a atenção do leitor, em conclusão, para um último aspecto inquietante. A relevância dada à relação, em que nos introduzem os estudos que aqui passei em revista, se, por um lado, pode nos fazer simplificar demais e discutir na nossa relação terapêutica com os pacientes, por outro lado, estendida esta relação a todo o campo social, nos insere em uma dimensão de absoluta relatividade no que diz respeito a tudo aquilo que acreditamos e a tudo que podemos conhecer. É o caso de se pensar sobre qual será, em um futuro social, a nossa dimensão de conhecimento, ou as nossas capacidades de consciência. Podemos falar de “verdade”? A experiência em O, de Bion, definida como mística, está, na verdade, além da relatividade relacional de cada conhecimento? Se estendemos radicalmente a concepção de relação da consciência e do conhecimento a todo o social, até pensarmos em uma relatividade absoluta, o que nos resta?

Talvez temor análogo surja de uma exigência da nossa consciência, que se refaz na ilusão de um Eu unitário, contínuo e estável, que possuímos de forma inalienável. Acreditar na relação significa confiar, quase completamente, nos “outros”, na confirmação social, e evoca o medo de perder-se. Difícil é encontrar-se nos outros.

Mas ... e se o social no qual viéssemos a nos reencontrar fosse perverso? □





Summary

The author tries to translate some of the main concepts of cognitive sciences into psychoanalytic ones and vice versa. In his translation he points out how psychoanalytic concepts may be developed, so that they can agree with experimental data of other nowadays sciences of mind. As in his previous works, the author outlines new theoretic views, which may improve psychoanalytic clinical data by supporting them with a general explicative theory of mind functioning. The author distinguishes explanation from description and outlines how nowadays psychoanalysis has no explicative theory: such a theory may be found in developing psychoanalysis by comparing it with cognitive sciences. The author suggests that nowadays we have no longer to question about why the unconscious, but why the consciousness. Cognitive sciences study consciousness since many years: we have to study it psychoanalytically. In such a perspective the author shows how many clinical phenomena we are used to see and to consider may be improved by an explanation as cognitive processes. Information processing theory of cognitive sciences may be psychoanalytically developed by observing the state of consciousness of the patient, but chiefly the state of consciousness in the analyst. In such a way we could join to an explicative Theory of Relation.

Referências

- AMMANITI, M., STERN, D. (1992). *Attaccamento e psicoanalisi*. Bari: Laterza.
- BARA, B. (1991). *Scienza Cognitiva*. Torini: Bollati Boringhieri.
- BARLOW, H.B. (1980). Nature's Joke: a conjecture on the biological Role of Consciousness, in Josephson B. D., Rachmandran V. (eds.), *Consciousness and the Physical World*. New York: Pergamon Press.
- . (1987). The biological Role of Consciousness, in BLAKEMORE, C., GREENFIELD, S. (eds.), *Mindwaves*. Oxford: Basil Blackwell.
- BARRON, J.W., EAGLE, M.N., WOLITZKY, D.L. (1992). *Interface of Psychoanalysis and Psychology*. Washington: American Psychol. Ass.
- BOWBLY, J. (1969, 1973, 1980). *Attachment and Loss*, vol, 1, 2, 3. London: Hogarth Press (Trad. ital.: *Attaccamento e perdita*. Torino: Boringhieri, 1972, 1973, 1983).
- . (1979) *The making and breaking of affectional Bonds*. London: Tavistock (Trad. ital.: *Costruzione e rottura dei legami affettivi*. Milano: Cortina, 1986).
- . (1988). *A secure Base*. London: Routledge (Trad. ital.: *Una base sicura*. Milano: Cortina, 1989).
- BRETHERTON, I. (1990). Open communication and internal working Models: their Role in the Development of the Attachment Relationship. In: Thompson R.A. (ed.) *Socioemotional Development*. Lincoln N.E.: University of Nebraska Press.
- BRETHERTON, I., FRITZ, J. et al. (1986). Learning to talk about Emotion. A functional Perspective.





Antonio Imbasciati

- Child Development*, 57, 529-48.
- BRUNI, A. (2001). Relazione contenitore-contenuto invertita. *Congresso IPA*, Nizza.
- BUCCI, W. (1997). *Psychoanalysis and Cognitive Science*. New York: Guilford (Trad. ital.: *Psicoanalisi e scienze cognitive*. Roma: Fioriti, 1999).
- . (1998a). Transformation of meaning in the analytic discourse. *Canadian J. Psychoan.*, 6, 233-260.
- . (1998b). The scientific status of psychoanalysis. *Psychoanalysis and Therapy*, 15, 257-280.
- . (2000). Need for a "psychoanalytic psychology" in the cognitive field. *Psychoan. Psychol.*, 17, 203-224.
- . (2001). Pathways of emotional communication. *Psychanalytic Inquiry*, 1, 40-70.
- DENNETT, D. (1991). *Consciousness explained*. London: Little Brown & Co. (trad. it. Milano: *Coscienza*. Rizzoli, 1993).
- DE WAAL, F. (1982). *Chimpanzee Politics: Power and Sex Among Apes*. London: Jonathan Cape, (trad. it.: *La politica degli scimpanzé*. Bari: Laterza, 1984).
- EAGLE, M. (1987). The psychoanalytic and the cognitive Unconscious. In: STERN, D. (ed.), *Theories of Unconscious and Theories of the Self*. N.J.: The Analytic Press.
- EDELMAN, G.M. (1989). *The Remembered Present. A Biological Theory of Consciousness*. New York: Basic Books (trad. it. *Il Presente ricordato*. Milano: Rizzoli, 1991).
- . (1992). *Bright Air Brilliant Fire: on the matter of Mind*. New York: Basic Books (trad. it.: *Sulla materia della mente*. Milano: Adelphi, 1993).
- FERRO, A. (1996). *Nella stanza d'analisi*. Milano: Cortina.
- FONAGY, P. (1997). Memory and therapeutic Action. *Internat. J. Psychoan.*, 80, 215-223.
- FONAGY, P., TARGET, M. (2001). *Attaccamento e funzione riflessiva*. Milano: Cortina.
- GILBERT, P. (1989). *Human Nature and Suffering*. London: Erlbaum.
- GREESPAN, S. (1997). *Developmental Based Psychotherapy*. Internat., USA Madison: Un. Press (trad. it. *Psicoterapia e sviluppo cognitivo*. Bologna: Il Mulino, 1999).
- IMBASCATI, A. (1991). *Affetto e rappresentazione*. Franco Milano: Angeli.
- . (1994). *Fondamenti psicoanalitici della psicologia clinica*. Torino: UTET Libreria.
- . (1997a). Una teoria psicoanalitica esplicativa: a teoria do protomentale. *Revista de Psicanálise da SPPA*, 3, 409-423.
- . (1997b). *Nascita e Costruzione della Mente*. Torino: UTET Libreria.
- . (1998a). Una teoria psicoanalitica esplicativa: la teoria del Protomentale. *Psicoanálisis* (A.P.B.A.), 1, 35-54.
- . (1998b). Le Protomentale: une théorie psychanalytique explicative. *Cliniques Méditerranéennes*, 57-58, 243-257.
- . (2001a). Quale Inconscio: la costruzione dei processi di simbolizzazione. *Psichiatria e Psicoter. Analitica*, 2001, 1, 125-142.
- . (2001b). Psicoanalisi e Scienze Cognitive: una possibile convergenza. *Rivista di Psicoanalisi*, 2, 321-346.
- . (2001c). The Unconscious as Symbolopoiesis. *Psychoan. Review*,
- LIBET, B. (1985). Unconscious Cerebral Initiative and the Role of Conscious Will in voluntary Action. *Behavioral and Brain Sciences*, 8, 529-566.
- LICHTENBERG, J.D. (1899). *Psychoanalysis and Motivation*. Hillsdale N. J: The Analytic Press (trad. it. *Psicoanalisi e sistemi motivazionali*. Milano: Cortina, 1995).
- LIOTTI, G. (1997). *La dimensione interpersonale della coscienza*. Roma: N.I.S.
- LIOTTI, G., JANNUCCI, C. (1993). La teoria motivazionale di Lichtenberg e la prospettiva cognitivo-evolutiva: spunti per un confronto. *Attualità in Psicologia*, 8, 11-18.
- MAIN, M. (1991). Metacognitive knowledge, Metacognitive Monitoring and Singular vs. multiple Mo-





Uma leitura psicanalítica das ciências cognitivas: em direção a uma teoria explicativa da Relação

del of Attachment. In: PARKES, C.M., STEVENSON-HINDE, J., MARRIS, P. (eds.). *Attachment across the Life Cycle*. London: Routledge.

———. (1995). Recent Studies in Attachment, in Goldberg S., Muir R., Kerr J, (eds.), *Attachment theory: Social Developmental and Clinical Perspectives*. Hillsdale N.J.: The Analytic Press.

ROCHA BARROS, E.M. (2001). An Essay on Dreaming, Psychical Working out and Working through. Congresso IPA, Nizza, 2001.

SHEVRIN, H. (1991). The Freudian Unconscious and the Cognitive Unconscious. In: BARRON & coll. Op. Cit.

STERN, D. (1985). *The interpersonal world of the infant*. New York: Basic Book (trad. it.: *Il mondo interpersonale del bambino*. Torino: Boringhieri, 1987).

WESTEN, D. (1999). The Scientific Status of Unconscious Processes: is Freud really dead? *Journal of American Psychoanalytic Ass.*, 47, 4, 1061-1106.

Recebido em 11/01/2002

Aceito em 12/06/2002

Tradução de **Janisa S. Antoniazzi**

Revisão técnica de **Paulo Henrique Favalli**

Antonio Imbasciati

Via Valsabbina, 19

25123 – Brescia – Italia

© Revista de Psicanálise – SPPA



Atenção montador
a página **202** é branca





Esther Bick e a “Observação de Bebês”*

Luciane Falcão**, Porto Alegre

O trabalho aborda a vida e a obra de Esther Bick. Descreve aspectos do método de observação de bebês por ela criado e como ela ensinava a observar através de comentários de seus supervisionandos. Para tanto serão citados depoimentos de Jeanne Magagna, Michel Haag, Cléopâtre Athanassiou, J. Symington e outros. Também é apresentada uma rápida contextualização de suas idéias teóricas dentro da psicanálise.

* Versão atualizada do trabalho apresentado em 2002, durante a formação analítica do Instituto de Psicanálise da SPPA. A versão resumida deste trabalho foi apresentada no Historic Symposium in Przemysl, organizado para homenagear os 100 anos de nascimento de Esther Bick. Esse simpósio ocorreu em Przemysl, sua cidade natal, como parte do VI International Congress on Infant Observation According to the Method of Esther Bick, Cracóvia, Polônia, 2002.

** Candidata do Instituto de Psicanálise da SPPA.





Introdução

A idéia principal deste trabalho é apresentar alguns dados da vida de Esther Bick, o método de observação de bebês por ela criado e uma contextualização de suas idéias teóricas dentro da psicanálise.

Apesar de já bastante divulgado em nosso meio, penso que há algumas peculiaridades ligadas a esse método que ou não têm sido sublinhadas ou muitas vezes têm sido distorcidas. Esther Bick nos deixou poucos artigos (apenas cinco e um sexto não encontrado), e o ensino do seu método passou a se expandir a partir da experiência vivida por quem trabalhou sob a sua supervisão. Hoje, através dessas pessoas, podemos nos aproximar mais do que era a observação de bebês para Esther Bick.

O trabalho de observação de bebês iniciou-se em Londres, em 1948, onde Esther Bick coordenou seminários, formando grupos de observadores que se multiplicaram. Desse modo conhecemos muito do seu trabalho através de colaboradores e alunos, dentre os quais se destaca Martha Harris.

Na França, a observação de bebês chegou principalmente através de Michel Haag, Geneviève Haag, Cléopâtre Athanassiou e Anik Maufras du Chattellier. Esses iam mensalmente ao encontro de Esther Bick em Londres, quando, em fins de semana, ela os recebia em sua casa a fim de supervisionar seus materiais, segundo Cléopâtre Athanassiou, de uma forma extremamente afetiva, característica que ela sublinha em Esther Bick. Após essa experiência, os mesmos citados acima organizaram novos grupos de supervisão de observação de bebês e divulgaram o método na França.

Michel Haag nos relata que foi nos anos setenta que James Gammil, amigo e aluno de Esther Bick, o aconselhou a ir a Londres seguir os ensinamentos da senhora Bick. M. Haag lembra sempre as palavras “EU NÃO SEI” como a expressão que poderia definir de que modo Esther Bick tentava iniciar o trabalho de observação: “*A observação é não se procurar nenhuma conclusão, é vir como uma tábua rasa: VOCÊ NÃO SABE, É TUDO e é a regra número um para o observador*”. Em todos os encontros com M. Haag, eu o vi repetir que esse era o “espírito de Bick”.

Desde 1995, esses e outros franceses começam a reunir-se em Paris duas vezes por ano para uma jornada de trabalho. Formam então a *Association Francophone des Formateurs à l'Observation de Bébés selon Esther Bick*. Esse grupo mantém alguns critérios para seus membros, entre os quais ter realizado a observação de bebês pelo método Bick, ter uma prática em supervisão de grupos de observação de bebês, ter formação de analista. O tema principal das suas reuniões é determinado com antecedência e permite trocar experiências relativas a questões clínicas e teóri-





cas surgidas nos seminários de supervisão de observação de bebês segundo o método Bick. O tema central é, em geral, apresentado por um ou alguns dos colegas do grupo e, mais seguidamente, a partir de material de observação de um bebê.

Com alguns anos de trabalho com grupos de observação de bebês, tenho refletido mais e mais sobre o “espírito” de Esther Bick e me preocupado com a “ampliação” do uso do método. Hoje, penso haver uma série de “alterações” que descaracterizam por completo o que ela criou. Tenho refletido inclusive sobre questões éticas e nossa responsabilidade enquanto formadores de observadores, porque, assim como na França, aqui o método também passou a ser bastante conhecido e de grande “sucesso”, muitas vezes sofrendo modificações em características tão sublinhadas por Esther Bick como o “você não sabe, é tudo”, – por exemplo, a introdução de questionários prévios e dirigidos, filmagens, observador em sala de parto, etc. Quero ainda sublinhar que muitos métodos de observação têm sua validade e, com frequência, são excelentes auxiliares nas novas descobertas quanto à vida emocional primitiva ou ao desenvolvimento das relações. No entanto, quando incluem alterações dos critérios da técnica de Bick, não poderiam mais levar o nome “Observação de Bebês Método Bick”.

Ao mesmo tempo que, se realizado dentro do seu quadro rigoroso, com seus critérios bem definidos, é de grande importância para a formação do psicanalista, o método, se usado de forma inadequada e com “alterações”, corre o risco de ser invasivo no momento de maior fragilidade do ser humano: o início da relação mãe/bebê.

A idéia deste trabalho é retomarmos o que era a observação para a senhora Bick e nos reaproximarmos do que os seus seguidores diretos nos ensinaram sobre um método que, caso mantido em sua forma mais pura, pode ser parte importante na formação do psicanalista.

A vida

Foi a partir do resultado de recente pesquisa histórica realizada por Andrzej Gardziel, um psiquiatra polonês que também se dedica à observação de bebês e que viveu sua infância e adolescência em Przemysl – como Esther Bick – que podemos completar algumas lacunas com relação à história dos primeiros anos de vida de Esther Bick. Até então, sabíamos pouco sobre sua infância.*

Apesar de que muitas evidências foram destruídas devido ao extermínio dos judeus na Polônia durante as duas guerras, Gardziel encontrou alguns dados sobre a

* Agradeço ao dr. Michel Haag pela gentileza em fornecer para esse artigo alguns dados que não haviam sido publicados na época em que o escrevi.





Luciane Falcão

família de Bick nos registros da Queen Hedwing Popular School e na Queen Hedwing Faculty School in Przemysl, no Public Archives in Przemysl, nos Jewish Birth and Death Registers, no Registrar's Office in Przemysl e no Real Estate Register's Office in Przemysl (Gardziel, 2002).

Os documentos encontrados até agora nos permitem reconstruir parcialmente os primeiros períodos da vida de Esther Bick. Foi uma vida cheia de eventos difíceis e dramáticos e esses dados apenas nos levam a imaginar como foram constituindo seu mundo e como contribuíram para o seu trabalho e seu legado tão especial e tão fundamental. Essa reconstrução deixa muitas questões em aberto e exige mais pesquisa.

Gardziel considera importante sabermos um pouco sobre Przemysl para que possamos compreender mais do que foi a vida de Esther Bick. Przemysl era uma cidade disputada entre a Polônia, Ucrânia, Alemanha e Áustria e estas disputas seguiram até a guerra de 1914-1918. A I Guerra iniciou-se no verão de 1914, e Przemysl esteve sitiada pelo exército russo de 26 de setembro a outubro de 1914 e novamente de 8 de novembro até sua capitulação em 22 de março de 1915, quando já não havia mais estoque de alimentos. Após invadir a cidade, os russos tornaram-se os dirigentes e em breve expulsaram quase toda a população judia, uma prática comum em toda a Rússia a partir de uma ordem de Nicolau II. Porém logo Przemysl foi recapturada pelos exércitos vitoriosos da Áustria e da Alemanha, que voltaram a expulsar os judeus que haviam retornado aos poucos. Após o fim da guerra e a recuperação da independência da Polônia, Przemysl perdeu seu valor estratégico e econômico, mas continuou sendo um importante centro educacional e cultural (Gardziel, 2002).

Em 15 de setembro de 1939, Przemysl foi invadida pelo exército alemão. Já nos primeiros dias de sua dominação, os alemães executaram mais de 600 pessoas, principalmente de origem judaica, e destruíram a bela sinagoga renascentista (próxima à casa da mãe de Esther Bick). Em cumprimento de um acordo prévio entre a Rússia e a Alemanha, os alemães desocuparam a principal parte da cidade, situada à margem direita do rio Sam. Em junho de 1941, após alguns dias de luta, toda a cidade foi ocupada pelos alemães. Estabeleceu-se um gueto judeu em julho de 1942 no nordeste da cidade e 17.000 judeus locais foram obrigados a lá se estabelecer. Como resultado da matança em massa e de transportes aos campos de concentração, quase todos morreram. O último grupo foi transportado em fevereiro de 1944. Em 28 de julho de 1944, Przemysl foi invadida pelas tropas soviéticas, encerrando-se a ocupação alemã (Gardziel, 2002).

Esther Lifsza Wander – era assim que Esther Bick se chamava – era filha de uma modesta família de judeus ortodoxos. Seu pai se chamava Samuel Wander, defi-





nido como comerciante em Przemysl e sua mãe era Chawa Lea (filha de Elisze e Dresla Malawer). Casaram-se em 18 de junho de 1901 em Lacka Wola, um vilarejo situado a cerca de 18 km a leste de Przemysl. Essa cidadezinha hoje pertence à Ucrânia, tendo o nome de Wolica.

Esther era a mais velha de três irmãos e nasceu em 4 de julho de 1902 na rua Mnisza, nº 5, em Przemysl. Nasceu numa grande casa de três andares, duas escadarias e muitos corredores escuros. A construção do prédio fora financiada pela comunidade judaica para abrigar judeus pobres. No registro de morte de judeus de Przemysl, encontra-se que Samuel Wander, comerciante, casado, morreu de tuberculose em 19 de janeiro de 1922. Segundo Gardziel, a idade do falecido é dada como sendo de 33 anos, o que levanta algumas dúvidas se realmente se trata do pai de Esther Bick, pois ele teria apenas 12 ou 13 anos por ocasião do nascimento da filha. Gardziel pensa ser possível que o registro esteja correto, pois casamentos em idade tão precoce eram permitidos e comuns na tradição judaica polonesa (Gardziel, 2002).

Quando seu irmão Michal nasceu, ela tinha quatro anos e oito meses de idade. Aos seis anos foi à escola. No segundo ano, por motivos desconhecidos, trocou de escola e esteve afastada por um longo período por causa de doenças. No quarto e último ano da escola primária (1911-1912), suas notas que até então eram "bom" e "muito bom" foram piores. Durante o primeiro semestre, faltou várias vezes sem justificativas. Talvez isso esteja relacionado ao nascimento de sua irmã Helena Maryen em janeiro de 1912, quando ela tinha nove anos e meio (Gardziel, 2002).

Segundo Joan Symington (citada por Gardziel), é impossível deixar de associar o nascimento de Helena Maryen e o pior desempenho escolar de Esther com um período de sua infância em que teve de sair de casa por um tempo. Quando voltou, começou a ter enurese noturna e dificuldades escolares. Nas primeiras semanas de 1914, além do nascimento da sua irmã Helena, iniciava-se o sítio de Przemysl pelo exército russo, que durou seis meses com interrupção de um, seguindo-se de dois meses de ocupação russa. Depois de outro sítio, a cidade foi recapturada pelos austríacos em junho de 1915. As escolas não funcionaram nessa cidade em 1914/15 (Gardziel, 2002).

Gardziel pensa que provavelmente nunca saberemos para onde foi a família de Esther quando da expulsão dos judeus pelos russos e quando voltaram para Przemysl. Existe um registro da volta de Esther para a Faculty School apenas no ano escolar de 1916/17, o que significa que ela esteve lá, muito atrasada na sua escolaridade. Nessa época, a família vivia na rua Jagiellonka, 7, e no ano seguinte, 1917/18, na rua Walowa, provavelmente com os pais da mãe de Esther. Seu pai voltou a trabalhar como comerciante, como quando se casou. Mais tarde, esteve empregado na arrecadação de impostos. Sem dúvida, o status social da família e a situação econô-





Luciane Falcão

mica deterioram (Gardziel, 2002).

Ao contrário de todas as previsões, Esther foi uma aluna muito boa e até excelente nesse período. Talvez as dificuldades da guerra e a piora da situação econômica a tornaram mais resiliente e madura. Os boletins de Esther mostram dificuldades nas matérias de desenho, bordados e costuras. Fora dispensada dessas matérias e não sabemos os motivos. Ela tentou ingressar na Jagiellonian University na Cracóvia, mas não foi aceita por excesso de contingente de judeus, o que mostra que existia um número limitado de vagas para esses (Gardziel, 2002).

Pelos registros encontrados por Andrzej Gardziel, Helena Maryem Wander, irmã de Esther Bick, morreu em agosto de 1934, aos 22 anos e a morte da mãe, Chawa Lea, foi registrada sob o mesmo endereço em 24 de fevereiro de 1942. No registro, consta que era viúva e tinha 55 anos. Se a idade por ocasião da morte estiver correta, vê-se que ela casou com 14 anos e deu à luz a Esther Bick aos 15 anos. A referida data de falecimento significa que morreu durante a ocupação alemã e provavelmente antes do estabelecimento do gueto judeu em Przemysl (Gardziel, 2002).

Martha Harris, sua seguidora e colaboradora, quando da morte de Esther Bick, deixou-nos alguns dados publicados que nos permitem uma aproximação maior com esses aspectos de sua biografia. Ela refere que Esther Bick era uma mulher corajosa, perseverante e inteligente e com isso conquistou seus estudos sem assistência, chegando até o seu doutorado em desenvolvimento infantil (sua tese abordava gêmeos), em 1936 em Viena, sob a supervisão de Charlotte Bühler, que lhe dá sólidos conhecimentos em observação detalhada de crianças pequenas (Martha Harris, 1983; Sheila Miller, 1998).

Seu casamento terminou antes de fugir da Áustria, embora ela e o marido tenham escapado da Gestapo atravessando juntos a fronteira com a Suíça após o acordo Anschluss (Anexação) com a Áustria em 1939. Ele permaneceu na Suíça, enquanto ela foi para a Inglaterra. Seu irmão Michal e a maioria da família morreram em campos de concentração como vítimas do Holocausto. Apenas muitos anos mais tarde, por volta dos anos 50, é que ela descobriu que sua sobrinha havia escapado desses campos de concentração e vivia em Israel (M.Harris, 1983; Gardziel, 2002).

Nusia, como era chamada pelos amigos, foi feliz nos primeiros contatos na Inglaterra. Primeiro esteve com Violet Oates, que se tornou sua amiga e a quem, nos últimos anos, associava em seu mundo interno com sua amada avó. E também com Melanie Klein, fonte de admiração, de força e integridade.

Durante a guerra iniciou sua primeira análise com Michel Balint – de 42 a 46 aproximadamente. Trabalhou numa enfermaria em Manchester, trabalhou também como instrutora de escolas maternas e de escolas para crianças inadaptadas, como “nursery adviser” para a primeira infância da Association of Mental Health in Great





Britain, como psicóloga e psicoterapeuta infantil nos Centros de Atendimento de Crianças (Child Guidance Clinics) em Londres. Em 1946 passa a psicoterapeuta infantil na Tavistock Clinic e em 1948 torna-se a diretora do curso de psicoterapia infantil dessa instituição. Engaja-se em tempo parcial na Tavistock e segue com seu trabalho privado (M. Haag, 2002).

Em 7 de junho de 1943 é aceita como candidata no Instituto da Sociedade Britânica de Psicanálise (BPAS) e em 1948 torna-se membro associado da mesma, enquanto trabalha na Middlesex Child Guidance Clinic com a Dra. Portia Holman. Passa a fazer parte da equipe da Tavistock e, com John Bowlby, inicia a formação em psicoterapia infantil. Dá começo a outra análise, dessa vez com Melanie Klein – de 1947 ao início dos anos 50 – cujos seminários no Instituto de Psicanálise de Londres lhe causaram um grande impacto. Em 1950 é qualificada como psicanalista infantil. Em 1953 torna-se “Full Member” da BPSA e, em 1954, “Training Analyst” da mesma (Martha Harris, 1983; M. Haag, 2002).

Segundo Martha Harris, o curso da Tavistock, criado por Bick e Bowlby, foi a formação mais estruturada em termos de trabalho psicanalítico infantil na Tavistock e no Serviço de Saúde. Sua personalidade forte e estilo de ensino resultava num profundo efeito. Na opinião de Martha Harris, os alunos que tiveram o privilégio de receber essa formação tornaram-se foco de inveja e críticas e, ao mesmo tempo, de admiração e respeito.

De acordo com M. Haag (2002), em 1960, a Tavistock, representada por Bowlby, não renovou o contrato de Esther Bick estabelecido em 1946 para a criação do curso de psicoterapia infantil. O principal motivo teria sido que Bick gostaria de conservar o curso dentro dos modelos estritamente kleinianos, enquanto Bowlby gostaria de abri-lo ao “Middle Group” de D. Winnicott. Ela então deixa a Tavistock e concentra-se no seu trabalho analítico e nos seminários que ministrava no Instituto Britânico de Psicanálise, nunca, porém, abandonando os seminários privados e extracurriculares para psicoterapeutas infantis nos vinte anos seguintes. Durante esse tempo ensinou muito na Espanha, Itália, América do Sul, em Israel e Suíça. Analistas e candidatos vinham desses países e da França e Estados Unidos para supervisionar com ela (Martha Harris, 1983; M. Haag, 2002).

Marta Harris lembra que a introdução da observação de bebês dentro da família como parte central da formação dos terapeutas infantis – algo de sua genialidade – ajudou a estabelecer a tradição na análise infantil fundamentada na atenção dirigida à observação sistemática e à descrição ao invés da ideologia e da teoria (Martha Harris, 1983).

Esse exercício faz parte da formação de todos os candidatos do Instituto de Psicanálise de Londres. É usado como método de ensino para se aprender com a





Luciane Falcão

experiência por muitos outros cursos da Tavistock Clinic que se voltam para o desenvolvimento profissional das equipes em vários aspectos dos atendimentos e da educação infantil. Nos últimos anos, a observação de bebês tem se introduzido em outros países – da Noruega à Índia – e ajudado a ampliar internacionalmente o quadro de profissionais capacitados a pensar no desenvolvimento infantil e na interação mãe-bebê, porque a experiência da observação é aberta a todos os aspectos do desenvolvimento da personalidade sem nenhuma focalização específica.

No Brasil, a observação de bebês foi introduzida por duas psicanalistas chegadas de Londres na década de 70. A dra. Lígia Amaral levou-a para São Paulo e a dra. Rosa Beatriz Pontes de Miranda para o Rio de Janeiro. Em 1979 Lígia Amaral veio falar a respeito na Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre, onde apresentou o método de Bick. Em 1985 foi a vez de Manuel Pérez-Sánchez, psicanalista que fez a formação em observação com Esther Bick, vir à nossa Sociedade com o mesmo fim. Atualmente a observação de bebês, método Bick, é uma opção para os candidatos do Instituto de Psicanálise da SPPA.

Marta Harris lembra que as duas paixões da vida de Esther Bick foram a psicanálise e Israel. Ela tinha muita esperança em ambos e em ambos ela investiu igualmente, em níveis bastante altos e impossíveis de serem realizados pela inevitável imperfeição de cada um. Esses padrões de exigências eram aplicados consigo mesma e com o que escrevia, o que fez com que dificilmente seus trabalhos fossem publicados. É como professora, “ensegnante”, nos diz M. Haag em suas comunicações verbais, e não como escritora que é lembrada por muitos dos que conviveram e trabalharam com ela. Marta Harris assinala que sua apreciação do material que lhe era apresentado e sua capacidade de extrair dele pontos decisivos e usá-los para dar vida à personalidade da criança ou pessoa descrita apresentava-se de uma forma poética expressa apenas por aqueles que amam a vida intensamente. Ela tinha a visão de como a vida poderia ser melhorada através da psicanálise e um desejo muito grande de comunicá-lo no seu ensinamento, mostrando pouca tolerância às atitudes que bloqueavam isso (Marta Harris, 1983).

No seu artigo em homenagem póstuma a Esther Bick, Marta Harris lembra ainda que o seu “não-comprometimento” com teorias, se a levou a ganhar inimigos e críticos, ao mesmo tempo sua integridade e força iluminadora fizeram com que conquistasse jovens colegas desejosos de aprender, que a admiravam de uma forma que poucos seres humanos são capazes de inspirar (Marta Harris, 1983).

Martha Harris, no artigo em que a homenageia, afirma que o que havia sido escrito sobre sua vida e personalidade complicada a fazia muito austera. Mas lembra também que deveria ter tido grande senso de humor e “uma loja de piadas judaicas”. Ela adorava cozinhar, dar festas e apreciava brincadeiras e jogos divertidos. Esse





lado mais alegre, pouco evidente nos últimos anos, retornou na sua fase terminal, quando se tornou a favorita da equipe da casa de idosos na qual estava vivendo. Eles a achavam corajosa, bem-humorada e fascinante. E assim ela foi. “*Através dessa vida ela nos deixou sua profissão e o mundo um lugar mais rico*” (Martha Harris, 1983).

Ela morreu em 20 de julho de 1983, em Londres, aos 81 anos, após um período de doença e perda de memória. Seu afastamento da prática com pacientes ocorreu em 1980. Não tinha parentes na Inglaterra, esse país que tomou seu, após ter chegado como refugiada da Áustria pouco antes da Segunda Guerra Mundial. Suas cinzas encontram-se no Cemitério Hoop Lane (Londres, Bairro de Barnet), onde também jazem as de M. Klein.

A obra

Quando Bick apresentou sua tese de doutorado em Viena sobre o desenvolvimento da criança – abordava gêmeos e devia usar um cronômetro para contar o número de respostas sociais realizadas por cada um dos gêmeos na direção do outro – ela compreendeu que, para estudar o desenvolvimento da personalidade sem levar em conta todas as teorias contemporâneas, deveria estudar a vida diária do bebê no seu ambiente familiar. Em 1948, quando iniciou seu ensinamento na Tavistock, a pedido de Bowlby, ela desenvolve o método de observação de bebês, que logo passou a fazer parte do curso de psicoterapia infantil na Clínica Tavistock. Sublinhemos que, até 1945, a escola kleiniana pouco se interessava pelo “bebê da realidade” (Bick, 1987; E. Freud, 1992; Magagna, 1992).

Os artigos. Em abril de 1948 Esther Bick lê, na Sociedade Psicanalítica de Londres (BPAS), o artigo intitulado “Notes on a case of a boy treated on a once a week basis”. A menção à frequência no próprio título vinha do que ela contrastava com o que era habitualmente preconizado: cinco sessões por semana. Este texto infelizmente não foi mais encontrado (M. Haag, 2002).

Em junho de 1953, apresenta na BPAS “Anxieties underlying phobia of sexual intercourse in a woman [married]” para ser aceita como “Full Member” da SPAS. O artigo foi recentemente encontrado através de duas vias: Jeanne Magagna e R. Willoughby, que recentemente o publica com uma introdução no *British Journal of Psychology*.

Em 1961, no Simpósio de Psicanálise Infantil do 22º Congresso Internacional de Psicanálise em Edimburgo, um ano após a morte de Melanie Klein, E. Bick é a





Luciane Falcão

porta-voz da escola kleiniana, confrontando-se com a de Anna Freud e apresenta o trabalho “A Análise Infantil Hoje”, publicado em 1962 no *International Journal of Psycho-Analysis* (M. Haag, 2002).

“Notas Sobre a Observação de Bebês na Formação Psicanalítica”, em que apresenta o método de sua criação, foi lido na Sociedade Britânica de Psicanálise em julho de 1963 e publicado no ano seguinte no *International Journal of Psycho-Analysis*.

“A Experiência da Pele nas Relações de Objeto Precoces” foi apresentado no 25º Congresso Internacional de Psicanálise, em Copenhague, em julho de 1967 e também publicado no mesmo *Journal* em 1968.

Em 1975, E. Bick lê “Findings from Infant Observation Integrated into Child and Adult Analysis” e expõe sua descoberta da adesividade e da bidimensionalidade, continuando sua comunicação de 1967. Esse artigo foi publicado postumamente com o título “Futuras Considerações Sobre a Função da Pele nas Relações Precoces – Integração à Análise de Crianças e de Adultos das Descobertas Feitas a partir da Observação de Bebês” em 1986 no *British Journal of Psychotherapy*.

Sobre esses textos lembramos as palavras de M. Haag: “*Seja qual for o valor desses cinco artigos, densos e claros, há uma evidência bem conhecida que a maior parte do ensinamento de Esther Bick foi feita pela via oral. Ela o preferia. ‘Writing is so lonely’ (Escrever é tão solitário) confessou a J. Gammill*” (M. Haag, 2002, p.19).

A Observação de Bebês. Depois que Esther Bick o apresentou ao Instituto de Psicanálise de Londres, seu método de observação de bebês passou a fazer parte da formação psicanalítica deste Instituto, além de constar do curso de psicoterapeutas em formação no Anna Freud Center.

Esther Bick considerou a experiência da observação importante por inúmeras razões, inclusive porque servia de ajuda para que os estudantes pudessem compreender mais claramente a experiência infantil de seus pequenos pacientes. Considerou-a uma forma de entender melhor a conduta não verbal da criança e seus brinquedos, a conduta da criança que não fala e nem brinca e uma ajuda para o estudante compreender as informações da mãe sobre a história da criança. Ao mesmo tempo essa experiência permite atentar para o desenvolvimento de um bebê desde o nascimento no seu ambiente e na sua relação com a família imediata, possibilitando ao observador descobrir por si mesmo como se originam e se desenrolam as ditas relações (Bick, 1987).

O objetivo principal do método é a formação profissional, ou seja, o método pretende *instrumentalizar* o terapeuta a lidar com as ansiedades nele provocadas pelo paciente. Esther Bick estava interessada em que o psicanalista e o psicoterapeuta de





crianças pudessem aprender a *observar*, em que o observador pudesse desenvolver suas *capacidades de receptividade e de pensar*. Para isso julga importante que o observador possa sentir-se “*incluído em grau suficiente dentro do seio da família, para experimentar o impacto emocional, sem sentir-se comprometido a desempenhar os papéis que lhe atribuem, por exemplo, dar conselhos ou demonstrar sua aprovação ou desacordo. Isso não exclui que ele possa se mostrar útil quando uma situação particular surgir: segurar o bebê no colo ou levar um presente em alguma ocasião especial. Em outras palavras, deve ser um observador participativo, privilegiado e agradecido*” (Bick, 1987, p.241). Isso inclui a intenção de fazer com que o observador se aproxime de forma prudente e progressiva de uma *experiência emocional*, experiência essa que é o encontro de um bebê com sua mãe e o seu mundo. Para tanto é importante que o observador receba as recomendações e os critérios necessários com relação à técnica e que a ajuda do grupo de supervisão mantenha essa tarefa. Penso que a observação de bebês leva a uma aproximação com a capacidade de suportar o “não saber”, conforme Bion tão bem sublinhara na sua obra.

Bick delineou seu método baseando-o em três momentos fundamentais: (1) a *observação* de um bebê na casa da família; (2) o *relato*, nos mínimos detalhes, do material observado; (3) a *supervisão* do material em grupo.

Didier Houzel compara esses três momentos da observação aos descritos por Freud (1911) no funcionamento mental: a *atenção* corresponde à observação, a *memória* corresponde ao relato e o *discernimento* (“*judgement*”) ao trabalho feito na supervisão em grupo (Houzel, 1989,1991). A grandeza de Bick foi ter separado os três tempos para evitar interpretações prematuras.

No entanto, antes mesmo de inserir-se na casa da família e realizar a observação, o observador deverá estar atento a outros aspectos que fazem parte do modelo Bick tais como a forma como há de procurar uma família para observar. Assim, ele há de contatar uma pessoa que terá o papel de “*intermediário*” para conseguir um bebê. O primeiro contato com a família, geralmente com a mãe e o pai, é feito através desse intermediário, que deverá ter noção do que é a observação e também conhecer a família. É bastante comum o intermediário ser um pediatra ou um obstetra, cuja tendência é encaminhar famílias com patologias. Ora, sempre teremos que ter bem claro que não necessitamos de famílias com patologias. É preferível, pois, que o intermediário seja um amigo ou colega conhecedor do método Bick.

O observador deverá sempre orientar o intermediário para procurar uma gestante com uma família constituída e informá-la de que se trata de uma observação para sua formação profissional. Não serão escolhidas famílias previamente identificadas como portadoras de dificuldades maiores, por exemplo, patologias conhecidas, casais em crises conjugais ou separados, mães solteiras, situação sócio-econômica





Luciane Falcão

muito miserável. Preferencialmente o contato com a família deve ocorrer antes do nascimento do bebê.

Quando o casal aceita e comunica ao intermediário sua decisão, o observador faz a primeira comunicação com a mãe por telefone: apresenta-se e refere-se rapidamente ao método. Marca-se então um encontro na casa da família em que é dito para os pais – que, com muita frequência, aceitam o observador – que o observador deseja adquirir certa experiência com bebês como parte de sua formação profissional e que estará lá para observar tudo o que se passa nessa família em que nasceu o bebê. Explicam-se aos pais a frequência semanal, o tempo de uma hora de observação, a duração de dois anos e que os horários serão combinados em comum acordo. O observador coloca-se na posição de aguardar ser chamado quando do nascimento do bebê. Assim, gestante e pai podem ter um tempo para refletir sobre a aceitação da observação. Se o bebê é recém-nascido, já podem combinar o início das observações, ou mesmo um período para pensar, caso a família o desejar.

O método de observação de bebês, segundo Esther Bick, consiste então em *observar* um bebê e o seu ambiente desde o nascimento até o final do seu segundo ano de vida. A visita é semanal, em horários fixos, na casa da família, e o observador permanece lá por uma hora.

Bick lembra que os observadores não estarão lá para algum comentário moral ou uma atitude crítica vis-à-vis da maneira de a mãe agir com seu bebê. Assim como com os pacientes, é aconselhável falar o menos possível sobre si, ao mesmo tempo que o observador deverá responder brevemente às questões que lhe dizem respeito (Bick, 1987). Também é sublinhado ao observador que o método consiste em observar o bebê e tudo o que vier a se passar nesse ambiente. Cada nuance será registrada.

O *relato* das observações deverá ser realizado nos mínimos detalhes e examinado posteriormente na supervisão em grupo. Recomenda-se não tomar notas durante a observação – recomendações essas próximas às de Freud (1912-1923) com relação à técnica. Isso, mesmo que leve o observador a uma certa angústia, permanece válido, porque esse processo constitui uma excelente preparação para o estágio da aprendizagem quando psicoterapeutas e analistas em formação vão precisar ouvir seus pacientes e redigir seus relatos de sessões para supervisões. A recomendação ao observador é que ele possa utilizar sua “atenção flutuante” (Bick, 1987). Os atos falhos da escrita, os esquecimentos, o não-dito, o “pensei que não era importante”, tudo isso vai nos servir como via de acesso ao material projetado no observador e que não pode ser pensado no primeiro momento da observação “in loco”, muitas vezes porque se aproximou de algum aspecto primitivo do próprio observador. Durante o relato, ou no segundo momento, já percebemos que muitos observadores têm seus próprios “insights”, seja das situações que envolvem diretamente a família, seja da-





queelas que têm a ver com seu mundo interno.

A *supervisão* também ocorre uma vez por semana. Faz-se em pequenos grupos, para que cada observador possa experienciar outros casos e então comparar os desenvolvimentos, as formações de vínculos mãe-bebê e, principalmente, as suas ansiedades. Cada observador lê o relato de suas observações, detém-se em diferentes aspectos que lhe provocam sensações, percepções e, muitas vezes, angústias e sofrimentos que necessita metabolizar redigindo e falando no grupo.

O supervisor, com formação em psicanálise e com sua própria experiência em observação de bebês, coordena o grupo e o auxilia a fazer o trabalho de aproximação da experiência emocional primitiva da dupla mãe-bebê com a experiência emocional do observador. Também tem como função auxiliar a detectar e trabalhar os fenômenos projetivos, diferenciando o que pertence a uma comunicação do desenvolvimento e o que está ligado a um aspecto pessoal do observador (quando a investigação é deixada ao insight do observador na sua análise pessoal ou no seu processo de conhecimento).

O que encontramos na prática da observação são muitas mães que utilizam o observador para projetar suas ansiedades. Ele, muitas vezes, as recebe e nem sempre consegue suportá-las. Apesar de vermos isso como tarefa da análise pessoal do observador, a supervisão pode, ao menos, descobrir algumas destas projeções nele colocadas, reveladoras de seus conflitos internos. A postura do observador requer um grau de contenção de suas atitudes. Fundamental dentro do método Bick, essa postura é que vai permitir a não invasão das suas angústias dentro da família.

Neste contexto, o supervisor deve perceber os momentos de maior dificuldade do observador, muitas vezes seguidos de uma tentativa de sair desta situação. Para lidar com tais dificuldades, o grupo precisa agir com a “função de continente psíquico”, a fim de ajudar o observador envolvido no impacto das projeções alheias. Um dos interesses do método reside na tomada de consciência dos elementos pessoais que travam uma observação que deveria ser tão livre quanto possível.

Annette Watillon lembra que a supervisão deve ajudar o observador a encontrar “seu lugar” na família observada, lugar que é função de cada um dos protagonistas, da história da família e do casal parental, da pré-história do bebê e da personalidade do observador. Refere também que as discussões nos grupos de supervisão permitem que o observador perceba sua tendência a projetar sobre a mãe observada a imagem da “mãe ideal” que tem dentro de si, em alguns casos esta imagem projetando-se também no supervisor. Watillon sublinha que a observação de bebês permite o aprendizado de qualidades muito úteis na clínica: a humildade, a paciência e o respeito (A. Watillon, 1997).

Nos grupos de supervisão, Esther Bick fazia perguntas aos observadores de tal





Luciane Falcão

forma que eles se sentiam como se fossem utilizar um “zoom” de um aparelho fotográfico que lhes permitiria melhor se concentrarem no bebê. Ela fazia perguntas do tipo: “*Como a mãe segura o bebê? Onde está sua cabeça? A que distância ele está do corpo da mãe? Em que direção ele olha? O que fazem suas pernas e seus braços enquanto ela troca de posição? Que movimento ou que inércia você pode ver no corpo do bebê? Mostre-nos, nós temos vontade de saber*” (Magagna, 1992, p. 178). Através dessas questões, a senhora Bick provocava uma descrição mais detalhada e qualitativa da forma como a mãe mantinha seu bebê e os comentários das diferentes maneiras pelas quais o bebê se mantinha sozinho. A cada semana de supervisão, a mesma iniciava com um resumo escrito sobre a discussão da semana anterior, de forma que houvesse uma continuidade entre as observações.

O que conhecemos do trabalho de Bick, referido por vários psicanalistas que tiveram a oportunidade de supervisionar com ela (Pérez-Sánchez, J. Magagna, C. Athanassiou, G. e M. Haag e outros), é que era extremamente atenta aos movimentos do bebê e do observador. Ela queria saber como o observador tinha visto aquele movimento específico do bebê e tentava trazer para o grupo o que aquilo podia significar.

O relato de Magagna de sua experiência com Bick é extremamente vivo. Ela descreve, por exemplo, quando, ainda nos primeiros meses de observação, o bebê aparece com uma erupção cutânea nas nádegas, couro cabeludo e face e a observadora adocece, tendo que anular uma visita à família. Sua doença surgiu após uma supervisão com a senhora Bick, na qual esta descrevera as angústias insuportáveis do bebê de uma mãe que não consegue contê-lo, o que o leva a utilizar sua pele como conteúdo. O jogo entre as angústias infantis da observadora, contidas quando criança por otites e gripes e reveladas pela identificação com as angústias do bebê, levaram-na a uma infecção que a impediu de ir vê-lo. Progressivamente, através do grupo de supervisão, a observadora teve coragem de poder trabalhar as projeções de que era objeto por parte dos membros da família. A mãe inquietava-se por não se sentir uma mãe perfeita; quanto à observadora, essa tentava colocar-se no lugar de cada membro familiar – e não somente no do bebê – e a distanciar-se suficientemente de si mesma, a fim de criar um espaço psíquico onde ela poderia reconhecer tanto suas angústias quanto aquelas projetadas em si pelos progenitores (Magagna, 1992).

Esther Bick mantinha-se atenta – e a nossa experiência com grupos de observação confirma este aspecto – ao fato de que, no início, a mãe tem um papel central nos relatos dos observadores, enquanto o bebê permanece uma figura estranha, cuja existência ainda não é completamente definida. Então ela insistia que o observador descrevesse os movimentos corporais do bebê, suas expressões. Aliás essa falta de identidade do bebê parece-se com a mesma falta de identidade do observador no seu novo papel. Às vezes encontramos mães mencionando que o bebê é um “estranho”,





um “pacote”, “um intruso”, e é exatamente assim que o observador se sente nos primeiros tempos na casa da família (Magagna, 1992).

Bick queria que o observador realmente entrasse na atmosfera da família, que ele pudesse detalhar e interpretar a qualidade do choro do bebê com uma sensibilidade comparável àquela de uma mãe que bem conhece seu filho. O observador deveria descrever o grito agudo e perceber que tipo de sofrimento comunicava, que terror, ou o grito que indicava o cansaço que o levaria a adormecer. Sabia que, se as más experiências não são evacuadas, o corpo é que serve de continente.

A posição do observador – gentil, presente, olhando, não interferindo na rotina, aceitando a mãe com suas limitações, sem criticar, sem opinar – é suficiente para que ela o aceite. Ou seja, esta conduta é capaz de promover um apoio, serve para reforçar na mãe seu próprio papel, já que, sentindo-se acompanhada e compreendida, vem a identificar-se com a função do olhar do observador para o seu bebê, o que estará contribuindo para algo simples, mas fundamental. Respeitemos, pois, suas defesas, visto que o olhar é que envolve, e que esta função de “envoltura” pode ser terapêutica.

A função do observador é *observar*. Se tiver que agir – em função de suas ansiedades – dando conselhos e interferindo na dupla, poderá estar colaborando para a mãe sentir que não é capaz de ser mãe, criando nela uma ferida. Penso que aqui nos referimos aos riscos da observação quando não bem conduzida. Tenho a maior preocupação com esses aspectos, pois Winnicott lembra que nós, profissionais da saúde, devemos cuidar para não atrapalhar a mãe que sabe ser mãe (preocupação materna primária) (Winnicott, 1964, 1994) Enfatizamos que esses aspectos devem ser claros para o observador, caso contrário corre-se o risco de uma invasão danosa para a dupla. A necessidade de o grupo refletir antes do início do trabalho é, pois, fundamental e recomendamos um tempo para essa reflexão, para que o grupo tenha a noção nítida do que significa entrar na casa de uma família com um bebê recém-nascido. Também recomendamos – como bem sublinhava Esther Bick – que o observador se encontre em psicoterapia ou análise pessoal, para que seus aspectos primitivos, que surgirão através da contratransferência, sejam acessados e analisados.

Esther Bick sublinhou a ajuda que a observação de bebês pode levar à mãe e ao bebê: “As mães seguidamente exprimem, de maneira explícita ou implícita, o quanto elas puderam se beneficiar com a presença regular de alguém que vem à sua residência e que elas passam a falar de seus bebês, de seu desenvolvimento e do que elas vivenciaram sobre isto” (Bick, 1987, p.241).

A observação de bebês é utilizada desde a época de Sigmund Freud e seus alunos. Vimos psicanalistas como Anna Freud, Winnicott, Spitz, Mahler e outros desenvolverem idéias a partir da observação. Mas foi somente depois de Esther Bick





Luciane Falcão

que começou a ser reconhecida como um momento nas formações analíticas e de transformações de vivências emocionais.

Uma “olhada” na obra de Esther Bick no contexto psicanalítico

Na história da psicanálise, é principalmente com Melanie Klein que a vida emocional dos bebês é plenamente reconhecida. Ela introduz a precocidade da vida fantasmática e a importância das relações com os objetos parciais. Sua intuição clínica a conduz a uma região que se revela extremamente fecunda em descobertas e em controvérsias (Sandri, 1998).

Neste campo, a idéia de “olhar” o bebê toma força, e podemos nos perguntar no que ele contribuiu para a psicanálise e no que a psicanálise pode contribuir para ele. Um bebê, por definição, “não fala”, “não sabe”, contudo, desde que passou a ser observado, muitas descobertas surpreendentes ocorreram.

O pensamento psicanalítico certamente se beneficiou com as manifestações do mundo do bebê. Quase que paralelamente às primeiras observações, surgiram, no mesmo contexto, as teorias de Bion sobre o nascimento do pensamento e as investigações de Meltzer sobre os distúrbios autistas. Um pouco mais tarde nascia na França a corrente psicanalítica que faz referência aos trabalhos de D. Anzieu sobre o ego-pele e os envelopes psíquicos.

A partir do momento em que M. Klein introduz a prática psicanalítica com crianças pequenas, ela inaugura a investigação de níveis mais primitivos do funcionamento psíquico. Paralelamente, ela dá um novo impulso à psicanálise de adultos. Abrem-se, assim, novas dimensões na pesquisa psicanalítica, sendo um dos seus momentos chaves a teorização kleiniana na elaboração do conceito de identificação projetiva (Klein, 1946). Com este conceito surge também a idéia de “espaço psíquico” estruturado concretamente como um lugar onde se passam os acontecimentos e nos quais os “movimentos” dos objetos internos criam uma situação dinâmica com a realidade externa (Sandri, 1998).

Se Klein sublinhara os aspectos patológicos ligados à utilização da identificação projetiva, Bion foi o verdadeiro iniciador de uma investigação que leva a descobrir as implicações para o nascimento do pensamento.

Bion colocou em evidência que a identificação projetiva não é somente uma operação que age fantasmaticamente no interior do psiquismo, mas que ela age também com o objetivo de comunicar ao exterior a experiência emocional. A relação existente entre o bebê e o seio é tomada como modelo de toda relação e de todo o desenvolvimento: o bebê, logo que ele experimenta um estado de tristeza e de sofri-





mento, só pode tentar evacuar estas emoções num “seio” que é supostamente o “continente”. Bion descreve o conceito de “rêverie” como uma função interpretativa e “maternal” por excelência: é um processo mental acionado por um ser que não possui a capacidade de “rêver” e “pensar”, um estado embrionário que ele comunica via corporal. A mãe atenta a captar estas comunicações vai recebê-las e traduzi-las.

Joan Symington, psicanalista do Instituto Britânico de Psicanálise, aluna de Esther Bick, observa como essa se interessava pela primeira etapa do desenvolvimento do lactente, a que precede o momento em que o bebê começa a sentir-se suficientemente sustentado mentalmente pela mãe que compreende e gerencia seu desamparo. Bick era totalmente consciente da terrível angústia do recém-nascido, que perde bruscamente sua unidade. Durante essas fases súbitas de não-integração, o bebê acha-se numa situação muito precária, “*como uma geléia a ponto de esparramar-se no vasto espaço infinito, perdendo-se*”. Para enfrentar essa angústia insuportável, a criança agarra-se a algo, contraindo os músculos, ou realiza movimentos frenéticos sem fim (J. Symington, 1995, p.33).

Mas há outra maneira de o bebê sentir-se sustentado nesses momentos de terror: é congelar-se tal como um animal e fixar-se em um estímulo sensorial particular. Num primeiro momento, dá-se um estiramento para o exterior, seguido de uma pressão inanimável em um objeto. Essa pressão mantém o ego unificado por um potente sentimento de adesão e pela concentração da atenção em um ponto. O bebê projeta-se, num momento de pânico, para uma base sólida na qual possa agarrar-se. É esse ponto de concentração que mantém a unidade de sua personalidade, antes que exista nele um conceito de conteúdo/continente: é a identificação adesiva (Bick, 1987).

A esse respeito citarei literalmente o exemplo de Joan Symington referente a um seminário de Esther Bick: “*Um bebê com nove semanas, que acabava de ser secado depois do banho, começou a chorar quando foi deitado de costas, parando quando viu o peito da mãe descoberto. O bebê utilizava seus olhos como tentáculos para agarrar-se ao seio da mãe. Quando esta cobriu o seio, o bebê começou a tremer e depois a chorar (segundo Esther Bick, o fato de visualizar os seios como um objeto ao qual agarrar-se não era habitual). Ela observou um outro bebê, durante a mamada, que fixava intensamente o rosto da mãe, agitando as mãos de forma intermitente e chupando violentamente o seio. Nesse caso, uma parte do bebê agarrava-se, desesperadamente, enquanto que outras partes podiam adaptar-se e relativizar-se. Um terceiro bebê, de sete meses, estava deitado de costas e mexia os braços de baixo para cima. Sorriu para o observador, mas ao fazê-lo, deixou cair um brinquedo que segurava. Congelou-se, seus movimentos interromperam-se e seu olhar fixou-se diretamente em sua frente, completamente imóvel, sem piscar. Esta utilização dos olhos para agarrar-se a um objeto é bastante diferente da que consiste em apreender o*





Luciane Falcão

objeto com o olhar” (J. Symington, 1995, p.34).

Essa maneira de colar-se pode aparecer em qualquer modalidade sensorial. Um bebê é capaz, pois, de usar seus ouvidos para prender-se a um som que o mantenha unificado; ou então levar a mão ou qualquer parte do corpo a uma superfície, não como uma carícia, mas como um contato duro e rígido. O bebê que gosta de mamar ou ter o seio na boca sem mamar agarra-se a este e o considera um elemento de unificação. É o ponto de focalização que mantém a personalidade unida. Symington relata a observação de um bebê que se agarrava tanto à mamadeira, que se tinha a impressão de que, sem ela, ele desmoronaria. Esther Bick chama esse tipo de agarramento de aprendizagem por mimetismo. Ela o considera uma etapa do desenvolvimento, anterior ao desenvolvimento de espaço mental. É mais uma “colagem” sobre a superfície, o precursor, portanto, da identificação projetiva, do que uma identificação projetiva fracassada. Essa identificação adesiva surge quando a mãe não pode ou não quer integrar em si as angústias que seu bebê tenta comunicar-lhe. Nessas circunstâncias, a defesa normal da “ventosa tentáculo” é reforçada patologicamente, porque o bebê precisa utilizar sozinho todas as defesas possíveis. Não existe mãe com a qual possa se proteger. Uma utilização excessiva deste mecanismo leva ao desenvolvimento de uma carapaça mental e somática (Bick, 1987; J. Symington, 1995).

A carapaça ou a “*segunda pele*”, como Esther Bick a chama freqüentemente, coloca um freio no contato emocional e, por isso, na evolução mental. É um fenômeno sensorial, tornando impossível o pensamento abstrato por sua ausência. Evidentemente é possível agarrar-se a um objeto que não está presente fisicamente. É demasiado fácil evocar mentalmente um conceito concreto ao qual podemos nos agarrar (Bick, 1987).

Esther Bick queria dizer com aprendizagem mimética que, por essa sucção tão intensa, o bebê se torna igual à superfície à qual se colou. Quando não há mimetismo, não há adesividade possível e as partes do corpo não podem formar um todo. O bebê que toca diferentes partes do corpo, quando desperta, reúne os pedaços, como uma delicada linha de horizonte tátil. Desse modo, utiliza o que sua mãe conseguiu oferecer-lhe, por exemplo, o fato de tocar as diferentes partes do corpo lembra a forma como a mãe o lavou, um elemento após o outro, como se o bebê se sentisse em pedaços.

D. Meltzer descreveu Esther Bick como uma terapeuta e uma professora de talento, “*em quem a grande dificuldade para escrever nos privou de termos seus aportes de suas observações e de suas idéias*”. Referia que Esther Bick e Bion foram “*verdadeiramente, os dois estudantes mais brilhantes de Melanie Klein e trabalharam mais ou menos na mesma época*”. Cita que, num primeiro momento, *a teoria da evacuação dos distúrbios mentais se pareceria muito com a teoria de Bick sobre a*





formação da pele secundária. No entanto, são idéias diferentes. Bion desenvolve uma teoria do pensamento e de seus fracassos e Bick fala da experiência do corpo enquanto elemento formador da personalidade" (Meltzer, 1998, p.153). Poder-se-ia fundir as duas? Meltzer diz que não, porque ela tem uma teoria de um *continuum* mente/corpo segundo a qual a maioria das coisas sentidas emocionalmente são, em primeiro lugar, sentidas naturalmente pelo corpo. Assim, Bick não tinha uma teoria do pensamento em relação com a teoria de Bion; para ela, graças às suas observações de bebês, a mente e o corpo constituíam um *continuum*; e isto não era um problema de interpretação, era simplesmente observação. O estado mental e corporal do bebê era um *continuum* (Meltzer, 1998).

Meltzer sublinha que, ao observar um bebê, Esther Bick "*observava uma mãe e seu bebê e sua atitude era científica, no melhor sentido do termo, pois era uma observadora e uma comentadora honesta daquilo que tinha observado. Possuía um certo gênio para enfocar eventos, configurações, formas particulares que se deixavam levar elas próprias para algo que se poderia chamar compreensão. Ainda não sei o que significa compreensão, mas é certamente bastante diferente de explicação*" (Meltzer, 1998, p.153). Ela descrevia suas idéias, e suas idéias não eram teorias, mas meios de detalhar fenômenos que observava. Tendo convivido muitos anos com ela, ele acrescenta: "*Suas idéias sobre o 'continente-pele', a formação de uma segunda-pele, a identificação adesiva e a dimensionalidade iam além do que Melanie Klein havia descrito sobre o desenvolvimento e a psicopatologia infantil. O 'approch' de Bick foi totalmente kleiniano quanto a sua preocupação com as relações de objetos e do narcisismo, das angústias persecutórias e depressivas, dos medos e dos tipos de identificação*" (Meltzer, 1998, p.153).

Meltzer refere ainda que os trabalhos de Esther Bick e as idéias de Bion descrevem o mesmo conjunto de fenômenos a partir de pontos de vista diferentes e complementares: "*Eu quero falar dos trabalhos que seguiram após a morte de Melanie Klein, nos anos 60 e início dos anos 70, quando eu e Esther Bick trabalhamos juntos em estreita colaboração, sem que nenhum de nós tivesse contato direto com Bion e antes que as idéias de Bion tivessem se tornado o centro das minhas próprias preocupações clínicas. Foi, historicamente, um período durante o qual a exploração entusiástica da esquizofrenia pelos analistas kleinianos se acalmou, porque o conceito de posição esquizo-paranóide havia penetrado além de onde Freud havia chegado com o caso Schreber. A posição esquizo-paranóide não pode jamais ser alcançada por certas crianças, ou talvez, estar perdida durante uma severa regressão enquanto posição organizada. A teoria dos processos de clivagem por fragmentação nas relações de objeto, ou as organizações narcisistas, aparentemente, não trataram do fenômeno. Pensávamos que as funções mentais básicas haviam sido atacadas e*





Luciane Falcão

perdidas ou jamais haviam sido desenvolvidas. Nesse impasse conceitual, Bick se volta para a observação de mães e bebês e trabalha com crianças psicóticas. Eu volto para o meu interesse inicial pelo autismo e a construção do sonho, enquanto Bion ‘pegou o touro pelas guampas’. Ficava claro que faltava para a psicanálise freudiana uma teoria das emoções e de valores, os quais o trabalho de Klein complementou, quanto faltava para a psicanálise kleiniana uma teoria do pensamento (...) As formulações de Bion colocaram (...) a emoção no centro dos processos do pensamento” (Meltzer, 1998, p.154).*

O mesmo autor destaca: *“Sem a teoria do pensamento de Bion, as descobertas de Bick sobre o ‘continente-pele’, como as nossas sobre dimensionalidade, o desmantelamento e as ramificações clínicas da identificação adesiva seriam simples raridades da psicopatologia. Mas desde que Bion abriu o vasto panorama de alfa e beta, de domínios simbólicos e não simbólicos da vida mental, nós constatamos que nossas pesquisas estavam em ‘avant-garde’ da investigação do domínio do não simbólico, o domínio dos elementos beta, da alucinação, da formação da paranóia, da desordem psicossomática, dos pressupostos básicos da mentalidade de grupo. A personalidade do continente-pele de Esther Bick, nossa descrição da bidimensionalidade nas crianças pós-autistas e a distinção de Bion entre a estrutura endoesquelética e a estrutura exoesquelética da personalidade poderiam ser consideradas como idênticas. Mas o gênio de Bion percebeu o grande projeto estrutural, lá onde nós, pesquisadores clínicos, descobrimos apenas fenômenos parciais” (Meltzer, 1998, p. 155).*

E sublinha a necessidade de descrever esses aspectos, uma vez que *“Em função do pouco que ela escreveu, a importância do seu trabalho não apareceria (...) Mas os que trabalharam em estreita colaboração com ela em supervisão e em seminários sabem o quanto ela apreendeu a natureza dos processos mentais em um grau elevado e o quanto ela conhecia profundamente a condição humana” (Meltzer, 1998, p.155).*

Comentários finais

Penso que, se Melanie Klein nos permitiu acessar um mundo de fantasia do recém-nascido e com isto se construir uma grande parte das teorias psicanalíticas, Bion colaborou para que suas teorias mostrassem como mãe-bebê se comunicam através de suas capacidades e Esther Bick nos proporciona a oportunidade de constatar “in loco” como é que o bebê se relaciona com a mãe e vice-versa. Penso que, se M.

* No original: “*prit le taureau par les cornes*”.





Klein descreve o mundo interno dos bebês e todas as suas fantasias, Bick nos permite conhecer o mundo externo, o mundo da relação, igualmente fundamental para o desenvolvimento da sua personalidade. Se ele cresce com fantasias e estas serão decisivas na sua vivência, a relação com a mãe real também o será e é esta relação que podemos ver com a observação de bebês.

Se a psicanálise quer se aproximar dos bebês, pode adotar a atitude que Bion preconiza, “sem memória e sem desejo”. Ou a “tábua rasa” que Esther Bick sempre lembra com relação à atitude do observador. Mesmo que isso não se tome ao pé da letra, porque seria impossível, nós poderíamos ao menos nos despir de nossos “hábitos mentais” representados por teorias, expectativas, necessidades de conhecimento e ir ao encontro deste bebê desconhecido, que, como nós, sabe pouco. Neste espírito é que a psicanálise “aprenderia” com os bebês. Uma das primeiras recomendações de Bick aos observadores era do tipo: “*Você não sabe, você irá simplesmente olhar, sem se preocupar com teorias psicanalíticas ou outras...*” (G. Haag, comunicação verbal). Mesmo reconhecendo que não há observação possível sem um mínimo de preconcepções teóricas, a experiência da observação de bebês pode nos levar a permanecermos receptivos aos aspectos desconhecidos e inesperados.

Acredito que a observação de bebês tornou-se uma fonte essencial de conhecimento das relações primitivas, do psiquismo humano e do seu desenvolvimento, mesmo que muitos psicanalistas rejeitem o método de Bick como pertencente a um campo da psicanálise e suas aplicações. Não podemos esquecer que o próprio Freud nos brindou com relatos de observações que tiveram um papel importante no desenvolvimento do seu pensamento, como o menino do carretel e o pequeno Hans. Houzel toma a observação de bebês como uma observação psicanalítica e deixa uma afirmação e um questionamento: “*A observação psicanalítica não é objetivante, ao contrário, ela coloca em jogo toda a subjetividade do observador, permitindo-lhe interrogar-se sobre essa implicação subjetiva. Ela é um maravilhoso meio para se desenvolver o que Bion chamou de ‘visão binocular’, ou seja, uma capacidade de se observar observando. Não seria este o caminho central de toda a prática psicanalítica?*” (D. Houzel, 1997, p.5).

Outro aspecto que desejo sublinhar novamente antes de encerrar este artigo é a questão ética enquanto observadores de bebês na casa de uma família. Penso que não podemos perder de vista as idéias de Bick, que se iniciaram há 50 anos, dentro de um contexto no qual o respeito pela mãe e pelo bebê era extremamente importante e fundamental. Hoje, com a propagação do método e o seu uso, muitas vezes de forma deturpada, corremos o risco de nos afastar do princípio da vida e da obra de Bick: o respeito pela natureza humana. Gostaria de sublinhar esse aspecto e lembrar a todos os que iniciarem o trabalho de observação que estarão entrando em uma relação





Luciane Falcão

extremamente delicada e certamente a mais primitiva e mais angustiante da vida. O nosso papel é observar sem invadir, porque, se invadirmos, estaremos criando feridas muitas vezes duras de serem curadas. Assim como Bick fazia suas recomendações, num momento em que o seu método ainda não era tão difundido, penso que é nossa tarefa, como observadores de bebês, estarmos atentos a esses aspectos e tentarmos transmitir para os futuros observadores quais eram os princípios de Esther Bick. Esses riscos são evitáveis, se nos mantivermos atentos aos critérios da técnica e à compreensão do material nas supervisões.

Ao mesmo tempo não esqueçamos que numerosas mães se sentem felizes de receber alguém que as escute com simpatia, cuja presença pode ser de uma grande ajuda. Lembremos, finalmente, que a escolha da família a ser observada também é algo muito importante. □

Summary

The paper refers to life and work of Esther Bick. It describes aspects of baby observation method created by her and also her technique of teaching observation through the commentaries made by the supervisees. Statements of Jeanne Magagna, Michel Haag, Cléopatre Athanassiou, and J. Symington among others are cited. A brief situation of her ideas in the psychoanalytic context is also presented.

Referências

- BICK, E. (1964). Notes on Infant Observation in Psychoanalytic Training. In: *Collected Papers of Martha Harris and Esther Bick*. London, 1987.
- . (1968). L'Expérience de la Peau dans les Relations d'Objet Précoces. In: *Les Écrits de Martha Harris et D'Esther Bick*. Paris: Hublot, 1998.
- FREUD, W.E. (1992). Rôle dans la formation des analystes. *Journal de la Psychanalyse de L'enfant*. Bayard, vol. 12: 37-59
- HAAG, M. (2002). *La Méthode d'Esther Bick pour l'Observation Régulière et Prolongée du Tout-Petit au Sein de sa Famille*. Paris: Autoédition.
- HARRIS, M. (1983). Esther Bick. *Journal Child Psychotherapy*, vol. 9.
- HOUZEL, D. (1989). Penser les Bébés: Réflexions sur l'observation des nourrissons. *Revu de Médecine Psychosomatique*, vol19, France.
- . (1991). Préface. In: *La Maman et Son Bébé: un regard*, par Rosella Sandri. Lyon: Cesura.
- . (1997). Introduction. In: *Observation Attentive des Bébés*. Paris: Hublot.
- MAGAGNA, J. (1992). Observation d'un Nourrisson avec Esther Bick. *Journal de la Psychanalyse de L'enfant*. Bayard, vol. 12:173-207.





Esther Bick e a “Observação de Bebês”

- MELTZER, D. (1998). Discussion. In: *Les Écrits de Martha Harris et D'Esther Bick*. Paris: Hublot.
- MILLER, S. (1998). Préface. In: *Les Écrits de Martha Harris et D'Esther Bick*. Paris: Hublot, 1998.
- SANDRI, R. (1998). *Penser avec les Bébés*. Ères.
- SYMINGTON, J. (1997). A Observação de Bebês. In: Lacroix, M.B. & Monmayrant, M. *A Observação de Bebês*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- WATILLON, A.(1997). Rôle du Séminaire dans l'Observation du Nourrisson. selon Esther Bick – artigo não publicado.
- WINNICOTT, D. (1969). *De la Pédiatrie à La Psychanalyse*. Paris: Payot.
- . (1994). *O Bebê e suas Mães*. São Paulo: Martins Fontes.

Recebido em 05/06/2002

Aceito em 07/08/2002

Luciane Falcão

Rua General Couto de Magalhães, 1155/902

90540-131 – Porto Alegre – RS – Brasil

E-mail: lufalcao@terra.com.br

© Revista de Psicanálise – SPPA



Atenção montador
a página **226** é branca





O pêlo branco do urso polar e o trauma, ou as pulsões como diferentes tendências de interação com o meio

*Eva Maria Migliavacca**, São Paulo
*Cláudia Maria Sodré Vieira***, São Paulo

O artigo apresenta as idéias de S. Ferenczi sobre as pulsões e discute algumas diferenças com o conceito freudiano. Aponta para a matriz relacional presente no pensamento ferencziano e a sua expressão em seu modelo pulsional. Relaciona as tendências ego istas e altru istas com o trauma. Discute as tendências alopl sticas e autopl sticas como diferentes formas de operacionalizar as relações com o meio ambiente. Conclui que Ferenczi raciocina a partir de tr s princípios, da autarcia, da universalidade e um terceiro conciliatório, distintos dos princípios freudianos do prazer e da realidade; que as idéias de Ferenczi convidam a uma preocupação preventiva e que os diferenciais que terão efeito terapêutico são as tendências conciliatórias e o altru simo do terapeuta. Finalmente, indica a necessidade de se deslocar o foco da compreensão das patologias para as relações entre indivíduos, instituições e nações e sugere que o nosso funcionamento mental está mais próximo de uma mente grupal do que individual.

* Candidata do Instituto de Psicanálise da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo. Professora no Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

** Professora do Curso de Psicodinâmica de Adulto do Instituto Sedes Sapientiae. Professora e supervisora do Uni-FMU.





A matriz das idéias de Ferenczi são as rela es. Apesar de buscar na biologia, como Freud, um diálogo com a psicanálise pelo método que denominou utraquismo, Ferenczi, ao dispor suas conclusões sobre a dualidade pulsional, descreve-a em termos de diferenças na condu o da energia – ativa e passiva – e de princípios que denominou de masculino e feminino. O paradigma continua, desvendando, através da dire o das pulsões, a sua base relacional: ego simo e altru simo.

A necessidade de manter o dualismo pulsional parece ser intensa em Ferenczi, dados os inúmeros desdobramentos dentro de um mesmo paradigma. Ferenczi (1932) não se opõe à teoria pulsional de Freud, ao contrário, considera que suas expressões não são mais que diferentes nomes para uma mesma coisa:

Apesar de tudo, não é inteiramente absurdo sustentar o ponto de vista do dualismo; os inúmeros exemplos, que existem por toda parte, de bipolaridade, de ambivalência, de ambid ncia, parecem justificar que se considere a natureza como um todo não são do ponto de vista do princípio do ego simo, mas também a partir de uma dire o pulsional oposta, a do altru simo. Tudo isso seria tão somente uma modifica o aparentemente ligeira da hipótese freudiana das pulsões de vida e de morte. Eu daria outros nomes à mesma coisa.¹

Ferenczi concebia, como é exposto acima, duas distintas tendências na natureza. Uma tendência egoísta, cujo objetivo era desfazer-se a todo custo do excedente de excita o que produzisse desprazer, e outra tendência altruísta, que responderia ao enigma da adesão ao desprazer.

Sob a a o da pulsão egoísta, desfazer-se da excita o a todo custo pode significar a morte. Essa tendência não   favorável a nada que represente desprazer, ou seja, ela se opõe ao reconhecimento da realidade frustrante e revela-se como uma impossibilidade de aderir-se ou afirmar o desprazer, condi o *sine qua non* para o registro da realidade. Quando as tendências egoístas se manifestam como recusa ao sofrimento, as outras tendências, as altruístas, são ativadas, o que sugere uma espécie de homeorrese², ou de ponto crítico a partir do qual uma ou outra tendência   posta em a o, alterando a estrutura, constituído-se como uma morfog nese.

As tendências altruístas são as responsáveis pela capacidade de sofrer ou tolerar o sofrimento e de reconhecer a realidade. A aceita o do desprazer pode manifestar-se como capacidade de tolerar o sofrimento e o reconhecimento da realidade frustrante, como também como adesão ao sofrimento e sua fru o, que ocorre no maso-

1. S. Ferenczi. *Do princípio masculino e feminino na natureza*, p.75.

2. Homeorrese é um termo utilizado na teoria sist mica para designar aptidões para mudanças.





quismo. A tendência altruísta seria a base do masoquismo, mas também da benevolência, da empatia, da compaixão.

Para Ferenczi, as crianças vivem um estágio de amor passivo, anterior à escolha objetual propriamente dita, que se funda na identificação com o objeto e que corresponde ao estágio da ternura. Inicialmente a criança é incapaz de amor, toda a sua libido está voltada para o desenvolvimento de sua mente e seu crescimento, necessitando, inclusive, de um acréscimo libidinal que lhe é provido pelo amor e cuidados maternos. Posteriormente, o seu ego, identificado com as qualidades benévolas introjetadas, seria o primeiro objeto de amor e só então poderia amar alguém que não a si mesma.

Nos adultos, a linguagem do amor seria a da paixão, da luta entre os sexos em um quadro tingido pelo ódio. O objeto da paixão é, para Ferenczi, ambivalente. Essa ambivalência não estaria presente na criança. A ternura não representaria a expressão de um instinto inibido em seu fim, como para Freud, mas a forma mesma da manifestação do impulso, forma passiva, pré-orgástica, não ambivalente. Nessa linha de raciocínio, Ferenczi destacou dois processos intervenientes na sublimação, um coincidente com a concepção freudiana e outro divergente. O primeiro comporta uma “...mudança de direção de moções apaixonadas agressivo-egoístas, mas que são irrealizáveis...”³ e uma outra que viria de uma fonte primária, não neurótica, de benevolência. Ferenczi firmava sua concepção de que o aspecto passional, ambivalente e até sádico expresso nas relações humanas é, este sim, uma formação reativa, um desvio imposto pela cultura ou pelas relações com o meio:

Se conseguirmos ter acesso à vida psíquica da criança ainda poupada pelas dores e os sofrimentos, chegamos finalmente à hipótese de que foi unicamente o sofrimento que tornou o homem apaixonado e desconsiderado. Se a criança vive ainda numa atmosfera ótima quanto ao seu meio, terá a tendência (a) para repartir seu prazer com o seu meio ambiente, (b) para encontrar um prazer ainda desprovido de inveja pela prosperidade e pelo bem-estar no meio ambiente.⁴

A diferença de linguagem entre o adulto (paixão) e a criança (ternura)⁵ supõe uma transformação – da ternura à paixão, que se dá em função de um sofrimento

3. S. Ferenczi. *Influência das paixões do adulto sobre as neuroses de caráter e sobre o desenvolvimento sexual das crianças*, p.194.

4. Idem, op. cit. p.193.

5. Há um texto de Ferenczi de 1933 chamado “Confusão de línguas entre adultos e a criança” (“A linguagem da ternura e da paixão”) que pode ser considerado um marco na sua obra. Nesse artigo Ferenczi expõe suas idéias sobre a importância do trauma e uma síntese sobre a sua compreensão do mesmo.





muitas vezes desnecessário. As exigências culturais a que estão expostas as crianças em seu processo de socialização acabam por conter um elemento traumat filo, como uma herança familiar, ou como um patrim nio cultural trágico, constituído por ideais inatingíveis e ilusórios e por exigências passionais dos adultos sobre as crianças que as transformam em objetos manipuláveis de forma perversa.

Assim, o trauma, como uma experiência de desprazer além do que o aparelho psíquico é capaz de elaborar, seria um fator decisivo na transformação da ternura em paixão, na ação da inveja e na prevalência do egoísmo e da destrutividade. Ferenczi nos faz supor um estado originário em que as pulsões não estão em luta, mas em um estado de apaziguamento. Como para Ferenczi existiria uma benevolência primária, o aspecto destrutivo e de ódio puro não seria, segundo nosso entendimento, efeito da defus o dos instintos, mas de uma perversão. O trauma provocaria um desvio no curso das pulsões, uma *perversão*, no sentido de alteração de função: a tendência egoísta seria expressa como um narcisismo mórbido ou uma destrutividade mesclada ou não com Eros e o altru simo como masoquismo e como uma morte do eu.

As tendências altruísta e egoísta podem também ser compreendidas como ativa ou passiva, ou feminina/conciliatória e masculina respectivamente. Ferenczi equipara os dois princípios de Freud com os seus, masculino e feminino: *“Sob a pulsão de ‘impor-se’ podemos colocar o princípio do prazer freudiano; sob a pulsão de conciliação, o princípio da realidade.”*⁶

Ferenczi⁷ (1932) estende a oposição pulsional como presença de distintas tendências na matéria animada e inanimada. A matéria inanimada estaria menos suscetível a transformações, seria mais rígida em suas relações com o meio. A sua organização está tão solidamente estabelecida que apenas eventos de extraordinária intensidade teriam o poder de alterá-la. Assim, Ferenczi traz à luz a possibilidade de mútuas influências, de relações com o meio. Transpondo essas idéias para as instâncias psíquicas, o ego desenvolvido teria uma rigidez maior do que um ego desorganizado e, portanto, uma tendência maior a manter a sua própria estrutura, o que é uma forma de manifestação das tendências egoístas ou de imposição. O ego organizado tem maior capacidade de transformações alopl sticas, ou seja, transformações operacionalizadas diretamente sobre o meio e que o manipulam, para alcançar seus objetivos primários de defesa contra a dor e busca de prazer. Por outro lado, o ego mais frágil, infantil ou menos organizado, estaria mais próximo da indiferenciação em sua própria estrutura e, portanto, mais suscetível ao efeito das forças ambientais.⁸ Essa plasticidade

6. S. Ferenczi. *Do princípio masculino e feminino na natureza*, p.76.

7. Ferenczi, S. *Pensar com o corpo é como a histeria*.

8. Certamente também é mais suscetível aos estímulos endógenos. De qualquer forma, o corpo pode ser considerado um ambiente para a mente.





O pêlo branco do urso polar e o trauma, ou as pulsões como diferentes tendências de interação ...

maior sugere uma forma conciliatória de relação com o meio, que se expressa como uma tendência a transformações autoplásticas. Para Ferenczi, a autoplastia antecede a autonomia.

Uma transformação autoplástica notoriamente conciliatória é o mimetismo. O mimetismo é um fenômeno adaptativo presente em alguns animais que tomam a forma ou a cor do seu *habitat*. A palavra mimetismo é formada a partir do grego *mimes-thai* que significa imitar⁹. Um dos sentidos da palavra imitar é “ser semelhante a”¹⁰ que nos remete a introjeção e a identificação como mimetismos. O que gostaríamos de enfatizar é o aspecto dinâmico da relação organismo–meio, ou, se considerarmos seres humanos, a relação entre dois sujeitos. Quanto ao primeiro par, organismo–meio, há um comentário de Ferenczi (1932) que revela o espírito do mimetismo como uma interação:

*De que forma a cor do meio ambiente é imposta a uma espécie animal ou vegetal? O próprio meio ambiente (regiões árticas) não tem vantagem nenhuma em pintar de branco o pêlo do urso; só o urso ganha com isso. Entretanto, teoricamente, não é impossível que um atributo comum superior compreenda ao mesmo tempo o indivíduo e seu meio, por exemplo, que a tendência geral da natureza para um estado de repouso enquanto princípio superior esteja operando perpetuamente a fim de nivelar a diferença entre acumulações de perigo e de desprazer. Esse princípio faz com que o meio ceda ao indivíduo sua cor própria e ajude o indivíduo a revestir-se da cor exterior.*¹¹

A idéia de Ferenczi de que, no início da vida, a criança se encontra ainda em um estado de “dissolução” faz com que se imagine que o contato da criança com o mundo que a cerca se dê através de uma sensibilidade muito maior que a do adulto. A criança estaria em ressonância com o seu meio. A dissolução e a ressonância nos fazem, por seu turno, imaginar um sistema com fronteira porosa, no qual as transformações repercutem rápida e intensamente.¹² Nesta situação de ampla ressonância, o risco do trauma parece estar potencializado. Se a porosidade se mantém, a estrutura inteira é destruída. Algo deve ocorrer para estancar o processo de fragmentação. Retomaremos mais adiante esse problema.

9. Cunha, A. G. *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*.

10. Ferreira, A. B. H. *Dicionário Aurélio Eletrônico século XXI*.

11. S. Ferenczi. *Sugestão, intimidação, imposição de uma vontade estranha*, p.50.

12. Se utilizarmos o referencial freudiano presente no “Projeto para uma psicologia científica” (1895), a ressonância representaria uma baixa à resistência das barreiras de contato.





Analisemos a relação entre o trauma¹³ e as diferentes direções pulsionais. Diz-nos Ferenczi (1932): “*Um sofrimento muito forte ou de longa duração mas, sobretudo, algo de inesperado que tenha um efeito traumático, esgota a pulsão de ‘impor-se’ e deixa as forças, os desejos, até as particularidades do agressor penetrarem em nós.*”¹⁴ Aqui temos duas considerações a fazer, uma quanto ao princípio de conciliação e outra quanto ao mimetismo.

O princípio de conciliação conduziria a uma adaptação passiva ao meio através de uma espécie de afrouxamento das resistências, das fronteiras, ou das barreiras de contato. O mimetismo seria mais propriamente um ajustamento que reproduz de forma autoplástica algo que não pertence originariamente ao organismo. No trauma, há uma fragmentação do ego, cuja intensidade dependerá de uma conjunção de fatores tanto qualitativos como quantitativos (efeito surpresa, coesão do ego, intensidade do estímulo, sentimento de desamparo, etc). Essa fragmentação é seguida de uma *introjeção do agressor* que é fruto do mimetismo. Essa introjeção é favorecida por uma *hipersensibilidade* e uma atenção voltada para o mundo externo que visa a evitar todo efeito surpresa, tendo finalidade defensiva. A atenção ficaria voltada especialmente para os *desejos e humores* do agressor como forma de conhecê-los para a eles corresponder, a fim de garantir a diminuição do sofrimento ou para preservar a própria vida. Com a introjeção, uma parte do ego é então convertida em objeto. Uma das finalidades da introjeção é a de transformar de forma autoplástica o objeto, de forma semelhante ao sonho, submetendo-o ao princípio do prazer. Se o objeto externo real escapa ao controle do sujeito vitimizado, torná-lo um objeto interno é um meio de conduzi-lo de acordo com o processo primário. O trauma impõe uma experiência de impotência diante do real, daí o recurso introjetivo. Entretanto, ao proceder dessa forma, o ego guarda uma cisão entre sujeito e objeto e reproduz a relação de violência, agora intrapsíquica.

Há um outro aspecto essencial a ser explicitado. Ferenczi sugere que a introjeção do agressor pode ser fruto não só do mimetismo, mas de um implante forçado, de uma invasão violenta de conteúdos mentais do agressor. Podemos definir o interjogo entre agressor e vítima como uma mutualidade psíquica, como uma relação que implica transformações de parte a parte:

O resultado desse processo é, por um lado, a implantação na alma da vítima de conteúdos psíquicos causadores de desprazer, provocadores de dor e tensão; mas, ao mesmo tempo, o agressor absorve, por assim dizer, uma parte

13. Os processos envolvidos no trauma são muito complexos e serão apenas citados de forma simplificada.

14. S. Ferenczi. *Do princípio masculino e feminino na natureza*, p.76.





O pêlo branco do urso polar e o trauma, ou as pulsões como diferentes tendências de interação ...

*que foi dela expulsa.(...) o agressor anexa o estado de felicidade ingênua, desprovida de angústia e tranqüila em que a vítima vivia até então.*¹⁵

Ferenczi, de forma intuitiva, descreve-nos o que M. Klein e posteriormente W. R. Bion desenvolveriam como os conceitos de identificação projetiva e introjeção.

Ferenczi apresenta-nos o agressor, ou o pólo masculino da relação, como alguém incapaz de tolerar em si mesmo conteúdos psíquicos desprazerosos, prevalecendo neste o impulso egoísta. A relação travada faz com que haja uma alteração na mente da vítima, portanto, do ponto de vista do agressor, uma transformação aloplástica, do ponto de vista da vítima, autoplástica. Com um processo que poderia ser classificado como uma autotomia¹⁶, o agressor livra-se do que o submeteria a um sofrimento insuportável, depositando na vítima essa parte nociva. Não se trata da pulsão de morte voltada para o exterior, mas de transplantes. A formação do superego estaria submetida a processos de enxerto e de transplante traumáticos. Há algo mais: a introjeção de um sentimento de culpa, a culpa do agressor, ou culpa alóctone.

O destino dos componentes introjetados é da máxima importância. Não significa que alguém que sofreu um trauma irá sempre se conduzir como vítima; se o ego se identifica com o agressor, o que teremos é uma forma de reprodução invertida. A força do ego parece ser fator prioritário na definição do destino da introjeção: “*Se o trauma encontra um Ego já mais evoluído, nesse caso sobrevirão as reações de cólera e as atitudes de desafio: criminalidade ...*”¹⁷

Quando o analista se defronta com pacientes traumatizados, a ciranda do horror pode ter continuidade e os transplantes psíquicos entram em ação. A mente do analista é solicitada a funcionar como meio ambiente e a relação vítima-agressor é reativada. Seria simples se pudéssemos afirmar que o analista ocupará o lugar do agressor, reproduzindo a relação originária, ou, ao contrário, a de vítima, possibilitando uma inversão histórica. Ambas as possibilidades estão em aberto: a compulsão à repetição refere-se a um padrão de relação, os papéis são fixos, mas quem os assume? Ferenczi usa o termo mutualidade psíquica revelando que os transplantes forçados podem ocorrer de parte a parte. A mente do analista não é uma tábula rasa e também nele estão em ação as duas direções masculina e feminina. A capacidade feminina do analista em suportar o seu sofrimento e o transplantado será o vetor que

15. S. Ferenczi. *Extirpação e implantação de conteúdos e de energias psíquicas*, p.113-4.

16. Segundo o *Dicionário Eletrônico Aurélio séc. XXI*, autotomia é “mutilação espontânea que se observa em certos animais (crustáceos, insetos, etc.), como recurso para escaparem ao inimigo que os procura reter.”

17. S. Ferenczi, *Estar só*, p.259.





diferenciar  o presente do passado, a rela o originária traumática da atual. Nessa experiência de oferecer a mente como um ventre materno, não é incomum o analista reencontrar-se com os próprios dem nios e com partes de si mesmo em agonia. Daí a necessidade sempre reiterada de sua análise pessoal.

Ferenczi considerava que nenhuma transforma o no universo ocorreria se não entrassem em jogo as tendências conciliatórias. A sua manifesta o assemelha-se   pulsão de morte freudiana, mas não parece coincidir com ela, pois a idéia de pulsão remete a incitar uma atividade: *“Todo ser vivo reage provavelmente a uma excita o de desprazer com uma dissolu o que começa com uma fragmenta o (pulsão de morte?). Mas, em vez de “pulsão” de morte, seria preferível escolher uma palavra que exprima a completa passividade desse processo.”*¹⁸

A organiza o eg ica seria mantida através da intera o com o meio, em especial com outros seres humanos. É a pressão do meio e a necessidade que irão promover uma maior organiza o. Quando a pressão   excessiva, interna ou externa, a tendência é o retorno a um estado de menor complexidade que garantiria ainda alguma autonomia. Precedendo a regressão, que é uma reorganiza o, há uma fragmenta o inicial que, se não for detida, leva à desorganiza o completa e   destrui o da estrutura:   morte. Dentro de certos limites, a fragmenta o do ego e a regressão possibilitam uma maior plasticidade. Quanto maior a organiza o, quanto maior a autonomia, maior a rigidez para altera es na estrutura, menor a plasticidade. Assim, a fragmenta o   necessária para que seja possível a manuten o de uma organiza o menos complexa, restabelecida através de tendências para a reconstru o do ego: *“A tendência para a autonomia é inicialmente completa; entretanto, uma corrente oposta (pulsão de conserva o, pulsão de vida) inibe a desintegra o e impele para uma nova consolida o, desde que a plasticidade resultante da fragmenta o o permita”*.¹⁹

Ferenczi não opõe frente a frente constru o e destrui o, desintegra o e consolida o. Ele aponta para uma espécie de mediador entre a autoplastia e a autonomia e lhe atribui o caráter de pulsão:

*Quanto à natureza desse fator pulsional e sua fun o,   difícil fazer-se uma idéia a respeito.   como se ele dispusesse de fontes de conhecimento e de possibilidades que ultrapassam infinitamente tudo o que conhecemos como faculdades de nossa inteligência consciente.*²⁰

18. S. Ferenczi. *Notas e fragmentos*, p.239.

19. S. Ferenczi. *Notas e fragmentos*, p.239.

20. Idem, Loc. cit.





O pêlo branco do urso polar e o trauma, ou as pulsões como diferentes tendências de interação ...

Essa “inteligência” pulsional avaliaria com precisão matemática as forças em ação na relação organismo-meio, teria informações sobre todos os investimentos energéticos e de todas as possibilidades corporais, ocupando-se em preservar a unidade da personalidade²¹. No trauma, a ação dessa inteligência pulsional, desse mediador, ficaria evidenciada pela situação de desprazer extremado:

*Pelo choque, energias até então em repouso ou utilizadas para a relação de objeto vêm-se despertadas de súbito sob a forma de solicitude, de precauções e de preocupações narcísicas. Uma força interna, de natureza ainda desconhecida, por certo inteiramente inconsciente, que avalia com precisão matemática tanto a gravidade do trauma quanto a capacidade de defesa disponível, produz, à maneira de uma máquina de calcular complicada, com uma segurança automática, o único comportamento psíquico e físico prático e correto na situação dada (...) A partir do momento em que, sob a influência desses processos, sobrevém uma espécie de liquidação do choque, a psique apressa-se em reunir numa unidade os diversos fragmentos que é preciso controlar de novo.*²²

Assim, Ferenczi parece operar não com dois, mas com três princípios que ele denominou capitais:

- Princípio do *egoísmo* ou da *autarcia*²³, que promoveria a autonomia, configuração de fronteiras, assegurando a individualidade, promovendo uma organização autocentrada, como uma célula isolada²⁴ no organismo, ou como um indivíduo sem a presença de um grupo. Percebemos uma semelhança com a pulsão de conservação ou os instintos do ego em Freud. Ferenczi relaciona-o com a pulsão de vida, com defesas e proteção contra excessos de estimulações.

- Princípio da *universalidade*, que é o fundamento do *altruísmo*, da prevalência do todo sob as partes, da aceitação passiva, da identificação, da porosidade das fronteiras. Ferenczi relaciona-o com a pulsão de morte, com a busca de apaziguamento, com a harmonia. Nós, com uma manifestação de Eros, já que implica uma espécie de comunhão com algo que é um não-eu, de forma mais sincrética que simbiótica.

21. S. Ferenczi. *Notas e fragmentos*.

22. Idem, op. cit. p.239.

23. Autarcia significa auto-suficiência. (*Dicionário Aurélio Eletrônico século XXI*)

24. Pensar em uma célula isolada no organismo reflete apenas uma tentativa de evidenciar uma ordem de fenômenos. Nenhuma célula conduz seus processos de forma independente do meio, mas determinados processos se destacam como, dentro de certos limites, sofrendo uma influência menor de fatores exógenos que nos permite desconsiderar as influências exógenas.





• Um terceiro princípio não nomeado, mas que nós convencionamos chamar de princípio *conciliatório*, que nos remete à anteriormente referida “inteligência pulsional” despertada em situações dramáticas e que funcionaria como uma espécie de regulador econômico, que define um novo centro de gravidade que não está mais presente nem no organismo, nem completamente fora dele. Em termos econ micos, evitaria o excesso de libido narcísica, bem como o excesso de libido objetal. A falha na distribuição da libido provocaria uma resposta que fenomenologicamente seria vivenciada como culpa²⁵.

O princípio conciliatório seria o responsável pela reorganização do ego após fragmentação traumática e pelas formações de compromisso em seu sentido mais amplo. Há uma diferença acentuada da noção freudiana de conflito, já que pressupõe uma tendência além do ego simo e do altru simo e que, em alguns momentos, aparenta confundir-se com este último. Freud delegava ao ego a função de negociação e de síntese, não a uma tendência ou princípio, portanto, mas a uma organização, a uma estrutura. Podemos conjecturar que a capacidade de síntese do ego pode ser creditada às manifestações da pulsão de vida, mas não cremos que síntese implique apenas união em unidades cada vez maiores, mas um verdadeiro processo de elaboração que exige uma separação, distinção, uma análise. Por outro lado, na fusão dos instintos, na construção de amálgamas, Freud não faz referência a nenhum princípio norteador ou que conduza o contrato entre os instintos.

Sem dar mais expansão às idéias, não nos parece possível sobrepor pulsão de vida e de morte e as tendências egoístas e altruístas, nem sequer seguir a sugestão do próprio Ferenczi de que a tendência egoísta corresponderia ao princípio do prazer e a altruísta ao da realidade. Apesar de Ferenczi em alguns momentos referir-se a pulsões ou instintos, em outros parece mais estar descrevendo princípios e não tendências para a ação. Não há dúvida de que podemos relacionar narcisismo e tendências egoístas e altru simo e amor objetal, mas não se correspondem diretamente. O aspecto destrutivo ou carregado de ódio com que a pulsão de morte se manifesta adquire em Ferenczi um caráter secundário, uma reação ao sofrimento insuportável, portanto ao trauma. O fim da pulsão de morte ferencziana é o apaziguamento e não a destruição.

Para Ferenczi o masoquismo pressupõe uma espécie de morte do ego, portanto um distúrbio na gestão de estímulos. O ódio destrutivo para ele é uma reação psicopática: ali onde deveria aparecer tristeza aparece ódio. Ferenczi tinha uma crença de que a educação das crianças baseada nas descobertas da psicanálise, bem como as transformações analíticas nos casos individuais acabariam por ir formando um

25. S. Ferenczi. *Os três princípios capitais*, p.260-1.





O pêlo branco do urso polar e o trauma, ou as pulsões como diferentes tendências de interação ...

circulus benignus em oposição ao *circulus vitiosus* do trauma, acrescentamos nós. Para ele, seu otimismo era resultado do êxito de sua psicanálise e não podemos deixar de notar esse traço em suas idéias:

Se nos entregássemos, sem vergonha, à formulação de profecias, diríamos que o que se espera do futuro não é a vitória do capitalismo unilateral e brutal, nem a do igualitarismo fantasista, mas um pleno reconhecimento da existência de pulsões egoístas, que permanecem sem controle, mas que devem ser em parte realmente satisfeitas, e a eliminação de muita bondade exagerada, neurótica e ainda apaixonada, violenta em seus efeitos, poder-se-ia dizer (a política do “Pássaro come ou morre”), e talvez, enfim, a lenta eclosão de uma benevolência ingênua...²⁶

O que emerge como um precipitado dessas nossas reflexões é que o trauma deve ser considerado com especial cuidado, e Ferenczi nos faz pensar na importância do ambiente e das relações na produção do trauma, na fragmentação do ego e na identificação com o agressor. O egoísmo e a paixão do agressor sobre a vítima pervertem a sua ternura original em ódio e destrutividade. Ferenczi parece nos convidar a pensar em prevenção e na relação analítica como um momento de criação, de uma conciliação, em que as tendências altruístas do terapeuta podem ser o diferencial que possibilitará a ruptura com a compulsão à repetição.

Em um contexto mais amplo, não podemos deixar de lembrar que estamos sendo vítimas sociais de uma violência que nos atinge a todos, direta ou indiretamente e que, em função disso, a nossa cultura é geradora e multiplicadora de indivíduos fragmentados, semimortos e de vítimas da identificação com os agressores: algozes sádicos. Estamos vivendo uma globalização do horror que se processa nas relações com as crianças e nas relações entre as instituições e os indivíduos, nações e nações, corporações e nações. Qual seria a saída? Entregar-se como cordeiros em sacrifício ou isolar-se em feudos superprotegidos? Se considerarmos as idéias de Ferenczi, qual seria a saída conciliatória? Talvez estejamos mesmo necessitando de uma mudança no centro de gravidade em múltiplos sentidos. Talvez isso indique que o que necessita de tratamento, sob um ângulo mais totalizante, não seja o indivíduo, mas as relações, os intercâmbios. Talvez estejamos mais próximos da psicologia de grupo²⁷ do que da psicologia individual do que gostaríamos de supor. Talvez funcionemos

26. S. Ferenczi. *Influência das paixões dos adultos sobre a neurose de caráter e sobre o desenvolvimento sexual das crianças*, p.195.

27. Cf. S. Freud. (1921) *Psicologia de grupo e análise do ego*.





mais como uma mente coletiva, tal como na horda primeva, arrastados pelas ideologias, pela m dia, por um consumismo drogadicto que muito promete e nada cumpre. Talvez.... □

Summary

The article presents the ideas of S. Ferenczi about drives and discusses some differences with the Freudian concept. It points out the relational source present in Ferenczian thought and its expression in his drive model. It relates both egoistic and altruistic tendencies with trauma. It discusses the alloplastic and autoplasic tendencies as different forms of operationalizing the relationships with the environment. It concludes that Ferenczi reasons following three principles: self-sufficiency, universality and a third conciliation, which are distinct from the Freudian principles of pleasure and reality which Ferenczi's ideas warn about, and that the therapeutically effective differentials are the conciliatory tendencies and the therapist's altruism. Finally, it indicates a need to transfer focus from the pathologies to the relationships among individuals, institutions and nations, and suggests that our mental functioning is closer to a group than an individual mentality.

Referências

- CUNHA, A. G. *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- FERENCZI, S. (1932). Influência das paixões do adulto sobre as neuroses de caráter e sobre o desenvolvimento sexual das crianças. In: *Diário Clínico* São Paulo: Martins Fontes, 1990. p.194.
- . (1932). Do princípio masculino e feminino da natureza. In: *Diário Clínico*. São Paulo: Martins Fontes, 1990, p.74-6.
- . (1932). Notas e fragmentos (Os três princípios capitais). In: *Obras Completas, Psicanálise IV*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p.260-1.
- . (1932). Sugestão, intimida o, imposi o de uma vontade estranha. In: *Diário Clínico*. São Paulo: Martins Fontes, 1990, p.48-51.
- . (1932) Extirpa o e implanta o de conteúdos e de energias psíquicas (S.I.) In: *Diário Clínico*. São Paulo: Martins Fontes, 1990, p.112- 4.
- . (1932). Estar só. In: *Diário Clínico*. São Paulo: Martins Fontes, 1990, p.259.
- . Notas e fragmentos (Toda adapta o   precedida de uma tentativa inibida de desintegra o). *Obras Completas, Psicanálise IV*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p.239.
- FERREIRA, A.B.H. *Dicionário Aurélio Eletrônico século XXI*. Versão 3.0 (CD-ROM). São Paulo: Nova Fronteira, 1999.
- FREUD, S. (1895). Proyecto para una psicología para neur logos. In: *Obras Completas, Vol. I*. Madrid:





O pêlo branco do urso polar e o trauma, ou as pulsões como diferentes tendências de interação ...

Biblioteca Nueva, 1973.

———. (1921). *Psicología de las masas y análisis del "yo"*. In: *Obras Completas, Vol. III*. Madrid: Biblioteca Nueva, 1973.

Recebido em 10/05/2002

Aceito em 07/08/2002

Eva Maria Migliavacca

Rua Joaquim Antunes, 490, conj. 12

05415-001 – São Paulo – SP – Brasil

E-mail: emiglia@usp.br

Claudia Maria Sodré Vieira

Rua Ministro Roberto Cardoso Alves, 426

04737-000 – São Paulo – SP – Brasil

E-mail: clausodre@zipmail.com.br

© Revista de Psicanálise – SPPA



Atenção montador
a página **240** é branca





O ideal do ego e o superego: um estudo sobre a relação entre os dois conceitos e suas implicações teórico-clínicas

Paulo Fonseca, Porto Alegre*

O texto apresenta a evolução dos conceitos de ideal de ego e de superego, desde as primeiras proposições de Freud e as modificações que neles foram introduzidas pelo próprio Freud e por outros analistas de diferentes escolas. O autor considera o ideal de ego como um conceito válido para um melhor entendimento de variadas situações clínicas e, apesar do reconhecimento das diferenças conceituais, busca articular os aspectos estruturais do conceito de ideal de ego com os de relações de objeto no contexto da teoria das posições, de Melanie Klein.

* Psicanalista, Membro Efetivo da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre.





“Na verdade, todo esse esforço para substituir o pai verdadeiro por um que lhe é superior nada mais é do que a expressão da saudade que a criança tem dos dias felizes do passado, quando o pai lhe parecia o mais nobre e o mais forte dos homens e a mãe a mais linda e afável das mulheres”.

Freud, *Romances Familiares*, 1909 (1908)

“Aquilo que herdaste de teus pais conquista-o para fazê-lo teu”.
Goethe, *Fausto*, parte I, cena I

apud Freud, *Totem e Tabu*, 1913 (1912)

Introdução

Enquanto que, na literatura psicanalítica, o conceito de superego tem sido enfocado pela maioria dos autores a partir de Freud, o que resultou em uma especificidade e aceitação mais amplas, a noção de ideal do ego não tem sido detalhada de forma tão sistemática e longe está de ter o mesmo reconhecimento.

A primeira explicação para o fato decorre da ausência de uma delimitação conceitual, já que, em seus últimos escritos, o próprio Freud utilizou os dois conceitos de uma forma intercambiável como sinônimos. Nesses termos, não haveria necessidade de um estudo detalhado de algo que já estaria devidamente formulado e o ideal do ego passou a ser visualizado apenas como uma função especial do superego para um grande número de psicanalistas. Para alguns outros, o ideal do ego é simplisticamente entendido como se constituindo de imagens internalizadas dos pais e outras autoridades e que sirvam ao ego como modelos, para nortear seus comportamentos e papéis.

Nos últimos anos, no entanto, alguns autores têm direcionado, ao ideal do ego, uma atenção mais detida, reconhecendo-o como um conceito de valor com características e peculiaridades próprias. Para eles, a compreensão do ideal do ego e sua relação com o superego assume uma importância central, a individualização do conceito tendo significado não apenas pelas implicações na área clínica, mas, mais do que isso, na busca de um entendimento de ser humano em sua trajetória de desenvolvimento. Para um grande contingente de autores, porém, o conceito de superego já é suficiente para tais objetivos e o ideal do ego seria uma noção descartável por redundante. Para alguns outros, o próprio superego é questionado como instância psíquica especial, reconhecendo tão somente múltiplas e abrangentes funções do ego.





Por outro lado, pode-se entender que o conceito de ideal do ego que, de certa forma, veio impor a formulação da teoria estrutural (montada para enquadrar o superego como uma instância psíquica inter-relacionada ao ego e ao id), em dado momento experimentou uma mudança de rumo com o conceito de idealização. Freud, em 1921, ao falar no processo de idealização na situação de enamoramento, descreveu-o como um desenvolvimento de seus conceitos de narcisismo e ideal do ego. Mas, intrinsecamente, a idealização diz mais respeito à teoria das relações de objeto. Isso tornou-se um outro ponto polêmico, ainda a exigir esclarecimento – a idealização dos objetos não sendo um desdobramento natural do conceito do ideal do ego, da teoria estrutural. Ela é entendida, por muitos autores, notadamente Melanie Klein e seguidores, como tendo, primordialmente, uma função defensiva contra pulsões destrutivas. E, com essa abordagem, o conceito estrutural do ideal do ego passou a adquirir, para muitos analistas, um outro significado, participando na compreensão das relações de objetos idealizados, cuja fonte última seria a clivagem dos objetos, na posição esquizo-paranóide, em um seio inesgotável e sempre disponível, de um lado, e um seio mau, persecutório em termos exaltados, do outro.

Têm ocorrido algumas tentativas, como a de Meltzer (1965) ao propor o superego “inspiracional”, que buscam integrar o conceito estrutural com o de relações de objeto. Mas até o momento, no entanto, tais aspectos, que podem ser visualizados como não excludentes e sim complementares, seguem colaborando para uma certa ambigüidade conceitual.

Nesses termos, julguei oportuno empreender uma revisão sobre o tema na literatura psicanalítica, buscando precisar os significados que diferentes autores atribuem ao conceito de ideal do ego em sua relação com o de superego. Em tal revisão, pontuo os clássicos escritos de Freud e o aporte teórico de diversos autores de diferentes escolas que possam ser úteis para o entendimento e discriminação dos conceitos e suas implicações. Tenho o objetivo também de expor como compreendo o conceito de ideal do ego, considerando que ele experimentou tal evolução desde uma abrangência genérica até sua importância em situações específicas, que levam em conta as relações de objeto. Assinalo, de início, que a amplitude do tema não permite, obviamente, abranger as contribuições de todos os autores que o estudaram ou sobre o qual se manifestaram.

A evolução dos conceitos nos trabalhos de Freud

A noção de um *ideal do ego* foi, pela primeira vez, apresentada por Freud em seu artigo “Sobre o narcisismo: uma introdução”, de 1914. O termo superego, por sua





vez, foi por ele introduzido em 1923, por ocasião da publicação de “O ego e o Id”. Mas, como acontecia usualmente na construção de seu pensamento teórico, os fenômenos que estão incluídos nos dois conceitos vinham já sendo abordados nos anos anteriores às publicações referidas.

Assim, em 1885, em seu “Projeto para uma Psicologia Científica”, Freud afirma que é no estado de desamparo inicial dos seres humanos que se pode encontrar a fonte de todos os motivos morais. E tal viria a considerar, mais tarde, como constituindo a fonte biológica para a construção do superego, juntamente com a psicológica, representada pelo complexo de Édipo.

Em sua famosa “carta a Fliess” (carta 71, de 15 de outubro de 1897), Freud anuncia sua descoberta do complexo de Édipo e tece considerações que o levam à constatação de que, em *Hamlet* de Shakespeare, “sua consciência é o seu sentimento inconsciente de culpa” (p.359).

Prenuncia-se, assim, o tema que viria a abordar ao longo de sua obra, até propor o entendimento, por ocasião de sua teoria estrutural, de que tal sentimento expressa níveis de tensão entre o ego e o superego.

Em carta anterior, de dezembro de 1896 (carta 52), faz referência à sugestão de Fliess quanto à bissexualidade dos seres humanos que posteriormente passou a considerar como um “*fator decisivo*” para explicar a eleição do objeto e a formulação de complexo de Édipo.

Em “Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade” (1905), ao se referir ao fator psíquico nas perversões, afirma que em tais casos ocorre um trabalho que é equivalente a uma idealização do instinto.

Já em “Escritores criativos e devaneios” [1908(1907)], à página 151, encontramos a seguinte idéia: “*Quem compreende a mente humana sabe que nada é tão difícil para o homem quanto abdicar de um prazer que já experimentou. Na realidade nunca renunciamos a nada, apenas trocamos uma coisa por outra. O que parece uma renúncia é, na verdade, a formação de um substituto ou sub-rogado*”.

Tais considerações antecipam a linha de raciocínio que Freud viria a utilizar em 1914, para introduzir o conceito de ideal do ego: “*Como acontece sempre que a libido está envolvida, mais uma vez aqui o homem se mostra incapaz de abrir mão de uma satisfação de que outrora desfrutou. Ele não está disposto a renunciar à perfeição narcisista de sua infância (...) e procura recuperá-la sob a nova forma de um ego ideal*” (p.111).

No ano seguinte, em “Romances Familiares” [1909 (1908)], Freud segue abordando a capacidade imaginativa da criança e se aproxima, em sua descrição, do quadro de glorificação dos pais e os meios que ela emprega, na fantasia e nos sonhos, para tentar conservar tal estado ou recuperá-lo. Tal apresentação do tema em muito se





aproxima do enfoque que viria a empregar na caracterização do narcisismo e do ideal do ego.

Em 1910, em nota acrescentada à segunda edição de seus “Três ensaios” (1905), Freud faz a primeira referência ao conceito de narcisismo, quando aborda, de forma sucinta, o tema da homossexualidade.

Alguns meses após, também em 1910, em “Leonardo Da Vinci e uma lembrança de sua infância”, ao estudar a conduta homossexual, aborda o conceito com maior detalhamento: “*O menino reprime seu amor pela mãe; coloca-se em seu lugar; identifica-se com ela e toma a si próprio como um modelo a que devam assemelhar-se os novos objetos de seu amor (...) Encontra seus objetos de amor segundo o modelo do narcisismo*” (p.92).

Volta a apresentar observações sobre o narcisismo no trabalho sobre “O caso Schreber” (1911). Ao atribuir às fantasias de desejos homossexuais uma intensa relação com a paranóia, Freud menciona um estágio de desenvolvimento da libido que se situa entre o auto-erotismo e o amor objetal. São considerações precursoras do texto de 1914, quando viria a estabelecer uma ligação entre o ideal do ego e a libido homossexual.

Em “Totem e Tabu” (1913), visualiza o sistema totêmico como resultante das condições presentes no complexo de Édipo e registra que, na fase animista, os homens atribuem a onipotência a si mesmos. Na fase religiosa, aos deuses e, na visão científica, não há lugar para a onipotência, embora esta persista na crença no poder da mente humana. E relaciona a fase animista de visão do universo com o narcisismo, a fase religiosa à de escolha de objeto e a fase científica à maturidade com a renúncia ao princípio do prazer e ajustamento à realidade. Neste trabalho, à luz do referencial teórico que Freud viria propor, já no ano seguinte, é possível entender que ele situa o ideal do ego entre a megalomania infantil e o amor objetal, entre o princípio do prazer e o da realidade e que, na fase religiosa, ocorre uma projeção do narcisismo aos objetos (com a idealização dos pais). Isto aponta para um rumo de desenvolvimento, uma aquisição progressiva do sentido de realidade e conseqüente afastamento do princípio do prazer.

Chegamos agora ao clássico artigo “Sobre o Narcisismo: uma introdução”, de 1914. Aqui Freud introduz o conceito de ideal do ego como estando em estreita ligação de continuidade com o narcisismo original, que, sendo abalado por influências da realidade progressivamente impostas, leva o sujeito a tentar recuperar tal estado anterior, de perfeição onipotente, sob a forma de um ego ideal. E explicita: “*O que ele projeta para diante dele como seu ideal é o substituto para o narcisismo perdido de sua infância, na qual ele era seu próprio ideal*” (p.111). A seguir, refere-se à sua hipótese da existência de uma instância psíquica que realizasse “*a tarefa de assegu-*





Paulo Fonseca

rar a satisfação narcisista proveniente do ideal do ego e que, com essa finalidade em vista, observasse constantemente o ego real, medindo-o por aquele ideal” (p.112).

Vemos, portanto, que Freud faz uma distinção nítida entre o ideal do ego, que não é aqui postulado como uma instância psíquica e, sim, como uma fantasia projetada no futuro, e um agente psíquico especial com as funções assinaladas acima. Contudo, não nomina, de forma específica, tal instância. Diz que aquilo que chamamos de nossa “*consciência*” possui as características para configurar a hipótese que está formulando. Chama desde logo a atenção que Freud utiliza, no presente trabalho, de forma intercambiável, os termos ego ideal e ideal de ego. Vários autores, desde então, têm atribuído um significado diferente a cada uma das expressões. Outros consideram irrelevante tal distinção. Janine C. Smirgel (1985), por exemplo, considera que Freud as empregou por conveniência lingüística, uma questão de estilo para a sua exposição tão somente.

O mais aceito atualmente, como veremos ao longo do trabalho, é considerar o ego ideal como aquele ego onipotente da ilusória perfeição narcisística primária de uma época inicial, em que ainda não existe uma diferenciação entre o self e os objetos. E o ideal do ego a aspiração do ego real para vir a recuperar aquele estado esplêndido, vivenciado pelo ego ideal.

Um outro aspecto importante é quando Freud visualiza o desenvolvimento do ego como consistindo em um afastamento progressivo do narcisismo primário. Aponta que, se por um lado, esse movimento mobiliza uma tentativa de recuperação do estado narcisista (pela criação do ideal do ego), por outro vai ocorrendo um deslocamento da libido em direção a um ideal imposto de fora, a cujo acesso resulta satisfação.

Penso que com isso está se referindo à idealização dos pais (inicialmente a mãe), mas ainda em uma configuração de escolha narcisística de objeto (a mãe meramente como uma extensão narcisística). Pois acrescenta que, ao mesmo tempo, o ego vai emitindo catexias objetais libidinais, isto é, direcionadas aos objetos externos considerados como tais. O ideal do ego imposto de fora implica, pois, na noção de identificação, que viria a adquirir uma importância fundamental para as ulteriores considerações de Freud acerca do ideal do ego e superego, quando passa a falar do primeiro como construído de identificações com os pais idealizados e não mais como expressão do narcisismo primário do próprio sujeito.

Mas já neste artigo de 1914, Freud (p.113), tentando explicar as idéias delirantes de estar sendo vigiado, manifestas em quadros paranóides, em dado momento afirma que “*o que induziu o indivíduo a formar um ideal de ego, em nome do qual sua consciência atua como vigia, surgiu da influência crítica de seus pais (transmitida a ele por intermédio da voz)...*”. Tal frase explicita sua idéia de um ideal do ego imposto de fora. Mas se torna um tanto contraditória com sua noção, recém exposta,





do ideal do ego como expressão do narcisismo primário, na medida em que este significa um momento anterior à idealização de algo que não o próprio self. Só se pensarmos que, se não fosse a influência das limitações impostas pela realidade (inicialmente corporificadas nos pais), não haveria estímulo para o sujeito desenvolver-se e abandonar o narcisismo original. Com este sentido, de fato, o ideal do ego só vem a se formar por tal imposição de fora do sujeito, ao mesmo tempo que este é levado a criar a fantasia de resgatar o que é irressgatável, isto é, a satisfação narcisística anterior, a perfeição que julgava possuir e que agora está perdida pela crescente imposição da realidade. Mas tal ambigüidade fica atenuada na medida em que se leve em conta o fato de que tais considerações expressam um esforço, por parte de Freud, para conceber um conceito útil, que ainda estava em construção, pressagiando um que considerasse mais acabado.

Nas “Conferências Introdutórias sobre Psicanálise”, em sua conferência XXVI, “A Teoria da Libido e o Narcisismo” (1917), Freud reitera a formulação que apresentara em 1914, mantendo claramente, ainda, a distinção entre o ideal do ego e a consciência.

Em 1917, publica “Luto e Melancolia” ([1917 (1915)], em que examina a ação do “*agente crítico*” sem nominá-lo: “*Aqui, estamos nos familiarizando com o agente comumente denominado ‘consciência’; vamos incluí-lo, juntamente com a censura da consciência e do teste da realidade, entre as principais instituições do ego*”(p.280). E afirma que, no quadro clínico da melancolia, uma parte do ego se separa (o “*agente crítico*”) e recrimina a outra parte do ego, identificada (narcisisticamente) com o objeto abandonado.

Em “Psicologia do Grupo e Análise do Ego” (1921), à página 138, Freud comenta que anteriormente, em seus artigos “Sobre o Narcisismo” e “Luto e Melancolia”, fora levado à hipótese de que se desenvolve no ego uma instância crítica capaz de isolar-se do resto do ego e com ele entrar em conflito. Agora acrescenta: “*A essa instância chamamos de ‘ideal do ego’ e, a título de funções, lhe atribuímos a auto-observação, a consciência moral, a censura dos sonhos e a principal influência na repressão. Temos dito que é o herdeiro do narcisismo original, no qual o ego infantil experimentou auto-suficiência*”.

Chama atenção o fato não de que ele tenha alterado a sua conceituação anterior, o que ocorreu em sua obra em diversos momentos. No caso em tela, no entanto, se, por um lado, existe uma evidente diferença conceitual do ideal do ego como focado em 1914, Freud refere-se, agora, ao conceito como se não estivesse ocorrendo uma mudança de opinião. Assim, passa aqui a chamar de ideal do ego o que anteriormente designava como consciência e que nitidamente distinguia do ideal. Não afirma que sejam sinônimos e refere-se ao tema como se estivesse apenas reiterando um





conceito idêntico e nos mesmos termos que anteriormente utilizara para expressá-lo. Assim, o ideal do ego segue vinculado à proposição de 1914, mas agora visto também como crítico e punitivo.

Em “Observações sobre a Teoria e Prática da Interpretação dos Sonhos” [(1923 (1922)], Freud finaliza o artigo, escrito no mesmo ano que “O ego e o Id”, sublinhando que é “*suficiente que nos atenhamos, com firmeza, ao fato de que a separação do ego de um agente observador, crítico e punidor (um ideal do ego) também deve ser levado em conta na interpretação dos sonhos*” (p.152). Aqui, portanto, embora ainda empregue a denominação “*ideal do ego*”, utiliza-a para designar as características até então atribuídas à consciência e que ulteriormente viriam a ser vinculadas ao superego. Tal formulação, pois, é bem distinta da apresentada em 1914.

Chegamos agora a “O ego e o Id” (1923). Nesse fundamental artigo, Freud propõe a sua teoria estrutural e introduz o termo *superego* como sinônimo do ideal do ego, para se referir à formação de uma gradação no ego, uma diferenciação dentro dele.

Enfatiza o papel das identificações na construção do ego e do superego, sublinhando que os efeitos das primeiras identificações, na mais primitiva infância, são gerais e duradouros. E formula que o superego (ideal do ego) é o herdeiro do complexo de Édipo, não apenas um resíduo das primitivas escolhas objetais do id, mas também uma enérgica formação reativa contra elas. Nesse sentido, tanto expressa a exigência – “*seja como o pai*” –, como também veicula a proibição – “*certas coisas são prerrogativas do pai*”.

Nesse trabalho observa-se que é dada uma ênfase maior aos aspectos punitivos e críticos do superego (ideal do ego). Pode-se considerar que os quadros de patologia melancólica e obsessiva, estudados por Freud e nos quais se baseou para a sua concepção do superego, é que o teriam levado a não ressaltar os aspectos mais benevolentes presentes normalmente no superego. (A esse respeito, em “Uma neurose demoníaca do séc. XVII”, 1923, o próprio Freud nos aponta que o pai se constitui no protótipo individual tanto de Deus, benevolente e justo, quanto do Demônio).

A partir de “O Ego e o Id”, Freud passa a considerar os termos *ideal do ego* e *superego* não somente como sinônimos, como assinalado, mas se observa que, após este artigo, o *ideal do ego* desaparece quase por completo como termo técnico em sua obra. Faz apenas uma breve reaparição em 1932, que considerarei mais adiante.

No ano seguinte, em “O problema econômico do Masoquismo”, Freud comenta que o ego tem, no superego, um modelo a seguir (um “*ideal*”) e fala de uma consciência de culpa, que expressa uma tensão entre o ego e o superego, quando o primeiro não esteve à altura das exigências feitas por seu ideal, o superego.

Percebe-se, assim, que, na evolução de seu conceito de ideal do ego, Freud foi





gradativamente se afastando da idéia inicial de um ideal criado para e de si próprio (e que resgataria a perfeição narcisística primária de um ego ideal) para a noção de um ideal do ego formado a partir da introjeção dos pais idealizados, que servem como modelos. O que implica em uma progressiva ênfase nos aspectos de relações de objeto.

Em “Inibições, Sintomas e Ansiedade” [1926(1925)], assinala, dentre as inibições, as que servem à finalidade de autopunição, em que o ego desiste de atividades para, com isso, evitar conflitos com o superego (por exemplo, inibições na área profissional). E lista as situações consideradas perigosas em diferentes épocas da vida – o nascimento, a perda da mãe como objeto, a perda do pênis, a perda do amor do objeto, a perda do amor do superego. Essa última, ele a considera como extensão do castigo da castração. Nesse artigo volta a apontar os aspectos benevolentes do superego, quando comenta que, com o medo da morte (medo do superego projetado nos poderes do destino), o ego está reagindo à situação de ser abandonado pelo superego protetor.

No ano seguinte, em seu artigo “O Humor” (1927), volta a referir-se a tais aspectos, embora ainda um tanto de passagem. Ressalta que no humor, além de algo liberador, percebe-se um elemento enobrecedor, expressivo de um triunfo do narcisismo e do princípio do prazer sobre o da realidade.

Em “Mal-estar na civilização” [1930 (1929)], em seu capítulo VII, ao abordar os meios utilizados pela civilização para inibir a agressividade, assinala a canalização desta para o superego, que dirige contra o ego do indivíduo “*a mesma agressividade rude que o ego teria gostado de satisfazer sobre outros indivíduos a ele estranhos*” (p.146). Constitui-se, assim, o superego em um instrumento de importância na condição social humana. E o sentimento de culpa torna-se o vetor de tal domínio da agressão – o ego a ele se submete pelo temor de punição e pelo temor de perda do amor do objeto. Outrossim, afirma que a severidade do superego não representa tanto a severidade do objeto e, sim, a própria agressividade do sujeito para com o pai proibidor.

Nas “Novas Conferências Introdutórias sobre Psicanálise” [1933 (1932)], mais especificamente na conferência XXXI, “A Dissecção da personalidade psíquica”, faz algumas considerações importantes e polêmicas. Reitera que a transformação do relacionamento parental em superego está baseada no processo de identificação e que o superego de uma criança é constituído segundo o modelo não de seus pais, mas do superego de seus pais. Tal comentário tem levado alguns autores a apontar que distúrbios no superego parental, por perturbarem as interações pais-filhos (exagerando os conflitos edípicos) e uma vez que se constituem em modelos não satisfatórios para a criança lidar com tais perturbações, concorrem para a perpetuação da patolo-





gia do superego. Mas o que veio a tornar-se a referência mais comentada foi a declaração, um tanto desconcertante, à página 84, em que retoma a expressão *ideal do ego* que desde 1923 raramente voltara a empregar em seus escritos. “*Resta mencionar mais uma importante função que atribuímos a esse superego. É também o veículo do ideal do ego, pelo qual o ego se avalia, que o estimula e cuja exigência por uma perfeição sempre maior ele se esforça por cumprir*”. Nessa passagem, ele retorna às formulações de 1914, o superego sendo novamente identificado com a instância psíquica (a que se referira como “*consciência*”), que impõe o ideal do ego. Mas a frase seguinte desse mesmo parágrafo aponta para uma importante diferença, já que o ideal do ego não é mais concebido como expressão do narcisismo primário; “*Não há dúvida de que esse ideal do ego é o precipitado da antiga imagem dos pais, a expressão de admiração pela perfeição que a criança, então, lhes atribuía*” (p.84). Tais considerações, se, por um lado, apontam para o fato de que Freud, na verdade, não renunciou de todo ao seu primeiro conceito de ideal do ego, por outro, expressam que nele introduziu modificações, de forma a tentar enquadrá-lo no seu conceito, mais abrangente, de superego.

Após essa conferência, Freud não voltou a referir, em seus escritos, tais aspectos, tanto de origem quanto de funcionamento do superego e ideal do ego.

Em seu último trabalho, de 1938, publicado postumamente em 1940, – “*Esboço de Psicanálise*” –, no capítulo VI, “*A técnica de Psicanálise*”, refere-se ao superego no processo analítico, assinalando que, na situação transferencial, por ser nela reeditada a relação do paciente com seus pais, ele atribui ao analista o poder que o superego exerce sobre seu ego. E, mais uma vez, adverte contra o mau uso dessa nova influência, reiterando a necessidade de o analista respeitar a individualidade de seus pacientes.

No capítulo IX, “*O mundo interno*”, ele se refere à gratificação narcisística que o ego experimenta quando é capaz de resistir à tentação de fazer algo que seria objetável ao superego: “*Ele sente-se elevado em sua auto-estima e fortalecido em seu orgulho, como se houvesse feito alguma preciosa aquisição*” (p.236).

Numa tentativa de resumir a visão de Freud, no que se refere aos seus conceitos de ideal do ego e superego, podemos assinalar que até 1914 é possível acompanhar a evolução de seu pensamento desde a apresentação de elementos vários e abstrações, inicialmente isoladas, que foram gradualmente se compondo, até possibilitar a emergência de uma teoria mais articulada.

Com a publicação, em 1914, de seu artigo “*Sobre o Narcisismo*” (e nas “*Conferências Introdutórias*” de 1916-1917), passou a empregar o termo ideal do ego para designar uma aspiração, projetada no futuro, que busca recuperar um estado primitivo de completude narcisística. E, aqui, diferencia-o de uma instância auto-observa-





dora, a “*consciência*”.

Em 1923, com “O Ego e o Id”, introduz o termo superego, que inicialmente empregou como um sinônimo, mas que foi, desde então, utilizado como um substituto para a denominação anterior. São enfatizados aspectos hostis do superego, já que Freud, à época, estava envolvido na tentativa de explicar o fenômeno da reação terapêutica negativa e tentava se adequar à sua nova teoria das pulsões de vida e de morte de 1920.

Em 1932, volta a se referir ao ideal do ego com nuances de significado distintas das propostas em 1914. Nesse momento, o superego é apresentado como tendo, entre várias funções, a de ser “*o veículo do ideal do ego*”, no sentido de manter e propor padrões ao ego segundo os modelos dos pais ideais presentes no superego.

Assim, ao examinarmos o conceito de ideal do ego, vemos que este assumiu para Freud um significado um tanto diferente em distintos momentos da construção de sua teoria. Tais modificações, por vezes sutis, levaram alguns autores a ressaltar a necessidade de ser especificado o sentido com o qual se emprega o termo, a fim de evitar uma certa confusão teórica, já que o fato de podermos remontar as formulações de Freud a seus primórdios não nos autoriza a desconsiderar as diferenças básicas que ele próprio, progressivamente, veio a introduzir.

1. A contribuição de outros autores

No presente tópico, pretendo apresentar de forma sucinta aportes de autores contemporâneos a Freud e de outros que a eles se seguiram, específica e tão somente no que se refere à relação entre os dois conceitos, apontando aquelas contribuições que, em meu entender, serviram para enriquecer o conceito de ideal do ego. Outrosim, com a finalidade de facilitar a concatenação expositiva, deixo de seguir aqui o critério cronológico.

Em 1925, Ferenczi aponta a “*moralidade esfínteriana*” como um precursor fisiológico do ideal do ego ou superego (utiliza os termos como sinônimos). Para ele, nesse estágio de desenvolvimento, as demandas parentais para um controle das funções excretoras passam a representar, para a criança, o mundo externo, e ela, em suas tentativas de adaptação, vai aprendendo a diferenciá-lo do seu mundo interno, de seus impulsos e desejos (apud Beres, 1957).

No seu trabalho de 1931, Nunberg, embora ao falar no superego também utilize, com frequência, a denominação ideal do ego entre parênteses e, portanto, como sinônimo, propõe uma diferença entre os dois conceitos, acompanhando a antítese dos dois tipos básicos de pulsões. Segundo ele, no início da vida, as primeiras limita-





Paulo Fonseca

ções à satisfação instintiva são obtidas por meio do amor e não pelo temor ao castigo: “*Enquanto o ego se submete ao superego por medo da punição, submete-se ao ideal do ego por amor*” (p.147). Acrescenta, ainda, que este amor não é sensual, visto que libido objetal, ao transformar-se em libido do ego, experimenta uma dessexualização. E afirma: “*O narcisismo do ideal do ego é secundário*” (p.147). Considera que, no ideal do ego, predomina a libido materna e no superego a paterna. Assim, o primeiro teria uma origem anterior e estaria baseado na identificação com a mãe, por amor a ela, configurando uma imagem de objetos amados no ego, enquanto o superego só é formado pelo ulterior temor ao pai, assumindo um papel mais definido quanto ao domínio das pulsões e, em consequência, de maior ajustamento à realidade. Tece também considerações sobre o ego ideal, que entende como “*o ego ainda não organizado, que se sente intimamente unido ao id e não conhece oposição alguma a esta compenetração*” (p.124). E enfatiza que a harmonia psíquica que corresponde a tal ego ideal vai sendo, progressivamente, perturbada pelo desenvolvimento do superego e pela adaptação à realidade.

Ernest Jones, em 1923, apresenta, em meu entender, a mais precisa síntese da conceituação freudiana do superego como herdeiro do complexo de Édipo: “*O superego surge como um compromisso entre o desejo de amar e o desejo de ser amado. De um lado, proporciona um objeto para os impulsos libidinais do id, quando o objeto externo não está mais disponível, enquanto que, por outro lado, representa a renúncia ao incesto, que é a única condição sob a qual a aprovação dos pais (isto é, a afeição) pode ser mantida*” (p.311). Tal formulação implica em que, por meio das identificações, as imposições restritivas externas tornam-se internalizadas e, em consequência, passa a ser dispensável a presença real das pessoas proibidoras originais, na medida em que é mantida e perpetuada a relação com os objetos, agora internos. Para Jones, o ideal do ego é entendido como o padrão da perfeição individual que evoca aspiração e o considera como uma das várias derivações *conscientes* do superego.

Hartmann e Lowenstein (1962) declaram-se relutantes em enfatizar o ideal do ego como separado de outras partes do superego, visualizando-o como uma de suas funções, proximamente relacionada às proibições morais. Para eles, o estabelecimento do ideal do ego pode ser entendido como “*uma operação de resgate do narcisismo*”, já que se constitui em uma catexia compensatória frente às frustrações e feridas narcísicas, com isso se referindo à recuperação da auto-estima do bebê onipotente frente às inaceitáveis desilusões. Embora assinalem que o ideal do ego e o superego têm origens distintas e diferentes ansiedades associadas, não consideram o ideal do ego como um sistema separado, pois ele mantém conexões muito próximas com as características proibidoras do superego, constituindo-se em aspectos de um





único e mesmo sistema.

Annie Reich (1954) também considera que a diferenciação se torna teórica, já que as estruturas estão o mais das vezes fusionadas, mas julga que o conceito de ideal do ego é útil e por vezes essencial para a compreensão dos estados narcisistas não psicóticos. Considera o ideal do ego como um precursor do superego, significando uma identificação com o primitivo objeto maternal em termos glorificados. E que, desde o início, tem como objetivo a manutenção da auto-estima, baseando-se no apego a uma negação das limitações tanto do ego quanto dos pais, enquanto que o superego é uma estrutura sintônica com a realidade, que assume as demandas parentais do “faça” e do “não faça”. Nestes termos, como aponta Beres (1957), tendo um valor biológico para o organismo humano que precisa sobreviver em um ambiente que exige, primariamente, uma forma social de vida.

Jeanne Lampl de Groot (1961) também considera o ideal do ego como uma função do superego, mas é de opinião que pode ser conveniente separá-los, quando se estiver estudando seu desenvolvimento. Para a autora, o ideal do ego tem uma origem maternal e pré-genital e “*mesmo quando desenvolvido em normas, éticas e ideais sociais, permanece essencialmente uma agência de satisfação de desejos*” (p.98). Uma situação diferente ocorre quanto ao superego que, para ela, é original e, essencialmente, uma instância restritiva e proibidora. Ambas as instituições são marcadas por identificações com as imagens parentais. Mas, enquanto que, esquematicamente, o “*eu sou como os pais*” (onipotentes) do conteúdo do ideal do ego implica em assumir os ideais e padrões éticos dos mesmos, o conteúdo do superego, “*eu tenho que fazer o que meus pais mandam*”, implica em assumir as restrições por eles impostas.

René Spitz (1958) considera o mecanismo de “*identificação com o agressor*”, descrito por Anna Freud, como uma fase preliminar de suma importância no desenvolvimento do superego, já que conduz à internalização do conflito que originalmente ocorria entre o objeto externo e o ego. Outrossim, enfatiza a importância das relações objetais para a formação de estruturas psíquicas que, em um processo circular, determinam relações de objeto de crescente complexidade.

Schaffer (1967) considera o ideal do ego como sinônimo dos *ideais do superego*, assinalando que não é o mesmo que os ideais que o próprio ego possui. Estes, ele entende como “*padrões que o ego estabelece levando em conta seus próprios interesses e para aquisição realística*” (apud Stolar, 1974, p.303). E que o mais das vezes têm funções adaptativas e nem sempre com características morais. Os padrões do superego (o “*ideal do ego*”), por sua vez, sempre têm características exclusivamente morais e mais ou menos arcaicas. E assinala que uma mesma realização do indivíduo pode satisfazer os ideais do ego e estar em desacordo com o ideal do ego ou





vice-versa (como, por exemplo, em fracassos masoquistas).

Quanto ao sentimento de culpa, que sinaliza tensão entre o ego e o superego, vários autores se dedicaram ao seu estudo. Assinalarei os enfoques de alguns poucos, que julgo pertinentes ao tema em questão. Assim, para Alexander (1938), os sentimentos de inferioridade têm um efeito estimulante à agressão, ao contrário do sentimento de culpa, que tem um efeito inibidor sobre a expressão da agressividade, já que pressupõe o sentimento de que a agressão do sujeito não é justificada. Para ele, o sentimento de culpa constitui-se em uma reação interna às tendências hostis do próprio sujeito e independe de objetos externos, quando então se estaria falando em temor de retaliação.

Piers e Singer (1953), por sua vez, apresentam uma distinção entre os sentimentos de culpa e vergonha. Baseados no ponto de vista estrutural, consideram o primeiro como expressão de tensão entre o ego e o superego (como apontado por Freud) e a vergonha como expressão de tensão entre o ego e o ideal do ego. Desta forma, a culpa acompanha a transgressão de um limite imposto pelo superego e a vergonha se manifesta quando se fracassa em atingir uma meta imposta pelo ideal do ego.

Para Kramer (1958), o sentimento de culpa expressa, mais especificamente, uma desarmonia entre o ego e o componente benevolente do superego, derivado das imagens dos pais amados, principalmente da mãe. Pois raciocina que não se sente culpa, mas sim medo, quando se transgridem os padrões de uma autoridade não amada e não amável. O que está de acordo como o assinalamento de Freud (1913) de que a presença da ambivalência se constitui em uma condição essencial para a culpa. E a tendência, por parte dos psicanalistas, para referirem mais os sentimentos de culpa dos seus pacientes do que os de vergonha parece residir no fato assinalado por Tarachow (1963) de que “*os sentimentos de culpa trazem material para sessão, enquanto que os de vergonha os mantêm fora*” como um meio para evitar a sua análise (apud Levin, 1967, p.274).

Edith Jacobson (1954) afirma que o ideal do ego, que tem uma dupla origem (nos conceitos ideais do self e na idealização dos objetos amados), na verdade, gratifica o anseio infantil de união (re-união) com o objeto amado (seio). Desde os desejos de incorporação total até as fantasias de incorporação parcial. Esse desejo de restabelecer a união perdida com o objeto não cessa de agir na vida emocional, constituindo-se no fundamento sobre o qual se constroem todos os tipos de identificações futuras. (E assinalo eu, de relações de objeto, portanto.)

Para a autora, gratificações exageradas tendem a induzir experiências regressivas de reunião do self e objeto amado, dificultando o estabelecimento de limites entre o self e objetos. Enquanto que frustrações, dentro de limites normais, estimu-





lam tal discriminação e favorecem formas progressivas de identificação com os pais, mobilizando a criança para utilizar seus próprios recursos rumo ao estágio de independência normal. Tais comentários de Jacobson seriam retomados por Janine Chasseguet-Smirgel (1985) ao tecer considerações sobre o papel desempenhado pelas frustrações e gratificações quanto ao desenvolvimento do indivíduo.

Sandler (1960) diz que, no superego, “*o que é introjetado não é nem a personalidade nem o comportamento dos pais, mas sua autoridade*” (p.154). E considera que, no conceito de ideal do ego, foram incluídos três principais tipos de ideais: “*o objeto ideal*” (quando a criança possui um objeto glorificado e onipotente), “*a criança ideal*” (a percepção, por parte da criança, das expectativas parentais para que ela seja amada) e o “*self ideal*” (“*o self que eu quero ser*”) que se constitui em uma formação de compromisso, proporcionando gratificação narcisista, ao mesmo tempo que tenta evitar a punição por parte de figuras de autoridade internas ou externas. Assinala que os dois primeiros (o objeto ideal e a criança ideal) parecem estar incluídos no sentido que Freud atribuiu ao superego, quando o apresenta como o veículo do ideal do ego. O self ideal, por sua vez, corresponde ao sentido das proposições de Freud em 1914.

Também levando em conta o critério da autoridade, Lagache refere-se a um sistema superego/ideal do ego em que “*...o superego corresponde à autoridade e o ideal do ego à forma como o indivíduo deve comportar-se para corresponder à expectativa da autoridade*” (apud Laplanche/Pontalis, 1973, p.291).

Por sua vez, Bergler e Jekels (1959) apresentam enfoques que aproximam noções estruturais às de relações de objeto, e aspectos de suas visualizações clínicas podem, inclusive, ser reconhecidos como estando presentes em formulações ulteriores de autores de maior renome. Dizem que o ideal do ego foi submergido dentro do conceito de superego e que a relação entre eles nunca foi devidamente esclarecida. São de opinião que o superego tem sido subestimado em sua fantástica severidade e consideram que ele segue intolerante, mesmo quando passa a ser visto como atenuado e benevolente.

Postulam que o superego é composto de duas partes: o ideal do ego (“tu deves”) e o “*daimonion*”, termo usado por Sócrates para designar um tipo de espírito maligno que “*ruge*” dentro da personalidade. Entendem apropriada tal denominação para designar os setores antilibidinais da consciência, expressivos da pulsão de morte – o “*tu não deves!*”. Referem que Freud, em sua concepção original, entendia a consciência interior como baseada em um compromisso entre a megalomania infantil primitiva e a realidade, representada pelos pais. E que a criança utiliza um artifício, “*açucarando a derrota com uma camada de ilusão*” (p.129) – a de que se identifica com as ordens parentais por livre decisão. Conceituam, assim, o ideal do ego como o





Paulo Fonseca

amálgama da onipotência infantil e as normas educacionais introjetadas.

O ideal do ego encerra as idéias pueris de grandeza e as promessas irrealizáveis (onipotentes) que a criança faz a si própria. O daimonion, por sua vez, apresenta de forma sistemática ao ego este ideal inalcançável e lhe indaga: “*Fizeste tudo o que te havias prometido*”? Ao assim fazer, converte-se em um instrumento de tortura, tornando o ego prisioneiro do seu próprio mecanismo protetor: “*o daimonion mostra ao ego o ideal do ego que ele mesmo criou, como um espelho silencioso; e toda a discrepância entre o ego e o ideal do ego é experimentada em forma de depressão, insatisfação e sentimento de culpa*” (p.129). Para os autores assim se estabelece, intrapsiquicamente, uma corruptela de justiça – o superego nunca castiga o ego sem antes lhe apresentar provas de que ele fracassou nos seus ideais, ou de que seus desejos proibidos estão presentes, mesmo em fantasias, já que mantém comunicação direta com o id. Assinalam que, nessas condições, em nove décimos dos casos, as condenações aplicadas por tal “*lei penal*” são devidas a culpas decorrentes de fantasias inconscientes.

E, por último, vou me referir aos aportes de Loewald (1962) por julgar que este autor propõe uma visualização interessante, ao considerar o *tempo* como o princípio organizador das relações nas e entre as estruturas psíquicas. Segundo ele, as estruturas psíquicas são, por natureza, temporais. Assim, o id está proeminente relacionado ao passado psíquico, o ego ao modo temporal presente e o superego é a representação intrapsíquica do futuro. Isto é, funciona de um ponto de vista de futuridade, de um futuro que está por ser alcançado pelo ego, referindo-se às suas potencialidades (na medida em que o superego é o representante dos padrões parentais e culturais, das expectativas, temores e esperanças). Considera o ego ideal, o ideal do ego e o superego como níveis organizacionais que, embora coexistentes, ao mesmo tempo representam estágios sucessivos e sequenciais no desenvolvimento, rumo à estruturação do superego. O ego ideal, como um estado original de perfeição fantasiada no presente, gradualmente se torna um ideal para o ego (um ideal do ego), mas ainda não um futuro do ego. Somente quando as figuras edípicas tenham sido internalizadas é que o ego pode visualizar um futuro interno de si próprio. Aqui, sendo o futuro visto não como um estado, mas sim como uma atividade e o superego como um sistema de internalizações de interações e não de objetos: “*Enquanto o ego representa o id como organizado no presente, o superego representa o passado visto do futuro, o id a ser organizado*” (p.561).

A esse respeito, de certa forma me antecipando ao enfoque kleiniano, que examinarei a seguir, penso que aqui cabe referir os comentários de Meltzer (que aliam precisão, síntese e apurado aspecto formal), quando entende tal “*futuridade*” do superego como só possível de ocorrer na posição depressiva. Diz ele: “*Só no*





limiar da posição depressiva, quando o mamilo-pênis vem a predominar sobre a beleza e a bondade da parte branca do seio, como o objeto combinado primário, é que o tempo converte-se em uma dimensão e cada momento fica 'perdido' no passado, e 'usado' ou 'desperdiçado' no presente e, acima de tudo, é 'esperado' no futuro" (1971, p.150).

Esse “*momento esperado no futuro*”, penso eu, expressa, de forma sintética, a concepção de Meltzer de um “*ideal do superego*”, como espero evidenciar ao fazer mais referências a este autor. Permito-me citá-lo agora, como disse, de forma antecipada, por julgar que o enfoque de Loewald apresenta afinidades (ao falar do superego como “*um sistema de internalizações de interações (...) quando as figuras edípicas tenham sido internalizadas*”) com “*a figura dos pais combinados em coito criativo*” proposta por Meltzer.

Tentando resumir as opiniões dos autores citados, destacarei alguns pontos:

1. A grande maioria assinala que, em condições normais de desenvolvimento, o ideal do ego e o superego encontram-se fusionados, tornando-se um tanto artificial a tentativa de diferenciá-los.

2. Alguns (Nunberg, Alexander, Piers e Singer, Lampl de Groot) julgam conveniente distingui-los, levando em conta as diferenças quanto às origens e suas características funcionais.

3. Mesmo os que propõem uma diferenciação não explicitam se, com tal discriminação, estão se afastando da visão tripartite da mente, isto é, se estão atribuindo ao ideal do ego um status comparável ao do superego.

4. Por outro lado, mesmo os que consideram o ideal do ego como um aspecto, uma função do superego (Hartmann, Jacobson) apontam para as peculiaridades de gratificação narcisística do ideal, frente às punitivas e críticas do superego.

5. Alguns diferenciam o ideal do ego dos “*ideais*” do ego: o primeiro como um “*ideal do superego*” (Schaffer) e os segundos como padrões do próprio ego, cuja satisfação pode se contrapor às demandas morais do primeiro.

6. Muitos outros (dentre eles Reich, Jacobson) consideram o ideal do ego como um precursor do superego, enfatizando, o mais das vezes, as identificações primitivas com a mãe, enquanto que o superego fica colorido por características paternas, de censura crítica e punição.

7. Um grande contingente sublinha a identificação com os pais glorificados, não aludindo à idealização do próprio self como expressão do narcisismo primário.

8. Por último, tais abordagens, à medida que proporcionam acréscimos de entendimento e priorizam enfoques por vezes complementares, possibilitam que o conceito de ideal do ego venha evoluindo e se enriquecendo de forma progressiva.





Paulo Fonseca

Neste ponto, penso ser oportuno reiterar que, na seleção da bibliografia para a presente revisão, optei por apreciar as contribuições de alguns autores, com isso deixando de me reportar às de outros (tais como Mahler, Kernberg, Laufer, Novey...) de méritos indiscutíveis. Porque, dentre os muitos aportes disponíveis, os que utilizei possibilitam subsídios teóricos que julgo suficientes para os propósitos do presente estudo.

Outrossim, os autores citados nesta revisão, com exceção dos contemporâneos a Freud (Ferenczi, Nunberg, Jones, Alexander), fazem parte da chamada Escola da Psicologia do Ego, com Anna Freud, Hartmann e Kris como seus expoentes. Uma outra visão psicanalítica, como sabemos, é a da Escola Britânica de Melanie Klein e seguidores com sua Teoria das Relações de Objeto. Uma das diferenças básicas entre as duas escolas reside precisamente no distinto enfoque quanto ao superego, merecendo, portanto, ser examinada com destaque a seguir.

A visão kleiniana do superego

Diferentemente de Freud, que situa o surgimento do superego na fase fálica, próximo ao quinto ano de vida, M. Klein considera que o superego atua desde muito antes: desde o início da vida, sob o impacto da luta entre as pulsões primárias, de vida e de morte, o ego é mobilizado a fazer frente à ansiedade primordial de aniquilamento, representada pela ameaça da pulsão de morte, agindo no interior do organismo. Para ela, ocorre “*uma reação intrapsíquica de defesa contra a parte da pulsão que não pôde ser exteriorizada*” (1933, p.241), sendo o ego levado, assim, desde o início de seu desenvolvimento, a mobilizar libido contra sua pulsão de morte (para isso sendo essencial a atuação do mecanismo da projeção, que a desvia para fora, para o objeto, transformando-o em perseguidor). Considera tal medida defensiva, por parte do ego, como a base do desenvolvimento do superego, que começa ao mesmo tempo que a criança efetua a primeira introjeção, oral, de seus objetos: “*O objeto incorporado assume instantaneamente as funções de um superego*” (1932, p.255). E nessa fase inicial, que ela descreve como de sadismo máximo, as pulsões destrutivas provocam um tipo de ansiedade – ansiedade persecutória –, sendo que as frustrações libidinais orais intensificam o sadismo. Aqui, assume primordial importância a noção das fantasias inconscientes, que se constituem na matriz de onde se desenvolvem os processos mentais, pré-conscientes e conscientes.

M. Klein refere-se, nesse ponto, a um superego primitivo e cruel, formado de objetos parciais, que são distorcidos e causadores de angústias terríveis. Nessa fase oral canibalística, as emoções são extremadas – o objeto que frustra é sentido





como um perseguidor terrível, e o seio que gratifica torna-se um seio ideal. E as fantasias sádicas, orais e uretrais referem-se aos ataques ao seio e ao interior do corpo da mãe, para roubar-lhe os seus conteúdos, estabelecendo-se uma relação causal entre os temores da criança e seus impulsos destrutivos.

Desde logo, fica salientada, no enfoque kleiniano, a importância mais central da figura da mãe (inicialmente do seio), ao contrário da relevância atribuída à figura paterna na formulação clássica de Freud. Na sua abordagem inicial quanto à formação do superego, Klein não o vincula com o complexo de Édipo, mas logo passou a adequar sua concepção ao enfoque freudiano de que o superego e o complexo de Édipo estão proximamente relacionados. Assim, em vários momentos, sublinha que as frustrações orais e anais liberam tendências edípicas e que o seio e o pênis são os objetos primários dos desejos orais da criança, mais uma vez frisando que o seio materno, sendo o primeiro objeto introjetado, constitui a base do superego.

Para sua concepção de um complexo de Édipo precoce, constitui-se em fator importante (e ponto controverso em sua teoria) sua suposição de um conhecimento inconsciente inato, por parte do bebê, da diferença anatômica entre os sexos. Entende como uma herança filogenética tal conhecimento inconsciente dos genitais dos pais, bem como de seu intercâmbio sexual. Enfatiza que as teorias sexuais infantis se alimentam de desejos sádicos contra os pais em coito e aponta que o complexo de Édipo aparece tão logo que a criança começa a ter sentimentos de ódio dirigidos ao pênis do pai e a querer uma união genital com a mãe (também para destruir o pênis do pai que imagina estar no interior do corpo da mãe).

M. Klein, portanto, considera o superego como formado de objetos parciais, na por ela denominada posição esquizoparanóide, a partir de figuras boas e más que vão sendo, progressivamente, integradas pelo ego. Sendo que, para ela, o superego precede o complexo de Édipo e o influencia.

Também pode-se observar que, em trabalhos sucessivos, ela passa a ressaltar os aspectos benevolentes do superego, formulando-o com características que o enquadram, embora não de forma explícita, no que ela descreveu como a “*posição depressiva*” (quando se estabelecem relações com objetos totais). Vollmer (1977) assinala que, embora alguns autores considerem tal fato como uma contradição de M. Klein, na verdade isso pode ser entendido como uma complementação e mesmo uma evolução de seu pensamento sobre o superego. Assim, à posição esquizoparanóide corresponde um superego com determinadas características – que Rosenfeld (1962) denomina de superego primitivo – e à posição depressiva outro – equivalendo ao que Meltzer (1967) chama de superego “*inspiracional*” –, uma imagem dos pais combinados com funções de ideal do ego, havendo intensas conexões entre ambos.

Em 1958, M. Klein destaca que o superego também se forma a partir de uma





Paulo Fonseca

cisão no ego. Para isso, reporta-se ao assinalamento de Freud de que, para dominar os impulsos destrutivos, o ego efetua uma cisão, resultando que uma parte dele fica separada, porém “*vigilante*”, constituindo o primeiro passo para a formação do superego. Ela endossa tal enfoque, mas aponta sua discordância de Freud, quando ele considera o superego formado por aspectos introjetados dos pais, herdados do complexo de Édipo. Ela reitera que, desde o nascimento, ocorrem processos introjetivos do seio bom e mau, que constituem a base do superego e que este precede em alguns meses e influencia o desenvolvimento do complexo de Édipo.

Tentando resumir o até aqui exposto, vemos que M. Klein apresentou três visualizações do superego. Uma primeira, quando o propõe separado do complexo de Édipo; depois, quando o vincula ao complexo de Édipo em dois momentos: o superego ligado ao complexo de Édipo da posição esquizoparanóide (de objetos parciais) e, após, ao complexo de Édipo da posição depressiva (dos objetos totais). Com respeito a este, ao conceituá-lo como ocorrendo na posição depressiva, refere que o superego o antecede por alguns meses. Mas, em seu último artigo sobre o tema (1959), sugere que ambos, o superego e o complexo de Édipo, surgem simultaneamente no começo da posição depressiva.

Para conciliar tal mudança, ela comenta, em 1945, que para ela, os objetos, seio e pênis, não são de fato parciais, na medida em que os considera sempre como representando o pai e a mãe (objetos totais portanto): “*Ao tratar da relação fundamental da criança com o peito da mãe, com o pênis do pai e das situações de ansiedade e as defesas resultantes, eu penso em algo mais do que em uma relação de objetos parciais. Em realidade, já desde um começo a criança associa estes objetos parciais com seu pai e com sua mãe*” (nota ao rodapé, p.337).

E mais, em 1958 (p.92), afirma que as primeiras introjeções de objetos, que compõem figuras terroríficas, são diferentes das ulteriores introjeções que irão formar o superego: “*Os objetos são dissociados de um modo diferente daquele pelo qual se forma o superego e são relegados a estratos mais profundos do inconsciente*”. O que contrasta com sua primeira formulação de que o objeto incorporado assumiria, de forma instantânea, as funções de um superego. Agora, no tipo de dissociação que vem a formar o superego, deve ocorrer o predomínio da fusão das pulsões primárias de vida e de morte. Por último, uma outra visualização foi assinalada há pouco, quando refere que o superego também se origina de uma cisão no ego.

Penso que, em princípio, é perfeitamente compreensível e mesmo imperativo que proposições teóricas sejam passíveis de reformulações, à medida que novos elementos a elas se acrescentem ou dados clínicos assim o exijam. Tanto Freud quanto Klein afirmam, taxativamente, que existem muitos aspectos ainda não devidamente esclarecidos quanto ao superego, que veio a se constituir em um conceito de comple-





xidade crescente. Mas, em minha opinião, um dos fatores que contribuiu para a instalação de uma certa ambigüidade decorre do fato de que, no que se refere aos conceitos de ideal do ego e do superego, ambos os autores, em dados momentos de suas obras, modificaram suas elaborações conceituais de forma nem sempre gradual, sem explicitar que estavam efetuando reformulações. E tal fato contribuiu (e ainda contribui) para que certos fenômenos fiquem sombreados por imprecisão.

Mas me atendo ao tema, é importante frisar que uma das conseqüências básicas do enfoque de Klein é de que, para ela, não existe um narcisismo primário, já que relações de objeto ocorrem desde o nascimento. Embora ela, desde muito cedo em seus escritos, reconheça a idealização, não se propõe a teorizar sobre o conceito de ideal do ego. Mas, por exemplo, ao comentar a análise de um de seus pacientes (Ricardo), entende que o menino julgava que só poderia alcançar paz e harmonia na família caso pudesse refrear seus desejos edípicos, seu ódio e sua inveja: “*A repressão de seus desejos edípicos implicava em uma regressão parcial à primeira infância, a ser bebê, e esta regressão estava unida à idealização da relação mãe-bebê*” (1945, p.310). E explica: um seio ideal que nunca frustra e uma dupla mãe/filho em uma relação mútua, unicamente amorosa. Penso que tal descrição coincide com a noção daquele estado ideal, de indiferenciação com o objeto, que está compreendida no conceito do ego ideal. E, assim, o ideal do ego pode ser visualizado, utilizando os termos kleinianos, como equivalendo a uma regressão, para recuperar esse estado de gratificação ilimitada, representado pela posse de um seio ideal com o qual o ego se identifica. Para Klein, a idealização dos objetos tendo a função não só de satisfazer o anseio do sujeito por apoio, mas também para protegê-lo dos ataques retaliatórios de seus maus objetos: “*O reassseguramento onipotente que deriva da idealização do objeto é um corolário da ansiedade persecutória*” (1952, p.186). A idealização, portanto, tendo uma função de defesa de teor maníaco, para negar a existência da pulsão de morte e a própria agressão do sujeito. Quanto ao conceito de ideal do ego, faz-lhe apenas uma rápida menção em nota de rodapé, em seu trabalho “*Sobre a identificação*” (1955): “*O conceito de Freud do ego ideal foi, como sabemos, o precursor do seu conceito do superego. Mas existem algumas características do ego ideal que não foram integralmente incorporadas ao seu conceito de superego. Minha descrição do eu ideal que Fabian vem tentando recuperar aproxima-se, a meu ver, muito mais dos pontos de vista originais de Freud sobre o ego ideal do que seus conceitos sobre o superego*” (p.332). Com isso se refere a que o ego ideal perdido de seu paciente está intimamente vinculado aos seus objetos ideais perdidos e que o vínculo entre o bebê e a mãe se constitui em protótipo da relação amorosa entre o eu bom e seus bons objetos. Tais considerações, penso eu, confirmam o entendimento que atribuí a seus comentários de 1945 conforme assinaléi há pouco.





Nesse ponto julgo pertinente referir-me a seus conceitos de inveja e identificação projetiva. Embora ela, anteriormente (1929), entendesse a inveja como manifestação do sadismo oral, em seu trabalho de 1957 propõe o conceito de uma inveja primária, inata, um fator constitucional. Considera-a como uma expressão primária da pulsão de morte e relacionada, portanto, à posição esquizoparanóide.

Nessas condições, o que é odiado é o objeto bom e não o mau objeto, e a inveja consiste em um ataque destrutivo ao bom objeto exatamente por sua bondade. E se expressa pela fantasia de intrusão no objeto, para estragar seus conteúdos e atributos de valor.

Por meio da identificação projetiva, é buscada uma confusão onipotente entre o self e o objeto, para assim evitar os sentimentos intoleráveis que podem ser despertados pela separação e dependência do objeto bom, que lhe provoca inveja. O que é buscado, pois, é um estado confusional secundário, com propósitos defensivos, diferente do estado confusional primário, descrito por Rosenfeld em 1965, em que, por uma confusão, decorrente da pulsão de morte misturada à libido, o objeto bom pode vir a ser destruído por engano – falha a clivagem e se estabelece confusão entre os impulsos e objetos bons e maus. A confusão onipotente entre o self e objeto, que se instala mediante a identificação projetiva, configura um estado narcisístico onipotente, que pode chegar a constituir uma estrutura de personalidade narcisística (Rosenfeld, 1965).

H. Segal (1983), a esse respeito, assinala que “*inveja e narcisismo estão proximamente conectados, como as duas faces de uma mesma moeda*” (p.270) e que o narcisismo funciona como defesa contra a inveja, estando mais vinculado à pulsão de morte e à inveja do que às forças libidinais. Ela, inclusive, chama a posição esquizoparanóide de “*a posição narcisista*”.

De forma resumida, para Klein e seguidores, o objetivo da inveja é preservar a auto-idealização onipotente e, nesses termos, por definição, constitui-se em um ataque frontal às relações de objeto. Mobiliza ansiedades persecutórias, no sentido de temores retaliatórios, assim podendo inibir o reconhecimento emergente de separação self-objeto. Com a identificação projetiva, portanto, estabelecem-se relações narcisísticas de objeto, quando então o sujeito sente que tudo o que é valorizado nos objetos externos dele faz parte ou por ele é controlado de forma onipotente (Rosenfeld, 1971). Disso decorre que, nos autores kleinianos, o conceito de identificação projetiva tem assumido um significado quase de sinônimo de narcisismo e, como assinalado, intimamente associado à inveja (apud Hinshelwood, 1989).

Rosenfeld assinala ser essencial estabelecer uma distinção entre os aspectos libidinais e os destrutivos do narcisismo. Em ambos, a auto-idealização assume um papel central, mas enquanto, no primeiro caso, ela é “*mantida pelas onipotentes iden-*





O ideal do ego e o superego: um estudo sobre a relação entre os dois conceitos e suas implicações ...

tificações projetivas e introjetivas com bons objetos e suas qualidades” (1971, p.173), no segundo, ocorre “ *a idealização das onipotentes partes destrutivas do self. Elas são dirigidas contra qualquer relacionamento objetal libidinal positivo e qualquer parte libidinal do self que experimente necessidade por um objeto e o desejo de dele depender*” (1971, p.173). Ele descreve um “*narcisismo negativo*”, um estado interno de destrutividade do ego para si próprio, expressivo de um retorno da pulsão de morte para o ego. E entende essa “*organização sinistra do ego*” (que ele compara a uma organização mafiosa) como tendo o propósito dominante “*de manter a idealização e o poder superior do narcisismo destrutivo*” (1971, p.174) sobre as partes libidinais dependentes do self. Anteriormente (1965) ele diferenciara duas modalidades de identificação projetiva, levando em conta o grau de onipotência presente na fantasia. Quando massiva e onipotente, ocorre uma dissolução dos limites entre o self e objeto, disso resultando uma fusão – “*um é o outro*”. Nessas condições, as repercussões patológicas são evidentes, configurando quadros psicóticos severos, em muito se assemelhando à “*equação simbólica*” de H. Segal (1950), em que o símbolo e o que é simbolizado não são distinguidos.

Em última análise, a detida consideração de todos esses fatores interrelacionados – a inveja, o narcisismo e a identificação projetiva – assume primordial significado por suas chamativas implicações clínicas no trabalho analítico, quando se constitui em fator importante na instalação de transferências negativas duradouras e em situações de reação terapêutica negativa, bem como em ocorrências de perversão da transferência.

Quanto ao sentimento de culpa (que para Freud só se justifica quando o superego estiver desenvolvido), para M. Klein ele acompanha as pulsões pré-genitais e ela o considera como um efeito direto do conflito edípico. Comenta que a situação edípica enfraquece não somente pelo temor à castração por parte de um pai vingativo, mas também por sentimentos de amor e culpa, que levam a criança a querer proteger seu pai como um objeto querido, um ideal ao qual se dirige, buscando um protetor e um guia. Aqui, a autora parece estar se referindo ao conceito do ideal do ego, querendo, no meu entender, assinalar seu aspecto mais evoluído, vinculando-o à posição depressiva, da ligação com objetos totais e sentimentos reparatórios.

Entre os autores kleinianos, merecem também destaque Paula Heinmann e Donald Meltzer por suas contribuições que julgo importantes ao tema em estudo. Heinmann (1952) é de opinião que existe uma interação entre o desenvolvimento do ego, complexo de Édipo e superego mediante os mecanismos de introjeção e projeção: “*O superego é o produto final de um longo processo que passa por distintos estágios, em estreita relação com as fases sucessivas do desenvolvimento das pulsões e do ego*” (1952, p.126). Ela enfatiza haver uma continuidade genética entre os





temores persecutórios do bebê (instigados por seus impulsos canibalísticos), a ansiedade no período de latência (ligada à voz interna desaprovadora dos pais) e os sentimentos de culpa e mortificação do adulto (por não ter atuado de acordo com seus ideais). Alerta que o ego e o superego, por terem sua formação baseada nas introjeções dos pais, estão vinculados de forma próxima, não sendo conveniente uma delimitação muito rígida entre ambos. Mesmo assim, procura responder à indagação de quando a introjeção contribui à formação do ego e quando à do superego. Para tanto, sugere que o elemento de discriminação reside nos atributos do pai introjetado, com que a criança está interessada, de forma predominante em dado momento e que é decisiva a situação emocional presente, quando efetua a introjeção.

Quanto a Meltzer, vou me referir a mais duas citações, que julgo muito pertinentes. A primeira: “*Os objetos internos, no curso do desenvolvimento, variam, lentamente, de um agrupamento de objetos parciais, com funções primordialmente de superego (proibitivas e inibidoras), em direção a uma figura-parental-combinada, com funções primordialmente ego-ideais (inspiracionais)*” (1971, p.122). E a segunda: “*... o progresso do superego ao ideal do ego é, em primeiro lugar e fundamentalmente, uma consequência do abandono da onipotência pelas partes infantis do self*” (1971, p.123).

Penso que, com tais comentários, Meltzer propõe o ideal do ego com um novo significado em um distinto enquadramento seqüencial – o de uma aquisição pelo abandono da onipotência de um ego ideal narcisístico, que se confunde com aspectos sádico-orais de um superego primitivo, da posição esquizoparanóide. Visualiza, portanto, o ideal do ego com um sentido inspiracional, situando-o na posição depressiva e com um significado mais evoluído, vinculando-o aos aspectos reparadores do coito dos pais (“*a figura dos pais combinados em coito criativo*”), tal expressando, em meu entender, não só o reconhecimento da triangularidade edípica, mas também, e principalmente, o reconhecimento e a aceitação do *prazer* dos pais em coito.

Para terminar este tópico, penso que, em linhas gerais, pode-se dizer que Freud registrou sua compreensão dos fenômenos em dois momentos que passaram a configurar duas vertentes principais. A do ideal do ego, como expressão do narcisismo primário, que ele progressivamente deixou de abordar, e a do superego, na fase fálica, como herdeiro do complexo de Édipo, que ele desenvolveu de forma sistemática. Melanie Klein, ante as evidências clínicas que apontavam para um superego pré-genital, tentou conciliar tais achados com a proposição freudiana do superego, aplicando, com modificações significativas, a compreensão do superego (de 1923) a uma época do desenvolvimento compatível com a primeira vertente. Mas, ao assim fazer, tornou-se alvo de críticas de que ela teria retrojetado às fases mais iniciais aquilo que corresponde a etapas ulteriores, mais de acordo com o crescimento biológico do indi-





víduo. Tais críticas muito dificultaram um entrosamento, na medida em que sublinhavam as diferenças, opondo-se, inicialmente, a movimentos de integração que levassem a uma adequada valorização de suas importantes contribuições psicanalíticas, de forma relevante, as que se referem à sua concepção das posições esquizoparanoide e depressiva.

Um ponto bastante evidenciado é que existe uma diferença qualitativa entre os mundo internos de M. Klein e seguidores, de um lado, e de Freud e os autores da psicologia do ego, de outro. Para estes, o mundo interno é constituído de estruturas psíquicas organizadas, com funções determinadas e rígidas, que se interrelacionam e com o mundo externo. É bem diferente, pois, da concepção do mundo interno proposta pelos kleinianos, para os quais ele é uma criação da fantasia inconsciente, formado pelo interjogo das introjeções e projeções e se constitui de objetos que mudam a todo momento. O mundo interno, em consequência, apresenta flutuações rápidas e alterações dinâmicas significativas.

Continuando a analisar os desdobramentos das vertentes teóricas acima referidas, um destaque especial merecem os trabalhos de Janine Chasseguet-Smirgel, aos quais passarei, agora, a me referir. Ela retomou a primeira vertente das proposições de Freud e, de forma consistente, tornou-se a autora que melhor detalhou e desenvolveu seu enfoque do ideal do ego.

Os aportes de Janine Chasseguet-Smirgel

Como recém foi assinalado, a autora aborda o tema a partir das proposições de Freud em 1914. Assim, visualiza o ideal do ego como herdeiro do narcisismo primário, de um período em que, não havendo ainda diferenciação com o objeto, as necessidades são supridas de forma instantânea e ilimitada. (Registre-se que seu enfoque foi também muito influenciado pelos trabalhos psicanalíticos sobre o narcisismo realizados por seu esposo, Bèla Grunberger).

Ela raciocina que as evidências frustradoras da realidade promovem o final abrupto desse estado primário de fusão e a consequente consciência do desamparo. Como uma criação espontânea, para recuperar tal estado, ocorre a projeção para o objeto (mãe) da onipotência que teve que ser abandonada e este torna-se o seu primeiro ideal do ego, traduzindo a aspiração de preencher o hiato entre o ego e o seu ideal. Neste ponto, levanta a hipótese de que tal anseio é transferido ao desejo incestuoso de retornar ao interior do corpo da mãe por meio do coito genital. Assinala que tal movimento está ligado ao curso do desenvolvimento, ao “*desejo de crescer*” assinalado por Freud, e que a mãe tem a importante função de auxiliar a criança a, pro-





Paulo Fonseca

gressivamente, direcionar a projeção de tais ideais “*para diante de si*”, isto é, para outros ideais mais evoluídos, por meio de uma integração dos estágios instintivos e das diferentes fases de desenvolvimento do ego. Tal é realizado através da identificação com o objeto portador do ideal em cada etapa, e, para ocorrer, é necessária uma dosificação adequada de gratificações e frustrações, para evitar a ocorrência de fixações e regressões que possam perturbar o desenvolvimento rumo à genitalidade.

Para ela, o ideal de recuperar o estado de fusão primária nunca é abandonado e “*a fantasia incestuosa contém dentro dela aquela de uma redescoberta do objeto primário por uma outra rota*” (1985, p.181). Nestes termos, o ideal do ego funciona como um estímulo encorajador para a maturidade. Isto é, em última análise, para o reconhecimento da diferença entre o ser e o tornar-se, que expressam, em linhas amplas, as duas possibilidades de solução, regressivas e desenvolvimentais, para os problemas da separação (Lasch, apud Chasseguet-Smirgel, 1985).

Como assinala Freud, identificação é assimilação e não uma simples imitação. Assim, *ser* o objeto constitui-se em uma modalidade de satisfação alucinatória de desejos com características mágicas e regressivas. C. Smirgel chama de “*via curta*” tal modo de recuperação do estado narcisístico da fusão primária, que consiste, basicamente, na negação da realidade frustrante de que existe uma distância entre os desejos e ambições da criança e sua capacidade para concretizá-las: frente aos desejos incestuosos, e por sua imaturidade biológica, não pode se constituir em parceiro sexual imediato para a sua mãe. *Tornar-se* o objeto, por outro lado, implica em reconhecer a frustração de que, por sua imaturidade, necessita efetuar uma “*via longa*” de desenvolvimento e maturação, para vir a ficar como o pai e só então capacitado para efetivar uma consumação genital. Isto é, precisa adiar a realização de seus desejos incestuosos, projetando seu narcisismo agora no pai, tornando-o seu ideal do ego. Como diz a autora, o projeto incestuoso implica na aquisição da capacidade genital que resulta da integração das fases pré-genitais. Sua hipótese de um ideal do ego maturativo implica na existência de um programa inato de desenvolvimento psicosexual, submetido a leis comparáveis às que norteiam os fenômenos biológicos.

A esse respeito, C. Smirgel se notabiliza pela aplicação do conceito de ideal do ego ao estudo das perversões sexuais, que entende como “*uma estratégia para a manutenção das ilusões narcisísticas*” (Lasch, apud Chasseguet-Smirgel, 1985, p.XIII). Considera que a apreensão da realidade está calcada no reconhecimento das diferenças entre os sexos e as gerações e que as perversões, na medida em que tentam erradicar tais diferenças, se propõem a abolir a distinção básica entre o self e o não-self, que é o fundamento de todas as demais distinções que virão a ocorrer. O perverso, ao invés de tentar suplantar os obstáculos maturativos, simplesmente busca negar sua existência, incorporando a ilusão de que, já de início, se constitui em um parceiro





sexual para sua mãe. Nesse ponto, assumem importância dois aspectos: um, é o papel da sedução e cumplicidade, por parte da mãe que, com frequência, não corrige (e mesma incrementa) tal ilusão, levando a criança a acreditar que não precisa invejar seu pai em um plano genital. E outro aspecto é a idéia, por parte da criança, de uma mãe fálica que, assim, não precisaria do pênis do seu marido, ficando, pois, negado o papel masculino adulto no coito e na reprodução. Esses dois aspectos são complementares: a atitude da mãe favorece um bloqueio no desenvolvimento da criança, que fica ligada a um modelo pré-genital (“*pênis fecal*”), deixando de investir seu ideal no pai genital e seu pênis; a idéia da mãe fálica, por outro lado, serve para negar a cena primária. Segundo a autora, o que é negado é a existência da mãe com uma vagina, pois isso levaria o menino a confrontar-se com sua inadequação para satisfazê-la com sua sexualidade pré-genital. Tal fato se constitui em uma ferida narcisística que o perverso tenta negar, projetando seu narcisismo, isto é, idealizando seus objetos parciais e suas zonas erógenas pré-genitais. Em última instância, para substituir a realidade que lhe provoca ódio (por implicar na noção dos pais unidos em coito genital) por uma outra, a do universo anal, na qual estão suprimidas todas as diferenças.

Com este enfoque concorda com a visão de Grunberger (1979) de que a barreira do incesto, de certa forma, protege a ilusão. E de que o superego pode ser entendido como uma instância para proteger o narcisismo infantil, na fase edípica, na medida em que atribui a uma proibição o que, na realidade, decorre de uma inadequação sexual. Fica o sujeito, assim, poupado da ferida narcisística que ocorreria, caso tivesse que reconhecer sua própria impotência.

Quanto a considerar o ideal como uma instância psíquica separada, diz que se deve considerar o papel que ele desempenha em cada caso. Há ocasiões em que tem suficiente autonomia e pode, então, ser visualizado como uma instância. Em outros casos, observa-se uma absorção do ideal do ego pelo superego, mas, de qualquer modo, o ideal não pode ser reduzido a um modelo apenas para o ego. Ela aponta que, em linhas gerais, “*parece haver diferença fundamental entre o ideal do ego, herdeiro do narcisismo primário e o superego, herdeiro do Complexo de Édipo. O primeiro é o produto de uma tentativa para recuperar a onipotência e o último, do complexo de castração; o primeiro, impelindo o sujeito para a fusão incestuosa; o último, separando a criança da mãe por meio da barreira incestuosa*” (p.182). Acrescenta que, enquanto o ideal do ego se constitui no primeiro passo, o superego pode ser considerado como o passo final em termos de desenvolvimento do ego.

Para finalizar, julgo conveniente assinalar outro tópico que diz respeito às considerações da autora quanto à utilidade do termo “*ego ideal*” como já assinalai. Parece-me que seu questionamento deve-se menos ao fato de entendê-lo como uma “*conveniência lingüística*”, da parte de Freud, mas mais porque a expressão “*fusão*





Paulo Fonseca

primária” melhor se adapta à premissa que ela quer frisar. O ego ideal implicaria na idealização do próprio self, enquanto que “ *fusão primária*” aponta para a existência de uma ligação íntima com a mãe desde o início e que a autora, inclusive, admite ocorrer já antes do nascimento. Tal formulação facilita sua hipótese de desejos, por parte do bebê, do coito genital com a mãe, para recuperar o estado de fusão – “*retornar ao útero materno*” – nos termos de Ferenczi.

Uma das conseqüências de tal formulação é que aquilo que constitui a injúria narcisística fica, de certa forma, deslocado. Assim, não é ela provocada pelo fato de o ego não possuir poderes onipotentes de auto-suficiência (dito em outros termos, de não ser “*o ego ideal*”), mas sim por uma outra razão (que até pode ser admitida como complementar), qual seja, a de não ter capacitação maturativa sexual para, mediante um coito genital com a mãe, recuperar o estado fusional primário (com ela, mãe).

Nesse ponto, não fica muito explicitado quando ela situa a ocorrência de tais desejos incestuosos, mas sua exposição do final abrupto do estado de fusão primária e a conseqüente projeção do narcisismo para a mãe aponta para um complexo de Édipo precoce, à semelhança do focado por M. Klein. Porém, em seu encadeamento expositivo, C. Smirgel não faz uso da noção de fantasia inconsciente, básica para o entendimento do funcionamento psíquico em termos kleinianos.

O fato de me referir a tais aspectos, no entanto, não significa o não reconhecimento dos méritos das formulações da autora. Ao contrário, suas reflexões assumem destacada importância para a compreensão de variados fenômenos, principalmente de ordem clínica, como pretendo assinalar a seguir.

Algumas implicações clínicas dos dois conceitos

Em termos amplos, certas implicações já foram referidas quando da exposição do aporte kleiniano, com destaque para os trabalhos de Rosenfeld, significativos exatamente por suas implicações clínicas. Especialmente ao terem sido considerados os aspectos da idealização do self e dos objetos, das relações narcisísticas de objeto e do interrelacionamento dos fatores de inveja e do mecanismo de identificação projetiva com o narcisismo.

No presente tópico pretendo abordar a conveniência de ser o ideal do ego ressaltado como um conceito válido para aprimorar o entendimento e a elucidação de variadas situações clínicas, pois falar na importância do conceito de superego em termos de implicações clínicas constituir-se-ia em uma obviedade. Embora Sandler (1960) assinale que existe uma tendência, entre os analistas, de formularem seu material clínico em termos outros que não o de superego, apontando como causas para





tal ocorrência a falta de precisão teórica na diferenciação entre os conteúdos do ego e do superego e o que ele denomina de uma “*dissolução conceitual do superego*” decorrente dos próprios avanços quanto ao entendimento de suas raízes genéticas. Como conseqüência, tem ocorrido que funções do superego têm sido, gradualmente, absorvidas no modelo do ego.

Em linhas gerais, pode-se considerar o ideal do ego como fator importante para o entendimento de uma série de fenômenos, com amplas repercussões ao longo de todo o processo analítico – antes de sua instalação, durante sua evolução e a seu término.

Assim, em sua fase inicial, pode ser entendido (como aponta C. Smirgel) como um critério de analisabilidade, ao levar em conta a qualidade do ideal do ego de pacientes para análise. Isto é, se está presente ou é potencial um ideal do ego maturativo, que capacite o sujeito a vir a suportar as frustrações inerentes ao processo analítico e a estabelecer com o analista uma aliança terapêutica, ou, ao contrário, um ideal do ego megalomaniaco, que busca no tratamento a fusão ilusória do ego com seu ideal, via a promessa falaciosa de uma gratificação narcisística imediata. Penso que tal critério, sob o ponto de vista exclusivamente teórico, é facilmente aceitável e mesmo indiscutível. No entanto, quanto à sua aplicabilidade, torna-se um problema de difícil equacionamento. Haja vista os comentários de Abraham (1919) e os de B. Joseph (1975), em seu conhecido trabalho sobre pacientes de difícil acesso, em que ela assinala a pseudocooperação, por parte de pacientes narcisistas, em suas análises.

No transcurso do tratamento, o conceito pode ser valorizado sob dois ângulos: o primeiro, ao possibilitar que se amplie a compreensão de uma série de quadros clínicos, desde os de mais evidente patologia até as menos aparentes perturbações narcisísticas presentes em distúrbios caracterológicos. E o segundo, ao considerá-lo como um vetor, para atitudes de entendimento, por parte do analista, levando em conta os aspectos transferenciais e contratransferenciais envolvidos. Ao final da análise, o ideal do ego maturativo constitui-se em fator que possibilita ao paciente sua identificação com o analista – melhor dito, com a função de analisar do analista – o que é um dos critérios mais amplamente reconhecidos para término satisfatório de tratamento.

Como já foi referido, em situações de desenvolvimento harmônico, ambos, o ideal e o superego, encontram-se fusionados em uma unidade funcional, podendo apresentar-se como elementos separados e mesmo contrastantes em situações específicas de desenvolvimento e em quadros de patologia clínica. Assim, em última análise, o fracasso no desenvolvimento do ideal do ego repercute em situações clínicas mais ou menos evidentes, caracterizadas pela persistência de elementos primitivos na patologia ulterior.





Afora as situações de mania e paranóia, nas quais os componentes megalomaniacos, desde logo, apontam para a ilusória fusão do eu-real com o seu ideal do ego, alguns quadros de patologia clínica têm sido abordados com mais frequência, levando em consideração o conceito. Vou referir-me a alguns deles.

Assim, Grunberger (1979), por exemplo, considera que na raiz dos quadros depressivos pode-se detectar a falta de uma “*confirmação narcisista*”, isto é, o suporte de amor e cuidados da mãe para com seu bebê, no período inicial da vida, e que se constitui em condição necessária para que este se capacite para abandonar o mundo do narcisismo primário e fazer frente à ferida narcisística resultante do abandono da onipotência. Nesses termos, a catexia narcisística da mãe para com seu bebê, como um todo, favorece a integração de seu ego corporal com seu ego psíquico. Quanto maior a confirmação, menor será a discrepância entre o ego e o ideal do ego. Usualmente ela é necessitada de forma apenas transitória, já que, em casos normais, o sujeito vai promovendo ele próprio tal confirmação em estágios sucessivos de seu desenvolvimento. Lembra que, quando excessiva, pode resultar em casos de perversão. Para o autor, “*a depressão é a expressão psíquica de uma falha, não de um investimento narcisístico, mas de sua confirmação pelo ideal do ego, o qual é, em última análise, o próprio narcisismo*” (p.225). Em tais casos, a criança projeta seu narcisismo primário absoluto na totalidade de seu ideal de ego que, por isso, se torna uma exigência inalcançável e ameaçadora para o ego. Por ter um déficit narcisístico inicial, o depressivo vive em permanente “*estado de necessidade*”, expressivo de um continuado conflito entre o ego e o ideal do ego narcisístico, que resulta em um enfraquecimento sistemático do ego, que permanece sem coesão. Por sua vez, para o autor, “*as auto-acusações do melancólico sempre contêm uma nostalgia pelo estado primário feliz e perfeito, destruído por sua própria falta*” (1979, p.247). Os suicídios de melancólicos representam o retorno a tal estado inicial sem conflitos – a eliminação do ego como resultante de tal movimento em busca da anulação da ferida narcisística.

Um outra situação, para cujo entendimento é valiosa a consideração do ideal do ego, consiste no estudo dos distúrbios da identidade, como os das personalidades “*as if*” e os impostores. Em tais quadros, pela depreciação dos objetos primários, considerados como não merecedores de servir como modelos para identificação, os sujeitos buscam satisfazer suas fantasias megalomaniacas por meio de “*acting outs*”, pretendendo haver encontrado uma maneira de estar de acordo com seu ideal. Nas personalidades “*como se*”, pode-se observar que o ideal do ego flutua de acordo com o objeto de identificação. Em tais casos, não ocorre discriminação nas escolhas objetivas, sendo que o que é valorizado é menos a qualidade do objeto e mais o valor que a ele possa ser atribuído por outras pessoas. O objeto (ideal do ego) é amado e seu





“*esplendor*” cai sobre o ego, por meio da identificação narcisística, mas, ante o menor desapontamento, passa a ser odiado e abandonado, iniciando-se a busca de um novo modelo de identificação por meio de imitações superficiais e transitórias.

No caso do impostor, o ideal do ego não consegue alcançar uma unificação harmônica com outras partes da personalidade. Deutsch (1955) refere que, no impostor, existe uma tensão entre um ego desvalorizado e um ideal do ego patologicamente exagerado, que o sujeito procura resolver comportando-se como se fôsse idêntico a seu ideal, ao mesmo tempo que tenta impor aos demais tal imagem fantasiada de si próprio. Sendo decisiva, para tais quadros, a desvalorização da figura paterna no período de desenvolvimento da criança. Tal se aproxima do entendimento proposto por Chasseguet Smirgel para os casos de perversão sexual, que vincula à patologia do ideal do ego e que já foram referidos no tópico anterior. Cumpre assinalar, agora, que nesses casos, o tratamento analítico implica tentar uma recatexização da figura do pai atacado, resgatando-o como um ideal do ego, com significado maturativo. Em termos muito semelhantes, J. McDougall (1972) refere que, inconscientemente, a mãe do futuro perverso, “*ela própria nega a realidade sexual e denigre a função fálica do pai*” (p.381). E que o perverso cria uma cena primária que se contraponha à que o desilude e o ameaça com a castração. Essa sua “*nova cena primária*” tem como tema invariável o drama da castração e o domínio de sua ansiedade associada, com a função dinâmica de afirmar que a castração não dói e que, ao contrário, ela própria se constitui em condição para o prazer erótico. Em linhas gerais, o parceiro homossexual é idealizado e os aspectos destrutivos do pai do mesmo sexo são projetados no sexo oposto, enquanto que o pai real é considerado sem valor ou ausente. A esse respeito, Freud (1914) já afirmara que quantidades de libido do tipo homossexual são carregadas à formação do ideal do ego e que, caso ocorrerem falhas na relação entre o ideal e seu potencial para realizações, pode haver uma intensificação dos impulsos homossexuais, reativando-se o desejo de uma relação narcisística com a mãe.

Uma outra aplicação do conceito encontra-se nos casos severos de criminosos recidivantes estudados por Murray (1964). Neles ocorre uma típica persistência das antigas atitudes narcisísticas infantis, pré-genitais, que evidenciam o fracasso na transformação do narcisismo primitivo em elementos socialmente úteis do ideal do ego sadio. Assim, estão presentes a crença na onipotência, uma arraigada necessidade de controle mágico das situações e uma fria brutalidade quando desafiados, expressando o seu “*direito*” narcisístico de realizarem qualquer ato, quando contestados. Nas palavras de Murray: “*O domínio e o controle precisam ser imediatos e absolutos, ou então a ansiedade pode ameaçá-los com a completa destruição, e eles reagem imediatamente para restaurar seu mundo onipotente a qualquer custo aos demais*” (p.505). Por outro lado, nas neuroses caracterológicas regressivas, pré-genitais, pode-





Paulo Fonseca

se perceber a existência dos mesmos fatores, porém em menor grau e expressados usualmente em fantasias.

Em todas essas situações, com o tratamento analítico, o objetivo é rastrear os distúrbios a suas origens, com a finalidade de capacitar o ego maduro a empregar as energias mentais de uma maneira diferente e mais saudável. Assim, Rosenfeld (1962), expressando a visão kleiniana, assinala que, com o tratamento, se pretende que diminua a fixação na posição esquizoparanóide e ocorra um movimento em direção à posição depressiva. E que um sinalizador desse movimento é a maior capacidade, por parte do paciente, para experimentar ambivalência e, portanto, preocupação com o objeto, com a conseqüente redução dos temores de castigo e aumento da confiança em suas capacidades reparatórias. Com isso, diz ele, vai emergindo gradualmente um superego mais benevolente, acompanhado de mudanças graduais no seu ego. Para ele, o superego tardio tem uma função defensiva contra as ansiedades do superego primitivo e sua análise tem uma importância dinâmica secundária: para que o superego possa ser compreendido e tratado com êxito, é necessário analisar as relações mais iniciais com a mãe e o seio na situação transferencial.

Afora tais aspectos de patologia clínica, como referi de início, a própria situação analítica pode ser visualizada levando em conta o conceito de ideal do ego. Assim, por exemplo, Grunberger (1979) faz referência à “lua-de-mel” analítica das primeiras fases do tratamento, quando ocorre uma regressão narcisística do paciente, que se encontra próximo ao seu ideal do ego (o analista) frente às suas projeções. Nesses momentos, torna-se reativada sua ilusão de que pode reunificar seu ego com o ideal do ego. Por outro lado, tal projeção do ideal do ego do paciente em seu analista atribui a este um poder, o que aponta para a importância fundamental que assumem os sentimentos contratransferenciais do analista na evolução do processo.

Nesses termos, existe o risco de que, por contaminação contratransferencial, o analista assuma, como a mãe do futuro perverso, o papel de aceitar e mesmo promover a ilusão de que não há necessidade de um processo de maturação, que implica no enfrentamento de perdas e lutos, e pode ser levado a estabelecer com seu paciente uma ideologia de reforço mútuo de onipotência narcisística. Frequentemente em tais ocorrências, o analista, por necessidades neuróticas inconscientes, promove um projeto “*educativo ou moralizador*” para seu paciente, com o significado, em níveis mais profundos, de um conluio narcisístico que perverte todo o processo.

Por outro lado, Kohut (1988) assinala que a rejeição, por parte do analista, à atitude idealizadora do paciente, também pode apontar para tensões no analista expressivas de sua vulnerabilidade narcisística. Isto é, as idealizações despertando, no analista, fantasias reprimidas de seu próprio “*self grandioso*”. Diz o autor: “*Durante aquelas fases da análise de perturbações narcisísticas do caráter, em que uma trans-*





O ideal do ego e o superego: um estudo sobre a relação entre os dois conceitos e suas implicações ...

ferência idealizadora começa a germinar, há apenas uma atitude analítica correta: aceitar a admiração” (p.220). A esse respeito opina Chasseguet-Smirgel que “*nem tudo pode ser analisado, e as potencialidades são infinitamente reduzidas para o analista cujo paciente nele não projetou seu narcisismo*” (1985, p.91).

Deutsch (1964) também afirma que é de suma importância, no trabalho da transferência, o processo regressivo de idealização do analista por parte do paciente, bem como os seus esforços em identificar-se com ele. E afirma que “*uma conquista terapêutica exitosa reside não só em analisar, mas também em explorar e apoiar esta identificação com o analista em uma maneira construtiva*” (p.516).

Penso que todos estamos de acordo que “*explorar e apoiar a identificação*” é uma expressão forte, que pode trazer em si o potencial perverso de um conluio narcisista. Mas também é sabido que a idealização dos pais, por parte da criança sadia, faz parte de um processo normal, até que ela possa confiar em seus próprios poderes e reconhecer-se como uma pessoa potente, mas não onipotente.

Esta é a trajetória gradual do crescimento do indivíduo e penso que não é outra a que se busca trilhar em nosso progressivo trabalho psicanalítico, quando se espera que tal idealização seja submetida, gradualmente, a um processo de desidealização, que leve em conta os aspectos terapêuticos em cada caso. Em meu entendimento, torna-se possível ocorrer, então, o que assinei anteriormente: a identificação com a função de analisar do analista.

A citação de Goethe, “*Aquilo que herdaste de teus pais, conquista-o para fazê-lo teu*”, constitui-se em formulação análoga do mesmo princípio – o termo “*conquistar*” apontando para uma aquisição progressiva, não imediata, que requer esforço e persistência, em um sentido maturacional, de desenvolvimento.

Considerações finais

Na leitura do que até aqui foi escrito, pontuando os conceitos do ideal do ego e do superego em sua evolução, penso que pode ser despertado algo semelhante ao que Freud expressou em “Luto e Melancolia” (1917): “*As explicações, embora plausíveis, dão margem a mais novos problemas e dúvidas do que podemos responder*” (p.288). E, de fato, dúvidas e problemas multiplicam-se na medida em que distintos enfoques de autores de diferentes escolas propõem abordagens nem sempre complementares e, por vezes, conflitantes. Pois sabemos que as questões propostas pela investigação das raízes genéticas, bem como pelas exigências de enquadramento compreensivo das evidências clínicas, têm levado a angulações que privilegiam ora um, ora outro aspecto dos conceitos, tanto do superego como do ideal do ego. Como





Freud ele próprio ressaltou, muito ainda tem que ser elucidado quanto ao superego e, acrescentaríamos, quanto mais se o ideal do ego for considerado como se constituindo em instância com características separadas.

No entanto, dentre as imprecisões referidas, algumas características do ideal do ego são reconhecidas. Assim, com base no trabalho clínico, podemos listar as seguintes: 1. no ideal do ego, são aparentes suas características predominantemente narcisísticas; 2. sua capacidade de impulsionar o desenvolvimento pode influenciar as realizações realísticas do indivíduo, contrastando com as ameaças e proibições usualmente vinculadas ao superego; 3. sua força deriva, primordialmente, de impulsos libidinais (vinculados à mãe), enquanto que a do superego, de impulsos agressivos (usualmente referidos ao pai); 4. apesar dos aspectos constrictantes, ambos, ideal e superego, mantêm uma relação próxima entre si, exercendo o ideal a função de guia para o ego e superego (G. Bibring, 1963). Além dessas características, podemos acrescentar as diferentes origens (narcisismo e complexo de Édipo) e distintas ansiedades associadas (perda da mãe e temor à castração).

Embora reconhecendo as explicitadas diferenças conceituais, mas levando em conta os também evidentes pontos de convergência citados na revisão, penso ser justificado ir um pouco além, para enfocar o entendimento dos fenômenos de forma mais abrangente. Nesse sentido, julgo possível uma integração dos aspectos estruturais do conceito de ideal do ego com os das relações de objeto, no contexto da teoria das posições, de Melanie Klein. O ideal pode ser focado sob dois ângulos: o primeiro, como um sintoma de doença, quando configura uma evasão de teor maníaco, em que ocorre a idealização do self e dos objetos, na posição esquizoparanóide, para lidar com ansiedades e objetos persecutórios; e um outro ângulo rumo à saúde, quando se constitui em um projeto de crescimento psíquico, como inspiração e modelo, com esse significado estando presente nos intentos reparatórios característicos da posição depressiva. Voltarei a me referir a esses aspectos ao final do trabalho.

Como já se assinalou, nenhum autor dentre os estudados propõe, de forma explícita, um afastamento do modelo básico tripartite da estrutura psíquica tal como é descrito por Freud. Nesse sentido parece consensual que, em condições de desenvolvimento harmônico, o ideal do ego, que tem origem anterior à do superego, por ele vai sendo progressivamente absorvido, passando assim a se constituir em um aspecto seu ou função, ao mesmo tempo que se torna difícil discriminá-los. É entendido que o ideal experimenta uma evolução paralela à do narcisismo, desde o período inicial da vida até sucessivos investimentos libidinais de objetos, configurando uma progressão maturacional do indivíduo. E que, em situações de desarranjo desta unidade funcional, como sucede em ocorrências regressivas, o ideal do ego pode apresentar-se diferenciado do superego, chegando mesmo a colocar-se como uma instân-





cia separada, quando participa de quadros de patologia clínica de variada intensidade.

Com seus trabalhos clínicos, penso que Freud assinalou um “*ideal do ego analítico*”, que gerações sucessivas de analistas, desde então, têm procurado alcançar. Ele delineou as linhas mestras de uma ciência que, em sua evolução, tem sido acrescida de novos dados de conhecimento, os quais, por sua vez, têm possibilitado distintos ângulos de abordagem e aplicações ampliadas. Este fato, tão somente, já se constitui em evidência do teor maturativo do ideal por ele proposto. De forma sintética, podemos dizer que, de acordo com suas recomendações, o superego/ideal do ego analíticos apontam diretrizes que levam em conta a individualidade do sujeito (analisando), mormente no que diz respeito às suas potencialidades de realização. Mas vimos também como tal objetivo, essencialmente liberador, pode vir a ser pervertido por necessidades narcisísticas, inconscientes, do próprio analista. Nessas condições, passa então a ser instalado um outro referencial, de resultados o mais das vezes escravizantes – o analista se propondo como exemplo a ser imitado, assim desconsiderando o paciente, que é induzido a tornar-se dele uma cópia que reedita o modelo original.

Ao finalizar, gostaria de deixar assinalado que a presente revisão me foi útil para compreender o ideal do ego como um conceito de valor, por propiciar o entendimento do indivíduo de forma não reducionista e previamente determinada por uma essência. As formulações iniciais de Freud possibilitaram que ulteriores acréscimos e detalhamentos tornassem possível visualizar o homem como uma construção mediada por natureza e cultura e fundada na busca de um ideal, cuja insatisfação se constitui, por sua vez, em necessidade de abrir caminhos novos de procura. Assim, impulsionado a buscar seu “*paraíso perdido*”, vai escrevendo seu próprio presente à medida que desenha seu futuro. Nesses termos, falar na construção do ideal do ego é também falar das experiências do sujeito no tempo e no espaço de sua existência.

Dito em outros termos, é falar da trajetória do sujeito desde o momento inicial da vida, quando dos primeiros contatos com a realidade que se lhe apresenta frustrante e temível e que o leva, de forma defensiva, a buscar refúgio na ilusão fantasiosa da onipotência (que, ao contrário, serve para denunciar ainda mais sua fragilidade). Assim, por meio de recursos mágicos de idealização, de si e dos objetos (parciais), que ainda não discrimina como dele separados, tenta fazer frente às decepções e perigos, internos e externos, que o ameaçam. Com inveja e ódio das qualidades do outro, que sabe não possuir. (Sabemos que, no psiquismo do adulto, também podem ser empregados tais recursos de idealização, nos mesmos moldes de fuga maníaca, quando então se configura uma regressão assustada, frente a ansiedades as mais variadas. É este o ideal do ego megalomaniaco, da ilusão de fusão primária, que se constitui em um sintoma de doença como já foi sublinhado).





Paulo Fonseca

Mas a trajetória do sujeito, em condições normais, não estaciona neste ponto. Com a evolução e fortalecimento progressivos do ego, mediante introjeções e identificações maturativas, esse quadro inicial vai, de forma gradual, sendo modificado com a síntese das partes cindidas, correção das distorções, reconhecimento e discriminação das imagos (agora totais) percebidas como independentes e com direitos. Pode-se entender que o ideal do ego vai sendo desinvestido, progressivamente, de seu narcisismo de teor absoluto (que implicava na idealização do self – ego ideal – e dos objetos), em movimentos rumo à saúde e à genitalidade. Isto é, a relações de objeto e com objetos não mais considerados como perigosos e vingativos, já que os danos passam a ser considerados como não mais irreversíveis e, portanto, possibilitando tentativas de reparação. Sendo que, em tais intentos, nessa nova configuração triangular, é agora auxiliado por aqueles mesmos objetos parentais antes sentidos como inimigos terríficos.

Como sabemos, são essas as condições descritas na posição depressiva e, nela, penso que o ideal pode, então, ser visualizado como um estímulo à criatividade e ao aprimoramento do sujeito. Em um contexto de aceitação da realidade, externa e interna, e adaptação a ela, mas não de forma fatalística e desesperançada. Fazendo parte de um superego mais benevolente e tolerante, o ideal do ego, nesse entendimento, agora pode ser visto como uma inspiração e apoio para o sujeito. Pois, na medida em que ele libera seus objetos da “*camisa de força*” da idealização e os aceita de forma realística, com suas imperfeições, pode, então, vir a utilizá-los como modelos construtivos mais próximos, mais amáveis, mais possíveis. □

Summary

The paper presents the evolution of both concepts, ego ideal and superego, since the early propositions of Freud, the modifications he himself introduced, as well as those proposed by psychoanalysts of different schools.

The author considers ego ideal a valid concept for a better understanding and elucidation of a variety of clinical situations and, notwithstanding the conceptual differences, tries to articulate the structural aspects of ego ideal with object relations aspects, in the context of Melanie Klein’s theory of schizoparanoïd and depressive positions.

Referências

ABRAHAM, K. (1919). Una forma particular de resistencia neurótica contra el método psicoanalítico. In: *Psicoanálisis Clínico*. Buenos Aires: Paidós, 1959.





- ALEXANDER, F. (1938). Remarks about the relation of inferiority feelings to guilt feelings. *Journal Psycho-Analysis*, 19: 41-49.
- BARROS, E. M. R. *Melanie Klein: Evoluções*. São Paulo: Escuta, 1989.
- BERES, D. (1957). Vicissitudes of superego functions and superego precursors in childhood. *The Psychoanalytic Study of the Child*, 13:324-351.
- BERGLER, E. *La neurosis básica*. Buenos Aires: Hormé, 1959.
- BIBRING, G. (1963). Some considerations regarding the ego ideal in the psychoanalytic process. *J. of the American Psychoanalytic Association*, 12:517-521.
- CHASSEGUET-SMIRGEL, J. *The ego ideal*. London: Free Association Books, 1985.
- DEUTSCH, H. (1955). The impostor-contribution to Ego Psychology of a type of psychopath. *The Psychoanalytic Quarterly*, 24:483-505.
- . (1964). Some clinical considerations of the ego ideal. *Journal of the American Psychoanalytic Association*, 12: 512-516.
- FREUD, S. (1895). Projeto para uma Psicologia Científica. In: *Ed. Standard Brasileira*. Rio: Imago, 1972, 1:381-506.
- . Extratos dos documentos dirigidos a Fliess [1950 (1892-1899)]. In: *Ed. Standard Brasileira*. Rio: Imago, 1974, 1:243-378.
- . (1905). Três ensaios sobre a Teoria da Sexualidade. In: *Ed. Standard Brasileira*. Rio: Imago, 1972,7:123-252.
- . [1908 (1907)]. Escritores Criativos e Devaneio. In: *Ed. Standard Brasileira*. Rio: Imago, 1974, 9:147-158.
- . [1909 (1908)]. Romances familiares. In: *Ed. Standard Brasileira*. Rio: Imago, 1974, 9:241-247.
- . (1910). Leonardo da Vinci e uma lembrança de sua infância. In: *Ed. Standard Brasileira*. Rio: Imago, 1970, 11:53-124.
- . (1911). Notas psicanalíticas sobre um relato autobiográfico de um caso de Paranóia (Dementia Paranoides). In: *Ed. Standard Brasileira*. Rio: Imago, 1969, 12:15-108.
- . [1913 (1912-1913)]. Totem e Tabu. In: *Ed. Standard Brasileira*. Rio: Imago, 1974, 13:13-191.
- . (1914). Sobre o narcisismo: uma introdução". In: *Ed. Standard Brasileira*. Rio: Imago, 1974, 14:85-119.
- . [1917 (1915)]. Luto e melancolia. In: *Ed. Standard Brasileira*. Rio: Imago, 1974, 14:271-291.
- . [1917 (1916-1917)]. Conferências Introdutórias sobre Psicanálise. In: *Ed. Standard Brasileira*. Rio: Imago, 1976, 16:289-539.
- . (1921). Psicologia de Grupo e Análise do Ego. In: *Ed. Standard Brasileira*. Rio: Imago, 1976, 18:89-179.
- . [1923 (1922)]. Observações sobre a teoria e prática da interpretação de Sonhos. In: *Ed. Standard Brasileira*. Rio: Imago, 1976, 19: 137-152.
- . (1923). O ego e o Id. In: *Ed. Standard Brasileira*. Rio: Imago, 1976, 19:13-83.
- . [1923 (1922)]. Uma neurose demoníaca do século XVII. In: *Ed. Standard Brasileira*. Rio: Imago, 1976, 19:87-133.
- . (1924). O problema econômico do masoquismo. In: *Ed. Standard Brasileira*. Rio: Imago, 1976, 19:197-212.
- . (1924). A dissolução do complexo de Édipo. In: *Ed. Standard Brasileira*. Rio: Imago, 1976, 19:215-224.
- . (1925). Inibições, sintomas e ansiedade. In: *Ed. Standard Brasileira*. Rio: Imago, 1976,20:95-201
- . (1927). O humor. In: *Ed. Standard Brasileira*. Rio: Imago, 1974, 21: 188-194.
- . [1930 (1929)]. O mal-estar da civilização. In: *Ed. Standard Brasileira*. Rio: Imago, 1974, 21:75-171.





Paulo Fonseca

- . [1933 (1932)]. Novas conferências introdutórias sobre psicanálise. In: *Ed. Standard Brasileira*. Rio: Imago, 1976, 22:13-120.
- . [1940 (1938)]. Esboço de psicanálise. In: *Ed. Standard Brasileira*, Rio: Imago, 1975, 23:165-237.
- GRUNBERGER, B. *Narcissism – Psychoanalytic Essays*. New York: International Universities Press, 1979.
- HARTMANN, H. & LOEWENSTEIN, R. M. (1962). Notes on the Superego. *The Psychoanalytic Study of the Child*, 12:-43-81.
- HEINMANN, P.(1952). Algunas funciones de introyección y proyección em la temprana infancia. *Obras Completas de Melaine Klein – Desarrollos em Psicoanálisis*. Buenos Aires: Paidós-Hormé, 1974,3:115-152.
- . (1952). Una combinación de mecanismos de defensa en estados paranoides. In: *Obras Completas de M. Klein – Nuevas direcciones em psicoanálisis*. Buenos Aires: Paidós-Hormé, 1976, 4:239-261.
- HINSHELWOOD, R. D. *A Dictionary of Kleinian Thought*. London: Free Association Books, 1989.
- JACOBSON, E. (1954). The self and the object world. *The Psychoanalytic Study of the Child*, 9:75-127.
- JONES, E. (1926). The patient who is difficult to reach. In: Spillius, Elizabeth Bott. *Melanie Klein*. London, Institute of Psycho-Analysis, 1988, 48-60.
- KLEIN, M. (1928). Estadios tempranos del conflicto edípico. In: *Obras Completas de M. K. – Contribuciones al psicoanálisis*. B. Aires: Paidós-Hormé, 1975, 2: 239-247.
- . (1932). Primeros estadios del conflicto de Edipo y de la formación del superego. In: *Obras Completas de M. K. – El Psicoanálisis de niños*. Buenos Aires: Paidós-Hormé, 1977, 1: 251-274.
- . (1933). El desarrollo temprano de la conciencia en el niño. In: *Obras Completas de M. K. – Contribuciones al psicanálisis*. B. Aires: Paidós-Hormé, 1975, 2: 239-247.
- . (1945). El complejo de Edipo a la luz de las ansiedades tempranas. In: *Obras Completas de M. K. – Contribuciones al Psicoanálisis*. Buenos Aires: Paidós-Hormé, 1975, 2:303-347.
- . (1946). Notes on some schizoid mechanisms. *Developments in Psycho-Analysis*. London: The Hogarth Press, 1952, 292-320.
- . (1952). Algunas conclusiones teóricas sobre la vida emocional del lactante. In: *Obras completas de M. K. – Desarrollos em Psicoanálisis*. Buenos Aires: Paidós- Hormé, 1974, 3:177-207
- . (1955). Sobre la identificación. In: *Obras Completas de M. K. – Nuevas direcciones em psicoanálisis*. Buenos Aires: Paidós- Hormé, 1976, 4:301-334.
- . (1957). *Envy and gratitude*. London: Tavistock, 1957.
- . (1958). Sobre el desarrollo del funcionamiento mental. In: *Obras completas de M. K. – Envidia y Gratiitud*. Buenos Aires: Paidós-Hormé, 1976,6: 87-97.
- . (1959). Nuestro mundo adulto y sus raíces em la infancia. In: *Obras completas de M. K. – El sentimiento de soledad y otros ensayos*. Buenos Aires: Paidós-Hormé, 1976, 6:219-235.
- KOHUT, Heinz. *Análise do self*. Rio: Imago, 1988.
- KRAMER, Paul (1958). Note on one of the Proedipal roots of the superego. *Journal of the Americam Psychoanalytic Association*, 6:46-88.
- LAMPL DE GROOT, J. (1947). On the development of the ego and superego. *The Intern. Journal of Psychoanalysis*, 28: 7-11.
- . (1961). Ego ideal and superego. *The Psychoanalytic Study of the Child*, 17:94-106.
- LAPLANCHE, J. & PONTALIS, J. B. *Vocabulário da Psicanálise*. Santos: Martins Fontes, 1973.
- LEVIN, S. (1967). Some metapsychological considerations on the differentiation between shame and guilt. *The International Journal of Psycho-Analysis*, 48:267-276.
- LOEWALD, H. W. (1961). Superego and time. *The Intern. Journal of Psycho-Analysis*, 43: 264-268.





O ideal do ego e o superego: um estudo sobre a relação entre os dois conceitos e suas implicações ...

- MC DOUGALL, J. (1972). Primal scene and sexual perversion. *The Intern. Journal of Psycho-Analysis*, 53: 371-384.
- MELTZER, D. *Sexual States of Mind*. Scotland: Clunie Press, 1973.
- MURRAY, J. M. (1964). Narcissism and the ego ideal. *Journal of the American Psychoanalytic Association*, 12:477-511.
- NUNBERG, H. (1931). *Teoría general de las neurosis basada en el Psicoanálisis*. Barcelona: Pubul, 1950.
- PIERS, G. & SINGER, M. B. (1953). *Shame and guilt: A psychoanalytic and cultural study*. III, Thomas, 1953.
- REICH, A (1954). Early identifications as archaic elements in the superego. *Journal of the American Psychoanalytic Association*, 2: 218-238.
- . (1960). Pathologic forms of self-esteem regulation. *The Psychoanalytic Study of the Child*, 15: 215-231.
- ROSENFELD, H. (1962). The superego and the ego-ideal. *The Int. Journal Psycho-Analysis*, 43:285-263.
- . (1965). *Psychotic states*. London: The Hogarth, 1965.
- . (1971). A clinical approach to the psycho-analytic theory of the life and death instincts: an investigation into the aggressive aspects of narcissism. *Int. Journal Psycho-Analysis*, 52: 169-78.
- RYCROFT, C. (1955). Two notes on idealization, illusion and disillusion as normal and abnormal psychological process. *The Int. Journal of Psycho-Analysis*, 36:81-87.
- SANDLER, J.(1963). The ego ideal and the ideal self. *The Psychoanalytic Study of the Child*, 18:139-158.
- . (1960). On the concept of superego. *The Psychoanalytic Study of the child*, 15:128-161.
- SCHAFFER, R.(1960). The loving and beloved superego in Freud's structural theory. *The Psychoanalytic Study of the Child*, 15: 163-188.
- SEGAL, H.(1983). Some clinical implications of Melanie Klein's work. *Int. Journal Psycho-Analysis*, 64: 321-332.
- SPITZ, R.(1958). On the genesis of superego components. *The Psychoanalytic Study of the Child*, 13:375-404.
- STOLAR, D. & FROMM, E. (1974). Activity and passivity of the ego in relation to the superego. *The Int. Review of Psycho-Analysis*, 1: 297-311.
- VOLLMER FILHO, G. (1975). *A teoria estrutural e as relações de objeto*. Sociedade psicanalítica de Porto Alegre.
- . (1977). *Evolução do conceito de superego em Psicanálise: revisão teórica e implicações clínicas*. Soc. Psicanalítica de P. Alegre.

Recebido em 05/07/2002

Aceito em 30/07/2002

Paulo Fonseca

Av. Carlos Gomes, 261/603

90480-003 – Porto Alegre – RS – Brasil

E-mail: rsf4206@pro.via-rs.com.br

© Revista de Psicanálise – SPPA





Atenção montador

a página **280** é branca





Seção Especial: Matte-Blanco





Atenção montador

a página **282** é branca





A noção de mundo interno: problemas e esperanças*

Ignacio Matte-Blanco



* Publicado originalmente em "Matte-Blanco, Ignacio: *Thinking, feeling and being*. London. Routledge. 1988". Parte da coleção *The New Library of Psychoanalysis*, que autorizou sua tradução e publicação.

Revista de Psicanálise, Vol. IX, Nº 2, agosto 2002 □ 283





1. Interno-externo: por quê?

Os conceitos de interno e externo geralmente se referem a acontecimentos espaciais. Em que sentido os usamos quando falamos de processos psíquicos? Embora possa parecer abstrata e desnecessária, esta pergunta é de vital importância para uma formulação adequada do problema. À primeira vista, pode-se pensar que o conceito de espaço e, portanto, os conceitos de externo e interno, não tem nada a ver com os processos psíquicos. Na verdade, tal impressão é equivocada. Precisamos refletir por quê.

É fácil verificar que esta noção é utilizada na linguagem cotidiana de forma simples. Exemplos:

- “Carregamos as pessoas que amamos *dentro* de nossos corações”.
- “Depois de sofrer essa injustiça, me senti envergonhado e deprimido. Então, gradualmente, me dei conta de que uma enorme raiva *havia começado a se acumular em mim*”.
- “Estou *cheio* de amor e admiração por você”.
- “Não sou tão *ingênuo (gullible)*¹ para acreditar que sua história é verdadeira”.
- “Considero que o assunto que você está explicando é muito difícil de *digerir*”.
- “Ele fala de coisas sobre as quais já leu muito, mas obviamente não entendeu; é uma *leitura não digerida*”.
- “Quando você está perto da Mary, você vive e *inspira uma atmosfera de amor*”. Note que isso sugere a noção de “inalação” e “exalação” de amor. Caso contrário, dir-se-ia “sente-se sua natureza amorosa”, etc.
- “Eu tinha que me livrar desse sentimento e expressá-lo *fora* de mim mesmo através de ações”.
- “Por que você não *põe pra fora* e faz alguma coisa sobre isso?” Isto pode referir-se a qualquer tipo de sentimento.
- “*Und wenn Ich sah mein armer Vater beraubt und blind von der Barmherzigheit mildtät’ger Menschen lebend, Da weint ich nicht. Nicht in ohnmächtgen Tränen Goss ich di Kraft von meinem Schmerzen aus: In meiner Brust, wie eine teure Schatze, Verschloss es hin und dachte nur aus Taten*”.

1. Dicionário Oxford: “*gull*: 1. Engolir. *Gullible*: capaz de ser engolido, facilmente enganado”.





*“E quando eu vi meu pobre pai roubado e cego,
Vivendo da caridade de pessoas generosas,
Não chorei.
Em lágrimas impotentes
Não derramei a força da minha dor:
Tranquei-a em meu peito como um tesouro precioso
E somente pensei em ação”.*

J.C.F. von Schiller, *Wilhelm Tell*

• Uma paciente sob análise declarou ter desenvolvido um sentimento muito positivo com relação a seu analista. Sentia-se protegida por ele e fantasiava que era muito, muito pequena e que estava deitada sobre um sofá muito, muito pequeno dentro do peito ou do coração de seu analista. Como pode-se perceber facilmente, essa fantasia expressava uma relação psíquica através de uma imagem que se referia ao interior do corpo.

Todas as citações acima são exemplos óbvios da expressão de experiências psíquicas através da “comparação” delas com algo que é colocado dentro, mantido dentro ou expelido. Em outras palavras, são exemplos do uso dos conceitos de “interno” e “externo”, ou seja, de noções espaciais com referência a processos puramente psíquicos.

O que foi mencionado acima é uma abordagem inicial simples do problema de interno e externo. Passamos agora a expressar a mesma coisa de uma maneira mais precisa.

Toda atividade de pensamento e todas as suas expressões através da linguagem fazem uso do conceito de relação lógica e, em particular, da relação assimétrica. Esse conceito está intimamente ligado aos conceitos de espaço e tempo. Considere, por exemplo, a expressão de um pensamento bastante simples: “Eu tomei um suco de laranja”. “Eu” vem *antes* (tempo) ou *à esquerda* (espaço) de “suco de laranja”, que vem depois ou à direita de “Eu”. A relação “tomar” é assimétrica, porque, se usarmos a mesma relação no sentido inverso, “o suco de laranja me tomou”, a declaração não faz sentido. Assim, pode-se dizer que “nenhuma lógica pode ser realmente construída sem o conceito de espaço-tempo” (Matte-Blanco, 1975a: 325). Por outro lado, o pensamento não pode acontecer sem que se faça uso de uma estrutura lógica subjacente.

De certa forma, a asserção anterior é reforçada pelo fato de que o conceito de espaço se vincula ao conceito de dimensão e este último, por sua vez, vincula-se ao conceito de seqüência. Por outro lado, qualquer seqüência é gerada por uma relação





Ignacio Matte-Blanco

assimétrica transitória (ver Russell, 1903 [1948]: 463). Dessa forma, chegamos à conclusão de que existe uma relação íntima entre pensamento e espaço-tempo: este último está subjacente a toda atividade de pensamento e, conseqüentemente, a toda *atividade* psíquica.

Contudo, as relações acima mencionadas entre espaço e pensamento permanecem, por assim dizer, no plano de fundo, ou, até mesmo, no plano filosófico da questão. Há, em vez disso, uma terceira razão pela qual o conceito de espaço e, portanto, da dualidade interno-externo, é muito importante no estudo dos fenômenos psíquicos. O fato de os seres humanos possuírem um corpo determina de forma básica toda sua vida psíquica, *que parece construída pela experiência corporal e material como ponto de partida*. Além disso, o fato de o mundo material parecer, pelo menos à primeira vista, um mundo tridimensional (comprimento, largura e altura) – adicionado à dimensão de tempo, que não é, contudo, idêntica às dimensões espaciais – apresenta como conseqüência o fato de que a concepção de vida psíquica, que se origina da experiência, e também a concepção científica, é inicialmente a concepção de um mundo tridimensional. Finalmente, se considerarmos que a imaginação é capaz de trabalhar somente com três dimensões – nenhuma a mais, nenhuma a menos –, amarramos os seres humanos ainda mais ao mundo tridimensional. Portanto, nos damos conta de que *todas as imaginações inconscientes², a maior parte dos nossos pensamentos e grande parte de nossa concepção científica do mundo estão profundamente enraizadas na concepção de um mundo tridimensional*.

Porém o pensamento pode escapar deste mundo – embora somente até certo ponto – e usar a imaginação nesta aventura e, dessa forma, é possível descobrir espaços de nenhuma, uma ou duas dimensões e com mais de três dimensões até um número infinito. Então, descobre-se que *a imaginação inconsciente, que pode fornecer somente imagens de três dimensões, na verdade, emprega certos procedimentos que conseguem transmitir a concepção de um espaço de mais dimensões do que três³*.

As imaginações mais precoces referem-se a experiências corporais ou à experiência do mundo sensorial externo. Rascovsky (por exemplo, 1960: 67-8) destacou que, antes do nascimento, as percepções internas já estão acontecendo e que estas precedem a percepção do mundo externo (ver também Rascovsky, 1960: 80-90)⁴. Paula Heinamm (1952: 155-60, grifo meu) escreve:

2. Quando a palavra “imaginação” aparece no texto, refiro-me ao processo inconsciente. “Fantasia”, em vez disso, refere-se a um processo consciente. Estou tentando manter esta convenção, somente às vezes esqueço ou não consigo decidir qual termo utilizar.

3. Ver Matte-Blanco, 1988: cap. 15 e 16 e Matte-Blanco, 1975a: cap. 32 e 33.

4. Acredito que estudos recentes do feto através de ecografia confirmam essa intuição precoce de Rascovsky.





“Um mundo interno constitui-se. O bebê sente que existem objetos, partes de pessoas e pessoas dentro de seu corpo, que eles estão vivos e ativos, o afetam e são afetados por ele. Esse mundo interno de vida e eventos é uma criação da imaginação inconsciente do bebê, sua réplica particular do mundo e dos objetos ao seu redor” (grifo meu).

“... o bebê tem somente seu corpo através do qual expressa seus processos mentais.”

“... As imaginações sobre o mundo interno são inseparáveis da relação do bebê com o mundo externo e as pessoas reais.”

“... gradualmente, os ‘objetos internos’ assumem um caráter abstrato. As imaginações sobre entidades vivas dentro de si mesmo se desenvolvem em idéias e trabalho mental com conceitos, um processo que começa em crianças bastante pequenas”.

É dessa experiência do corpo e do mundo externo que parte nosso estudo psicanalítico. Porém não deveria acabar aí, ou seja, somente com a consideração do espaço material.

2. O que é interno e o que é externo?

Neste ponto parece importante esclarecer uma provável confusão sobre o significado do mundo “interno”. Alix Strachey, citado por Brierley (1951: 66-70), resalta que o mundo “interno” pode ser usado para significar (1) “mental”, (2) “imaginário” e (3) “como realmente imaginado dentro (do corpo)”. Se as considerações acima apresentadas forem mantidas em mente, é fácil entender que o conceito de “mental” tem uma ligação íntima com o conceito de espaço. Refere-se, sobretudo, ao fato de que cada atividade psíquica, inclusive os sentimentos, está ligada ao pensamento e que não pode haver pensamento sem o emprego implícito do conceito de uma relação assimétrica, a qual está tão intimamente ligada ao conceito de espaço. Talvez o sentimento, em seus aspectos não-pensáveis, também tenha relação com o espaço. Contudo, o fato de a imaginação “funcionar” em três dimensões não é suficiente para explicar como o conceito de espaço pode ser empregado no estudo da mente. E o mesmo pode ser dito sobre o “imaginado dentro do corpo”, que se refere a uma fantasia e não necessariamente se aplica à estrutura do mundo interno vista como estrutura espacial.

Desejo ressaltar, como uma conseqüência do que foi apresentado até agora, que *as expressões “mundo interno” e “mundo externo” serão empregadas neste*





Ignacio Matte-Blanco

estudo para denotar estruturas espaciais e que os conceitos de externo e interno serão entendidos aqui exatamente no mesmo sentido em que são entendidos em geometria e topologia, como devemos defini-los no Capítulo 15. Acredito que qualquer tendência para escapar desse significado leva a uma imprecisão inútil e enganadora. Devo alertar, contudo, para o fato de que não devemos nos limitar a considerar a estrutura do assim chamado espaço material, que é tridimensional, como a pesquisa psicanalítica fez até o momento. Pelo contrário, o objetivo de todo este estudo é o de tentar ir além.

3. Algumas definições pertinentes

Esta seção pretende oferecer algumas definições simples para aqueles leitores que não são psicanalistas e, portanto, não estão trabalhando diariamente com essas questões.

Este é um passo inicial. Mais será acrescentado ao longo de todo o livro.

- *Projeção*

“Atribuir ao mundo externo os processos mentais que não são reconhecidos como sendo de origem pessoal” (Jones, 1938: 621).

“No sentido propriamente psicanalítico, operação pela qual o indivíduo expulsa de si e localiza no outro, pessoa ou coisa, qualidades, sentimentos, desejos, e mesmo ‘objetos’, que ele desdenha ou recusa em si” (Laplanche e Pontalis, 1977: 478).

- *Introjeção*

“Absorção de outras personalidades dentro de si mesmo, de forma que o indivíduo reaja a eventos externos como se fossem eventos internos, pessoais” (Jones, 1938: 621).

“Processo evidenciado pela investigação analítica: o indivíduo faz passar, de um modo fantasmático de ‘fora’ para ‘dentro’, objetos e qualidades inerentes a esses objetos” (Laplanche e Pontalis, 1977: 323).

- *Identificação projetiva*

“Identificação projetiva: é o resultado da projeção de partes do eu (self) no objeto. Pode ter como resultado não só o fato de que se perceba o objeto como





tendo adquirido as características da parte projetada do eu (self), mas também o de que o eu (self) se torne identificado com o objeto de sua projeção” (Segal, 1975: 141).

- *Objeto**

4. O desafio de introjeção e projeção

Espero que as seções precedentes tenham estabelecido claramente que, de várias maneiras, ligamos nossas experiências mentais a acontecimentos físicos. Isso está de acordo com a característica de Freud de o inconsciente substituindo a realidade externa pela realidade psíquica. Até aqui tudo bem. Porém não somos capazes de simplesmente deixar a questão estabelecida (talvez fosse melhor, encerrada) neste ponto. É precisamente o nosso uso dos conceitos de processos projetivos e introjetivos, que tem sido um estímulo para o desenvolvimento de nosso conhecimento sobre a vida mental humana, que nos tornou mais conscientes das dificuldades com relação à atual formulação de certas noções básicas. Devemos, portanto, encarar essa questão de modo direto.

Começaremos com uma recente questão que tem importância teórica e prática: na minha opinião a distinção, se é que existe uma, entre projeção e identificação projetiva não foi claramente estabelecida, resultando no fato de que este último termo é frequentemente empregado em circunstâncias nas quais previamente o termo projeção havia sido utilizado. Na verdade, o termo “projeção” parece ter desaparecido gradualmente de certos setores da literatura psicanalítica, embora a própria Melanie Klein, que apresentou o conceito de identificação projetiva, tenha continuado a empregá-lo⁵. Não há nenhuma utilidade em se questionar se ambos os *conceitos* são diferentes, se eles se sobrepõem amplamente, ou ainda se são a mesma coisa e também se o novo *termo* é uma maneira melhor ou mais explícita de descrever os mes-

* Ver Matte-Blanco, 1988, cap.14.

5. Em *Inveja e Gratidão* (1957), Klein usa “projeção” quatorze vezes e “identificação projetiva” cinco vezes. Em *Narrativa da Análise de uma Criança* (1961), a proporção é de treze para onze vezes. Por outro lado, em *O Processo Psicanalítico* (1967) de Meltzer, a proporção é de nenhuma para vinte. Os primeiros escritos de Bion parecem mostrar uma tendência semelhante à de Meltzer. Nos últimos trabalhos de Bion, contudo, observamos uma abordagem muito mais abrangente, na qual o infinito e o que não está limitado ao espaço desempenham um papel que, todavia, permanece implícito até certo ponto. Ver-se-á que uma visão mais ampla certamente leva a uma nova perspectiva sobre a importância teórica e prática da projeção e da identificação projetiva, porque, como são geralmente formuladas, elas referem-se exclusivamente ao domínio do *acontecimento*, enquanto que deveriam ser vistas somente como um aspecto de uma realidade mais ampla. Naturalmente, o mesmo acontece com a introjeção.





mos fatos. Há ainda uma outra possibilidade: a falta de definições precisas, o que dá a cada autor a liberdade de seguir sua inclinação no uso dos termos.

Por outro lado, desde *Luto e Melancolia* (1917, ESB 14), os psicanalistas tornaram-se mais conscientes do papel fundamental desempenhado pelo mecanismo de introjeção tanto no crescimento mental humano quanto na vida psíquica adulta. Para dar um exemplo, toda a concepção kleiniana das relações do objeto é inconcebível sem os conceitos de introjeção e projeção. Ao mesmo tempo, esse desenvolvimento deveria levar a uma conscientização de problemas extremamente graves, embora, infelizmente, isso tenha sido amplamente ignorado ou deixado de lado. Para dar um exemplo, o bebê introjeta o seio – isso é geralmente dito – como uma forma de superar a frustração resultante de não tê-lo sempre à sua disposição. Isso significa uma fantasia ou uma alucinação sobre a introdução de um objeto material, o seio, para dentro do corpo, para satisfazer uma necessidade material: a necessidade de leite. Até aqui tudo bem. Porém as coisas não param por aí. A introjeção logo se torna algo que, embora nunca se afaste de referências a processos corporais, é aplicada na profundidade do inconsciente a coisas completamente estranhas ao mundo material. Contudo o problema reside no fato de que todas as observações sobre introjeção mostram que ela é tratada no inconsciente como se fosse indiferenciável de um fenômeno material de incorporação. Isso coloca uma série de questões conceituais de ordem fundamental. Para tomar um dos vários exemplos, se alguém introjeta uma *imagem* referente aos pais, com relação à qual sente agressividade, mais tarde pode ser difícil para essa pessoa *manter a imagem dentro de si* e pode acabar, como uma das soluções possíveis, *expelindo* a imagem ou projetando-a. Em vez de imagens, pode-se falar de *objetos* tanto parciais quanto totais. Em ambos os casos, pode-se perguntar: manter o que dentro do quê? Expelir para onde? O que é um objeto ou uma imagem mental? Como eles podem ser *mantidos dentro*? Pois não pode passar despercebido que as expressões empregadas para descrever esses processos físicos são idênticas àsquelas que seriam usadas para descrever um processo corporal. Mas pretende-se usá-las para descrever um processo psíquico: a identidade inconsciente entre psíquico e físico, o que não nos exonera de tentar entender o que isso significa no pensamento lógico e consciente. Também dizemos que o objeto introjetado pode ser destruído ou dividido em inúmeros pedaços, pulverizado por explosões, reconstituído em suas partes. E também falamos de um processo de *reparação*, uma palavra que, no seu significado mais primitivo, designa uma ação material. Devemos reconhecer que as várias vicissitudes de um objeto introjetado, suas destruições e recomposições, são uma descrição adequada de um aspecto dos fatos, mas, por outro lado, parecem mais aptas a descrever destruição material ou o trabalho de um reparador habilidoso de vasos preciosos do que a vida intensa da mente. Tais descrições são





ambas verdadeiras – na medida em que apontam na direção de coisas que a experiência clínica diária confirma – e são falsas – na medida em que somente descrevem essas realidades de maneira grosseira.

Marjorie Brierley (1951: 69) escreve:

“Agora, é bastante possível imaginar uma pessoa sendo desmembrada, já que pode-se lidar com as pessoas e as coisas na fantasia de uma forma que a imaginação humana consegue imaginar, mas não é possível conceber um objeto mental sendo literalmente despedaçado – não se pode martelar um objeto mental. Porém este impasse é amplamente artificial, uma consequência do pensamento misto. Se o objeto mental metapsicológico é considerado como um sistema de processos mentais, pode-se concebê-lo como sendo mais ou menos bem integrado e mais ou menos passível de desintegração. Tal sistema também pode ser concebido como integrado com, ou excluído de, uma ego-organização principal”.

A distinção necessária apresentada nesta citação e exigida no pensamento científico confronta-nos com a tarefa definitiva de dar um significado preciso a termos como “objetos mentais metapsicológicos” e “sistema de processos mentais”. Quando tentamos lidar com a questão, descobrimos que não é fácil nos livrarmos dos problemas ligados ao uso da imagem física de objeto, mesmo quando tentamos livrá-la (em nossa teoria) de todas suas conotações físicas.

O que realmente é um objeto mental ou sistema? Aqueles que não têm familiaridade com a experiência analítica podem facilmente lidar com essa questão valendo-se do simples expediente de ignorá-la, juntamente com a realidade que ela tenta descrever. Contudo a experiência clínica confirma todos os dias as profundas verdades contidas nas descrições iniciais de Freud e os subsequentes desenvolvimentos de Melaine Klein. Ao mesmo tempo, confronta-nos com os problemas conceituais trazidos à tona por tais descobertas. E deve-se reconhecer que a literatura psicanalítica como um todo é surpreendentemente silenciosa sobre – e mesmo desinteressada por – esses problemas. A pergunta fundamental permanece: o que queremos dizer quando descrevemos um fenômeno psíquico em termos que são adequados para descrever acontecimentos físicos? O que queremos dizer quando falamos do “lado interno” e do “lado externo” da mente, de “despedaçar” ou “destruir” objetos e quando usamos outras expressões semelhantes?

A pergunta torna-se ainda mais aguda quando consideramos o medo de que um objeto introjetado possa ser expresso através de diarreia ou vômito, que, para a





mente, tem o significado de expeli-lo. Como um objeto *psíquico* pode ser expelido por diarreia ou vômito? E o curioso é que, quaisquer que sejam as dificuldades conceituais de tais formulações, os fatos que levaram a essas formulações são inegáveis, inevitáveis e familiares na experiência clínica psicanalítica. Devemos, portanto, tentar entendê-los.

Complicações ainda maiores surgem quando consideramos certos detalhes de observação clínica. O protótipo da introjeção é a incorporação oral. Se compararmos o fenômeno físico da incorporação de comida com a introjeção – sua cópia-carbono, por assim dizer –, logo descobrimos que, embora os termos empregados sejam os mesmos, existem diferenças fundamentais entre os dois processos. O ato de comer desenvolve-se através de uma série de ações que exigem (pequeno) deslocamentos no espaço e que tomam um certo tempo: levar a comida à boca, mastigá-la, engoli-la, e então o lento processo temporal de digestão. Em outras palavras, a incorporação oral, no significado físico da expressão, está enquadrada em espaço e tempo ou, em vez disso, é um processo espaço-temporal. Contudo, a introjeção “comporta-se” de uma maneira completamente diferente. Em primeiro lugar, não encontramos nela nenhuma atividade que se desenvolva tanto no espaço quanto no tempo, como acontece com todas as atividades. Todos os aspectos espaço-temporais do modelo físico, comer, desapareceram. Uma metamorfose interessante acontece na medida em que o ato de comer é realizado sem mastigação, salivação ou sem o ato de engolir, e tudo acontece no que *parece* para nós como um instante. *A introjeção nos faz pensar no ato de comer sem espacialidade e temporalidade*, o que, obviamente, não é mais o ato de comer. E isso se aplica até mesmo àqueles aspectos que parecem ser copiados de algum detalhe do processo físico. Pode haver, por exemplo, uma introjeção de mordida, mas não contém necessariamente os detalhes de um ato físico de morder, tal como a sensação de resistência física ao cravar os dentes, a sensação de ter os pedaços de comida dentro da boca e assim por diante. Da mesma forma, o mesmo pode ser dito de uma introjeção copiada do protótipo de sugar ou de mexer na comida com uma colher.

Tempo e intemporalidade. Quando dizemos que a introjeção acontece em um instante, uma reflexão mais profunda mostrar-nos-á que isso é somente um maneira de falar. Um instante é um pequeno “pedaço” de tempo; embora seja pequeno, quando falamos dele, já estamos falando de tempo. Na introjeção, ao contrário, se apuramos nossa observação, descobrimos que, em um certo momento de tempo, não a achamos, não está “lá” e no momento seguinte já está “lá”. É uma ilusão pensar que aconteceu ou desenvolveu-se “passando” de um momento para outro; simplesmente apareceu sem a mediação do tempo, e, se tendemos a enquadrá-la no tempo, isso se deve ao fato de que não sabemos o que fazer com, ou não sabemos como olhar para





um “fenômeno” psíquico que aparece como se viesse de lugar nenhum (sem espaço e sem tempo), como personagens de filmes de fantasia, ou o gênio da lâmpada de Aladdin⁶.

Não sei se consegui esclarecer essa característica da introjeção que é compartilhada por todos os profundos processos psíquicos. É tão difícil para nós humanos livrar-nos do tempo e do espaço em nosso pensamento, que somos levados a representar nossa observação de certos fenômenos psíquicos de forma equivocada ao enquadrá-los somente no tempo-espaço, até mesmo quando eles não são somente espaço-temporais. Em outras palavras, algumas manifestações psíquicas obviamente aparecem somente como espaço-temporais, enquanto outras não aparecem assim; mas tendemos a pensar que todas elas são espaço-temporais. Se lembrarmos Freud, “*os processos do sistema Ics. são intemporais*” (1915, ESB 14: 214), então nos damos conta de que a introjeção pode ser vista como um processo, ou seja, algo que se desenvolve no tempo e *também* como algo intemporal (ou atemporal?). Isso é muito estranho, mas é assim.

Resumindo esta parte das nossas reflexões, podemos concluir que a introjeção se comporta de uma maneira muito peculiar no que diz respeito a espaço e tempo. O mesmo pode ser dito dos objetos de sua atividade, os objetos que são introjetados. É um mecanismo no qual os aspectos físicos – aparentemente tão insistentemente presentes na sua essência, da introdução de alguma coisa dentro, como é feito no corpo – se tornaram desmaterializados, sem espacialidade e sem temporalidade. Em outras palavras, *na introjeção detectamos as características do inconsciente*.

Considerações semelhantes, mas não idênticas, podem ser feitas do seu contraponto, a projeção. Resumidamente, podemos concluir que *a introjeção e a projeção são exemplos importantes e surpreendentes da antinomia fundamental dos seres humanos e do mundo*.

Como entender esse comportamento fascinante? Os problemas que delinee representam um desafio para nosso intelecto. Pode-se dizer com segurança que, se pudermos encontrar nosso caminho em direção a uma solução desses problemas, deveremos conseguir aumentar nossa compreensão de alguns aspectos fundamentais dos seres humanos e do mundo. Meu objetivo neste livro é, entre outras coisas, tentar

6. Penso que o seguinte serve para a meditação de estudantes de introjeção e projeção. Por outro lado, quanto às reflexões de São Tomás de Aquino (1880: Vol. I, questão LIII, art. II) com relação à possibilidade de que um anjo possa estar primeiro em um lugar e depois em outro sem ter que passar através de lugares intermediários, parece-me que a psicologia se beneficiaria se, deixando de lado o contexto no qual as observações de São Tomás foram feitas, aplicasse as idéias subjacentes para a questão de seu próprio assunto.

Por outro lado, alguns matemáticos distintos, a começar por Weierstrass (ver Russell 1903: cap. XLII; Kline, 1953: cap. 25), concordaram com a asserção de Zeno de que a seta está em descanso em cada instante de sua movimentação; o movimento seria “composto” de uma seqüência de imobilidades!





fazer algumas propostas conceituais, delimitações e determinar com precisão certos conceitos que, acredito, podem aumentar nossa compreensão mútua das várias visões que foram expressas sobre o assunto. Também tenho o objetivo de procurar organizar algumas das muitas observações feitas até agora sobre essas questões, aplicando os conceitos que estou propondo e buscando delimitar claramente os vários níveis de “profundidade” sem os quais parece que nenhuma compreensão pode jamais ser alcançada.

5. Mundo interno e a unidade do “eu”

Para uma perspectiva geral da nossa argumentação, é importante deter-se por um momento a fim de considerar este aspecto da questão. Freud serve-se da palavra “introjeção” muito raramente como Strachey ressalta (ESB 14: 273, n.). Ele emprega o termo “objeto introjetado” ainda menos⁷ e, até onde eu sei, nunca usa “mundo interno” no mesmo sentido em que Melaine Klein tem a intenção de usá-lo. O conceito de “objeto introjetado” aparece, entre todos esses escritos, somente em *Psicologia de Grupo e Análise do Ego* (1921, ESB 18: 136-7, 144, 164, 167-9, 178). O conceito em questão é utilizado somente seis vezes e, em todos os casos, de uma forma que não é completamente explícita, porque Freud fala, na verdade, de *identificação através de introjeção do objeto*. Isso parece significar que a introjeção do objeto e o objeto introjetado são, na visão de Freud, aspectos do processo de identificação, ou que estejam ligados a ele. É óbvio que *a identificação é um processo que preserva a unidade do indivíduo*. Parece que Freud pensou que essa preservação fosse fundamental na concepção da mente humana. Talvez poderíamos encontrar aqui uma pista para explicar o emprego escasso que ele faz dos conceitos de introjeção e de objeto introjetado como coisas em si mesmas.

Neste ponto é pertinente citar Freud. Começamos com seu uso do conceito de objeto introjetado (Freud, 1921, ESB 18):

“... primeiro, a identificação constitui a forma original de laço emocional com o objeto; segundo, de maneira regressiva, ela se torna sucedâneo para uma vinculação de objeto libidinal, por assim dizer, por meio da introjeção do objeto no ego; ...” (p.136).

7. Em *Psicanálise da Criança* (1932), Klein utiliza o termo “objeto introjetado” vinte e cinco vezes e introjeção nove vezes. Em *Contribuições à Psicanálise* (1984), “introjeção” aparece sessenta e uma vezes no índice remissivo, enquanto que “objeto” é mencionado (se não estiver errado) trezentas e sete vezes no índice remissivo. Em *Inveja e Gratidão* (1957), “objeto” também aparece muito mais freqüentemente do que “introjeção”.





“A identificação com um objeto que é renunciado ou perdido, como um sucedâneo para esse objeto – introjeção dele no ego – ...” (p.137).

“... o ego enriqueceu-se com as propriedades do objeto, ‘introjetou’ o objeto em si próprio, como Ferenczi [1909] o expressa” (p.144).

Contemporaneamente, pode-se perceber sua atenção, poder-se-ia dizer até mesmo sua preocupação com a multiplicidade no ego e os problemas que isso traz à tona (Freud, 1921, ESB 18):

“Mostra-nos o ego dividido, separado em duas partes, uma das quais vocifera contra a segunda” (p.138).

“Cada uma das diferenciações mentais com que nos familiarizamos representa um novo agravamento das dificuldades de funcionamento mental, aumenta a sua instabilidade, podendo tornar-se o ponto de partida para a sua desintegração, isto é, para o desencadeamento de uma doença.” (p.164).

Portanto, parece justo dizer que a concepção freudiana mostra claramente a conscientização da natureza do problema. É, contudo, difícil prever a partir disso os desenvolvimentos kleinianos subsequentes.

A evolução natural da visão de Melaine Klein, em contraste, levou a uma concepção na qual a multiplicidade dentro do indivíduo desempenha um papel predominante. Quando levada a suas últimas conseqüências, essa concepção traz à tona problemas importantes sobre a sobrevivência da unidade da mente no meio desse mundo interno cheio de tantos objetos, exatamente o problema mencionado por Freud. As vicissitudes dos objetos introjetados – mais tarde chamados simplesmente de “objetos” – têm sido estudadas de forma detalhada. Os conceitos de “fragmentação” dos objetos, de explosão”, “invasão”, “objetos irados”, “objetos bizarros”, “reconstituição”, “encaixamento” (embedding) e vários outros tornaram-se bastante familiares juntamente com aqueles de “recipiente”, “seio interno”, “dependência introjetiva do seio”, “relação com os objetos internos”, interação entre mundo interno e mundo externo e “objeto externo embutido no ‘eu’”.

Contemporaneamente ao desenvolvimento dessas idéias, tem havido uma evolução teórica na qual a concepção tripla, ou seja, a descrição de Freud da mente em termos de ego, id e superego (ver *O Ego e o Id*, 1923, ESB 19), tornou-se imperceptivelmente substituída por uma concepção alternativa, aquela de “relações do objeto”. A relação entre essas duas formas de conceber as estruturas psíquicas não foi





Ignacio Matte-Blanco

suficientemente esclarecida. Provavelmente, no presente momento há uma mistura de elementos das duas concepções implícitas no trabalho de muitos analistas. Muitos deles não parecem se preocupar com uma definição explícita de uma ou de outra.

Neste ponto é necessário evitar um mal-entendido. Embora, em minha opinião, o esforço freudiano para salvar a unidade do indivíduo seja de grande importância para uma compreensão integral da mente, não quero dizer que Klein e seus discípulos escolheram seguir um caminho errado que termina em caos. Em vez disso, acredito que a abordagem kleiniana tenha sido extremamente fértil e tenha levado a uma compreensão mais profunda de fatos importantes que, de outra forma, não teriam sido entendidos e, talvez, não teriam sido descobertos. Ao mesmo tempo, essa abordagem trouxe à tona a questão que a própria Klein menciona (ver Apêndice, citação 24) e que até agora ainda não ficou bastante clara e precisa ser mais profundamente estudada.

Por outro lado, a forma como os fatos têm sido refletidos, às vezes, no uso atual das descobertas kleinianas, implica, de um certo ponto de vista, uma distorção grosseira da realidade psíquica, porque coloca em perigo a *unidade* básica (unicidade) do “eu”, que é, na verdade, sempre preservada, mesmo em casos sérios de dupla personalidade ou esquizofrenia. Às vezes temos a impressão de que essas descrições oferecem uma imagem da mente como a de um saco cheio de objetos bons, perigosos ou não passíveis de confiança, mas a mente não é um saco.

Essa situação não deveria nos levar a abandonar o caminho escolhido. Os problemas levantados *podem* ser colocados em uma perspectiva mais satisfatória com a ajuda de um maior refinamento, com mais sutileza das concepções atuais e uma formulação mais rigorosa do que aquela utilizada até o momento. *Seria essencial, sobretudo, tentar delimitar muito bem a fronteira entre o que sabemos e o que não sabemos e entre a realidade psíquica e nossa maneira de expressá-la em conceitos.* É somente através de tal esforço que poderemos ter a oportunidade de encontrar nosso caminho em direção a uma solução dos problemas mencionados.

6. Conclusão

Nosso trabalho clínico confronta-nos todos os dias com fatos que não podem ser entendidos e ordenados em termos de uma concepção geralmente ingênua de interno e externo que, sem modificações substanciais, tem sido aplicada até agora nas pesquisas psicanalíticas sobre o mundo interno. Devemos dar um salto qualitativo; uma nova formulação pode abrir caminho para a compreensão de velhos problemas.

Existem muitas evidências que confirmam a asserção recém feita, embora as





dificuldades levantadas estejam longe de uma fácil resolução. Se desejamos desenvolver uma concepção capaz de expressar a realidade clínica de maneira satisfatória, que possa levar à nova compreensão, será necessário considerar seriamente as noções de geometria e topologia. Porém isso não é suficiente. Devemos nos conscientizar de que os conceitos matemáticos atuais não são suficientes. São, sem dúvida, úteis para introduzir precisão no aspecto heterogêneo da antinomia constitutiva. O outro, o indivisível, deve ser encarado, e devemos criar novos conceitos para capacitar nosso intelecto a utilizar sua própria natureza heterogênea na tarefa impossível – impossível para nosso intelecto – de conseguir, de alguma forma, viver o indivisível.

Essa tarefa deve, necessariamente, ser encarada através de uma cooperação do pensamento e do sentimento, porque o sentimento é nossa única forma de sermos indivisíveis. *Pensamento, sentimento e ser são nossa única esperança.*

Minha impressão esperançosa é a de que uma compreensão mais profunda da dimensão espacial dos fenômenos psíquicos leve a novas idéias fundamentais sobre a humanidade. Entre outras coisas, acredito que a questão corpo-mente, tão pouco entendida e tão erroneamente tratada recentemente – quando se diz simplesmente que é um problema falso, apesar do fato de, para dar um exemplo simples, um raciocínio matemático ser absolutamente diferente em “natureza” de uma contração muscular – pode revelar uma solução simples e nova. O corpo, uma estrutura tridimensional, pode, por exemplo, ser uma subestrutura de algo que tem mais de três dimensões.

Devemos retornar repetidamente no livro à questão de dimensão como uma abordagem para a questão fundamental de nossa natureza antinômica. □

Referências

- BRIERLEY, M. (1951). *Trends in Psycho-Analysis*. London: Hogarth Press.
- FREUD, S. (1915). The unconscious. In: *ESB* 14. Rio de Janeiro: Imago.
- . (1917). Mourning and melancholia. In: *ESB* 14. Rio de Janeiro: Imago.
- . (1921). Group Psychology and the analysis of the ego. In: *ESB* 18. Rio de Janeiro: Imago.
- . (1923). The ego and id. In: *ESB* 19. Rio de Janeiro: Imago.
- HEIMANN, P. (1952). Certain functions of introjection and projection in early infancy. In: Klein, M. et al. *Developments in Psycho-Analysis*. London: Hogarth Press.
- JONES, E. (1938). *Papers on Psycho-Analysis*. 4th ed. London: Baillière, Tindall & Cox.
- LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J.B. (1973). *The language of Psycho-Analysis*. London: Hogarth Press/Institute of Psycho-Analysis.
- MATTE-BLANCO, I. (1975). *The unconscious as infinite sets: an essay in bi-logic*. London: Duckworth.
- . (1988) *Thinking, feeling, and being*. London: Routledge.
- RASCOVSKY, A. (1960). *El psiquismo fetal*. Buenos Aires: Paidós.





Ignacio Matte-Blanco

RUSSELL, B. (1903). *Principles of mathematics*. London: Allen & Unwin, 1937.

SEGAL, H. (1964). *Introduction of the work of Melanie Klein*. London: Hogarth Press, 1973.

Tradução de **Janisa S. Antoniazzi**

Revisão técnica de **Viviane S. Mondrzak**

© Revista de Psicanálise – SPPA





Espacialidade e mundo interno: em torno à contribuição de Ignacio Matte-Blanco

Jorge L. Ahumada, Buenos Aires*



* Membro Efetivo da Associação Psicanalítica de Buenos Aires.

Revista de Psicanálise, Vol. IX, Nº 2, agosto 2002 □ 299





Antes de tudo agradeço à *Revista da SPPA*, a oportunidade de intervir no comentário da obra de Matte-Blanco.

Que me seja permitido destacar, quanto à relevância e atualidade da mesma, palavras de Wilfred Bion que conhecemos por sua filha Parthenope Talamo Bion durante o congresso de São Francisco. Disse Bion, nos últimos meses de sua vida, que estudar a contribuição de Matte-Blanco era a melhor maneira de abordar o estudo de sua própria obra. É, pois, oportuna e meritória a decisão da *Revista de Psicanálise da SPPA* de nos ajudar a conhecer a obra de Matte-Blanco, seguramente a mais original que a América Latina produziu e também a mais postergada.

Foi dito que uma das poucas generalizações que conseguiremos afirmar a partir do estudo da história do desenvolvimento das ciências é que, quando se enunciam pela primeira vez idéias verdadeiramente originais, elas são colocadas de forma imatura, distantes de uma formulação estável ou, pelo menos, de uma boa articulação. Casos notórios que vêm à mente são, em primeiro lugar, a mecânica newtoniana, cuja formulação clássica se daria somente um século depois com os desenvolvimentos de Laplace. Em segundo lugar, as variantes que Darwin vai introduzindo em suas considerações sobre a evolução ao longo das quatro edições de *A origem das espécies*, que chegou a publicar em vida. Finalmente, as diversas e amplas reelaborações de que foram objeto as conceitualizações dos descobrimentos freudianos durante a vida de seu autor.

O intento de Matte-Blanco, longe de somar à atual Babel psicanalítica uma teoria a mais, pretende pôr as compreensões lógicas, surgidas da grande revolução da lógica em começos do século XX pelas mãos de Frege, Russell e Peano, a serviço de aprofundar, precisar e dar seu pleno valor aos descobrimentos freudianos do psiquismo inconsciente. Penso tratar-se de uma contribuição magna, que há de requerer, por sua vez, ser posta em prática e quase certamente revisada, ampliada e depurada.

Resumindo em uma frase sua contribuição fundamental, caberia dizer que *enquanto a consciência reconhece indivíduos e suas qualidades, o psiquismo inconsciente não reconhece os indivíduos como tais* e opera em termos do que, em lógica, se conhece como funções proposicionais – sendo uma função proposicional o que define uma classe.

A obra de Matte Blanco coloca-nos, pois, na interfase entre a lógica de classes e uma lógica em termos de indivíduos e suas qualidades e, ao fazê-lo, retoma e generaliza no funcionamento psíquico inconsciente o que von Domarus descreveu nos esquizofrênicos como a lógica do atributo. Abre, desse modo, perspectivas para tratar de compreender o funcionamento das lógicas do inconsciente a partir dos descobrimentos pioneiros de Freud em “A interpretação dos sonhos”(1900). Freud nela





delimita que os processos psíquicos inconscientes operam nos processos oníricos mediante uma dinâmica que, utilizando termos lógicos, conceitualiza como o deslocamento, a condensação, a ausência de contradição e a atemporalidade.

Seguindo a compreensão freudiana da segunda tópica, na qual encontramos a ampliação da noção do inconsciente a um inconsciente não reprimido, a idéia de Matte-Blanco de um inconsciente como marco geral da psique operando em termos de funções proposicionais torna possível abordarem-se as dinâmicas inconscientes como variantes da *pars pro toto*, de diversas formas de equiparação da parte com o todo. Desse modo, o que Melanie Klein e logo Hannah Segal tinham descrito como equações simbólicas, nas quais não se alcança uma diferenciação plena entre objetos nem entre esses e o self, passa a ser considerado como uma vasta forma geral de funcionamento primário do psiquismo inconsciente, matriz a partir da qual se dão os processos de pensamento.

Retomando e desenvolvendo a noção freudiana básica de que o ego é antes de tudo e fundamentalmente um ego corporal, nos dirá Matte-Blanco que o conceito de relação assimétrica a partir do qual funciona o psiquismo consciente se liga intimamente aos de espaço e tempo: todas as nossas experiências, e portanto nossas fantasias inconscientes, a maior parte de nossos pensamentos e também nossa concepção científica do mundo estarão arraigadas na concepção vivenciada – em concepções vivenciadas, eu diria melhor, pois longe estão de serem singulares e muito menos unívocas – de um mundo tridimensional.

Como bem assinala Matte-Blanco no capítulo que nos ocupa, os termos que utilizamos no intento de descrever no nível psíquico os processos de introjeção e de projeção resultam ser idênticos àqueles que usaríamos para descrever processos corpóreos. O que é, pois, um objeto psíquico ou um sistema psíquico? O que queremos dizer quando falamos de um “dentro” e um “fora” em relação com os processos psíquicos?

A experiência analítica argumenta, mostra de forma inegável que o temor a um objeto introjetado pode expressar-se em uma diarreia ou vômito, que terão para a psique a significação de expulsá-lo. Como – pergunta-se – pode um objeto psíquico expulsar-se mediante a diarreia ou o vômito? O protótipo da introjeção, assinala, é o fenômeno corporal da incorporação oral. Sem embargo, na incorporação oral não acharemos, sustenta, habitualmente nenhuma atividade localizável em termos espaciais ou temporais. Isso faz pensar que, mesmo se o que se introjeta preserva qualidades como o morder, acharemos que a incorporação se desespacializou, desmaterializou e intemporalizou.

Em meu entender, deparamos aqui com uma diferença irreduzível dos níveis lógicos em jogo, ocorrendo a desmaterialização, em todo caso, por conta do intento





Jorge J. Ahumada

mesmo de conceitualizá-la; na realidade psíquica, a incorporação mantém, parece-me, sua concretude.

A seguir comentarei, servindo-me de um exemplo clínico do próprio Matte (25), algumas considerações adicionais que marcam coincidências e discrepâncias, resultantes dessas últimas de se focar a temática em um marco relacional de acordo com Bateson (1972, 1979). Como tratarei de mostrar com o exemplo clínico de Matte, as diferenças que coloco respondem talvez mais a dificuldades suas de explicitação do que a diferenças conceituais substantivas.

Quando Matte-Blanco comenta que, para Freud, a identificação implica uma introjeção do objeto (1988, p.133), parece-me menos óbvio do que para ele que, nessa identificação, se preserve a unidade do indivíduo. Ao contrário, me inclino a pensar que, no curso das introjeções, acharemos uma fonte insubstituível de rupturas egóicas. Freud mesmo parece antecipá-lo nas citações de “Psicologia das massas e análise do ego” (1921) com as quais Matte-Blanco ilustra seu uso da noção de objeto introjetado: “*Primeiro, a identificação é a forma original de vínculo emocional com um objeto; segundo, de forma regressiva, converte-se em um substituto do vínculo objetal libidinal, por assim dizer por meio de uma introjeção do objeto dentro do ego*” (107-108) e em seguida: “*A identificação com um objeto ao qual se renunciou ou que se perdeu como um substituto desse objeto – sua introjeção no ego*” (p.109).

Freud acrescenta logo que o ego se enriquece com as qualidades do objeto, mas aqui se faz necessário assinalar que, em outros lugares, descreverá com precisão o caso oposto, ao assinalar que é a sombra do objeto o que cai sobre o ego. E cabe assinalar também que ali mesmo, em “Psicologia das massas”, estabelece de modo inequívoco a situação conflitiva do ego que se cinde no processo da introjeção.

Matte-Blanco objeta logo ao pensamento kleiniano, ante o qual, ao longo de sua obra, mostra tanto sua admiração quanto significativas ambivalências, alegando que não dá suficiente lugar a uma qualidade unitária do funcionamento egóico, unidade que certamente se mantém além de suas cisões, mesmo na esquizofrenia. Vale mencionar quanto às evidentes ambivalências de Matte frente ao aporte kleiniano que, ao fim do capítulo seguinte do livro, intitulado “A contribuição de Melanie Klein”, Matte-Blanco relata que realizou um seminário com Klein na década de 30 e que necessitou de várias décadas para absorver o impacto da tormenta emocional de seu contato com ela e suas colocações, impacto que compara com uma queda nas cataratas do Niágara!

Em relação ao assunto que nos ocupa, Matte sustentará nesse capítulo dedicado a Klein que, enquanto Freud parece usar o conceito de identificação somente referido ao indivíduo como um todo, Klein parece utilizá-lo ademais referido a identificações de partes do self. Coincida-se ou não com Matte-Blanco no que concerne a





Freud – creio que não é sempre assim e que me parece que Freud o mostra com clareza, em especial quando se refere à perversão –, cabe sim coincidir em que a parte do self que passa a tomar o comando é uma parte que funciona como se fosse a pessoa toda.

Passemos agora ao exemplo clínico 25 incluído no capítulo 10 de *Thinking, Feeling and Being*. O conteúdo inconsciente de diversas fantasias orais-canibalísticas de um paciente girava em torno de devorar mulheres e, por conseguinte, de ser devorado por elas, pelo que suas relações sexuais representavam uma forma de comê-las ou ser por elas comido. Os conteúdos psíquicos de suas fantasias eram complexos e incluíam um tipo de saque dos conteúdos internos das mulheres. Em nível consciente reconhecia em boa medida seus desejos e sua voracidade para com as mulheres, nem por isso deixava de senti-las do modo como, de forma quase consciente, vivenciava a si próprio. Com o que se pode dizer, afirma Matte, que temia a si mesmo na mulher, ou talvez também a si mesmo como mulher. Resulta claro, em todo caso, que não distinguia nesse nível entre self e não-self, correspondendo isso ao que seria a matriz básica dos processos de introjeção e projeção.

É óbvio assim, como logo assinala (p.228), que, ao nos aprofundarmos em uma análise, iremos nos adentrando mais e mais em estratos nos quais as relações de tempo e espaço se dissolvem, nos quais decrescem as relações assimétricas e nos quais nos confrontaremos mais e mais com as relações simétricas do inconsciente. Como citação de Freud, veremos aí que “*O inconsciente é a verdadeira realidade psíquica cuja natureza íntima nos é tão desconhecida...*” (1900, p.613).

Mas, se é certo que a “natureza íntima” das realidades psíquicas nos é tão desconhecida quanto a realidade última das realidades externas, caberia agregar a isso que aí o essencialismo entelequial da idéia de “natureza íntima” incorpora um pseudoproblema, sendo justamente a função do processo analítico ir alcançando, no que concerne a um determinado paciente, e a partir das instâncias concretas particulares nas quais se põem em evidências ditas realidades psíquicas, aceder ostensivamente, na maior medida possível, a alcançar por parte do analisado um reconhecimento por familiaridade sobre como se dá a dita suposta “natureza íntima” nesse caso particular.

O que quererá dizer então Matte, quando afirma que, no processo da introjeção, o incorporado se desespacializa, desmaterializa e intemporaliza? O que, na concretude do processo analítico, se irá desprendendo como a “realidade psíquica”, isto é, as qualidades dos objetos “internos”, – nesse caso o objeto interno canibalístico – corresponderá a distintas modalidades em que se expressam em *instâncias particulares* as formas de vincular-se do paciente dentro e fora da sessão, formas das quais esse não tem registro até então, ou, como no caso que Matte apresenta, tem registros





Jorge J. Ahumada

muito parciais.

Tais modalidades de emocionalidade inconsciente das relações estão em um nível de “classes”. Esse registro de equiparação de objetos muito dissímiles em uma mesma classe é muito mais freqüente do que nos damos conta e constitui, por exemplo, um recurso poético habitual. É assim que um velho tango pode afirmar, “mui suelto de cuerpo”, que “*meu bairro é minha mãe que já não responde*”. E vale a pena ressaltar que tão abstrusa equiparação não parece ter criado nenhum problema especial à compreensão de gerações de ouvintes. Tanto que, nos mantendo em um nível puramente lingüístico, poderíamos dizer que o bairro é uma metáfora da mãe, em termos bi-lógicos diríamos que aí “bairro” e “mãe” se correspondem em uma equiparação inconsciente e que o uso da metáfora não faz senão explicitar uma equivalência dos objetos em sua inclusão em uma mesma “classe” inconsciente.

A distinção entre a metáfora como instrumentação lingüística e a equivalência em uma mesma classe inconsciente da realidade psíquica tem implicações práticas para o trabalho analítico. Mesmo que às vezes possamos rastrear as equivalências inconscientes da linguagem do paciente (tal como a equivalência inconsciente nas palavras do tango que citei), em muitas ocasiões as evidências das equiparações inconscientes surgirão em sessão a partir do que podemos intuir ou observar quanto a como o paciente “usa” o analista (B. Joseph) ou se sente “usado” pelo analista.

Coletaremos, pois, na sessão as equivalências inconscientes através das instâncias particulares nas quais as ditas “classes” se fazem manifestas e interatuam. É útil aqui retomar a distinção peirceana entre uma lógica *utens* e uma lógica *docens*, que funcionam em grande medida inversamente uma da outra: no contexto de uma lógica *docens*, partir-se-á de uma definição (nesse caso, da função proposicional que define a classe e, em conseqüência, identifica e define os indivíduos que a compõem). Ao contrário, em uma lógica *utens*, será o conjunto das múltiplas, interatuantes e muitas vezes contraditórias manifestações da emocionalidade primitiva não registrada tal como vão emergindo na sessão, o que irá esboçando, em múltiplas revisões, tanto para o analisado quanto conjunturalmente para nós, o que iremos mapeando na qualidade de “objetos internos”.

No desdobramento do material – isto é, no acesso à representabilidade por parte das complexas e, em certo sentido, contraditórias realidades psíquicas do analisado – confluem, como dizia Freud, a indagação e o tratamento, no sentido de que, ao ir-se tomando contato consciente com a emocionalidade primitiva tal como se vai desdobrando nas diversas telas (observacionais, mnêmicas e contratransferenciais do analista, observacionais e mnêmicas do analisando), a dita emocionalidade primitiva inconsciente poderá ir-se incluindo em processos de pensamento nos quais adquire a possibilidade de modificar-se.





Será possível assim ir se resolvendo as ansiedades e confusões inconscientes em jogo, concomitantemente ocorrendo as discriminações e evoluções psíquicas. Por sua vez, as novas discriminações e as evoluções psíquicas que se alcançam no curso do processo abrem o caminho para novos desdobramentos ou para desdobramentos a partir de novas perspectivas por parte do inconsciente do analisado.

Em termos epistêmicos que me parecem aptos para o trabalho clínico da psicanálise, e que diferem por certo das epistemologias derivadas da estrutura da física newtoniana tomada como medida padrão de cientificidade tanto por Popper quanto por Grünbaum, poderemos dizer que uma *lógica utens* apontará para ampliar até o máximo possível o marco para a indagação, sendo a dita expansão do marco da indagação o que proverá o contexto dos descobrimentos sucessivos. Que em psicanálise as evidências iniciais do paciente e as que o analista suponha ter achado em qualquer momento dado não resultem unívocas, faz com que o cuidado do método seja a uma só vez um cuidado do analisado, um cuidado do contexto de descobrimentos no qual, no curso do processo, poderão ir alcançando representabilidade as realidades psíquicas, e um cuidado das evoluções psíquicas que a elaboração de sucessivos descobrimentos torna possível.

Sirva essa breve referência à instrumentabilidade clínica de uma *lógica utens* persignando a linha central da epistemologia da psicanálise clínica para distinguir a linha central do esforço de Matte-Blanco de qualquer logicismo que aspire a uma plena formalização da psicanálise, tal como se desdobram até o absurdo no pensamento psicanalítico francês do pós-guerra, que, herdando os êxtases formalistas do estruturalismo, adjudica à linguagem o papel de fonte e origem das significações.

Contrariamente a esses, a bi-lógica de Matte respeita a essencial distinção freudiana de um nível de base dado pelas *Dingvorstellungen*, as representações de coisas inconscientes no fundamental às que corresponderão as significações nucleares, e um nível sobreagregado de *Wortvorstellungen*, as representações de palavra que logram sua significação emocional com base em seu vínculo às representações de coisa.

Como explico em outro lugar (1997), a dita idéia freudiana de um duplo nível das significações coincide em pontos essenciais com o que alguns anos depois colocaria Bertrand Russell como a distinção entre o conhecimento por familiaridade sobre o qual se assenta, em última instância, qualquer conhecimento e o conhecimento por descrição que trazem as linguagens. Coincide também, como destaca Romualdo Romanovski, no número anterior desta publicação, com a possibilidade de articular mais de perto a conceitualização em psicanálise com esse paradigma central da ciência que é o marco darwiniano da evolução – no qual, segundo colocamos em trabalho anterior, a ideação em termos de classes parece anteceder em muito a ideação em





Jorge J. Ahumada

termos de indivíduos discriminados, essa, por sua vez, antecedendo uma ideação da própria individualidade (Etchegoyen y Ahumada, 1990).

Valham, para finalizar, os termos com os quais Eric Rayner (1995) encabeça seu livro *Inconscious Logic*, livro que sendo, sem dúvida, a melhor introdução à obra de Matte-Blanco, seria de desejar que fosse traduzido ao português (e ao castelhano) por alguma editora benévola. Afirma Rayner que Matte-Blanco lhe trouxe idéias que não lhe teriam ocorrido em mil anos. □

Referências

- AHUMADA, J.L. (1997). Para uma epistemologia da psicanálise clínica. In: *Descobertas e refutações. A lógica do método psicanalítico*. Rio de Janeiro: Imago, 1999.
- ETCHEGOYEN, R.H.; AHUMADA, J.L. (1990). Bateson e Matte-Blanco. Bi-lógica e Bi-lógica. In: Ahumada, J. L., *Descobertas e Refutações. A lógica do método psicanalítico*. Rio de Janeiro: Imago, 1999.
- FREUD, S. (1900). The interpretation of dreams. *SE*, 5.
- . (1921). Group psychology and the analysis of the ego. *S.E.*, 18.
- MATTE-BLANCO, I. (1988). *Thinking, Feeling and Being*. Londres: Routledge.
- RAYNER, E. (1995). *Inconscious Logic. An introduction to Matte-Blanco's Bi-Logic and its uses*. Londres: Routledge.

Recebido em 26/08/2002

Aceito em 28/08/2002

Tradução de **Clotilde P. S. Favalli**

Jorge L. Ahumada

Av. Las Heras 3898, 3° “H”

1425 – Buenos Aires – Argentina

E-mail: jahumada@elsitio.net

© Revista de Psicanálise – SPPA



Comentário ao capítulo “The notion of internal world”, de *Thinking, Feeling and Being*, de Ignacio Matte-Blanco

Juan Francisco Jordán, Chile*



* Membro Efetivo da Associação Psicanalítica Chilena.

Revista de Psicanálise, Vol. IX, Nº 2, agosto 2002 □ 307





Uma maneira, entre muitas outras possíveis, de iniciar este comentário é citando uma história que Matte-Blanco gostava de contar para ilustrar o que, no seu entender, era a atitude mais freqüente dos analistas em relação à descoberta freudiana do inconsciente. Trata de um homem que entra em um bar e começa a caminhar pela parede chegando ao céu, caminha por esse, logo desce pela outra parede para, em seguida, pedir uma cerveja misturada com whisky. Os freqüentadores se assombrom. Terminada sua bebida e paga, essa pessoa repete em sentido inverso o mesmo percurso que fizera ao entrar. Ao fechar-se a porta atrás do bar, alguém comenta: “Que homem tão estranho, a quem ocorreria tomar whisky misturado com cerveja...”

Obviamente, Matte-Blanco trata de nos dizer que nós, psicanalistas, perdemos a capacidade de admirar-nos ante o inconsciente e suas estranhas características. Em grande parte o objetivo de sua obra original é o reencantamento do inconsciente, pensá-lo de modo a não perdermos essa capacidade do assombro inerente à sua natureza.

No capítulo que nos preocupa esta perda de assombro está relacionada à tendência de a mente consciente imaginar os processos mentais nas categorias do espaço tridimensional e da temporalidade. Matte-Blanco, no capítulo 15 de *Thinking, Feeling and Being: Some more mathematical concepts of space, dimension, outside and inside*, oferece uma interessante distinção entre *imaginação e pensamento*. Isto se relaciona com a qualidade tridimensional de nossa mente consciente. Ele assinala que não podemos imaginar um espaço de quatro dimensões como tampoco podemos imaginar um espaço de uma dimensão, uma linha, por exemplo. Não podemos imaginá-la a não ser com largura, duas dimensões, e com espessura, três dimensões. Mas podemos pensar espaços de menos de três dimensões e de mais de três dimensões. O que Matte exige de nós é, pois, que pensemos o inconsciente, não somente o imaginemos.

Matte é um admirador de Pascal, a quem costuma citar e que parece seguir na distinção que faz entre pensamento e imaginação. Em um de seus *Pensamentos*, Pascal nos diz: “*Nossa imaginação infla de tal maneira o tempo presente, à força de reflexões contínuas, e reduz de tal modo a eternidade, por falta de pensar sobre ela, que fazemos do nada uma eternidade e da eternidade um nada.*” Em outro assinala: “*A máquina aritmética produz efeitos que se aproximam mais do pensamento do que tudo o que produzem os animais.*”

Matte aproxima-se de Pascal nesses *Pensamentos*, já que reconhece o conceito de infinito matemático como essencial para compreender a mente inconsciente, a qual se propõe investigar com ferramentas da lógica, as matemáticas e a geometria, incluindo a topologia.





No capítulo de que nos ocupamos neste comentário, assinala com ênfase que as noções de mundo interno e mundo externo serão usadas por ele para denotar *estruturas espaciais* e que os conceitos de externo e interno serão entendidos exatamente no mesmo sentido em que o são em geometria e topologia.

O que são, pois, as estruturas espaciais? Simplificando, são estruturas que se definem pelo número de dimensões que as configuram. Deste modo, o espaço que percebemos não é mais que uma estrutura definida por três dimensões. Isto significa que existem espaços de zero até n dimensões. Sem dúvida Matte-Blanco se preocupa em definir precisamente o conceito de dimensão e estrutura, mas isso nos exigiria todo um trabalho à parte. O que interessa para este comentário é destacar que os conceitos de externo e interno não são absolutos em termos das estruturas espaciais definidas dimensionalmente, ou seja, dependem das dimensões que consideremos para definir uma estrutura espacial. Em palavras de Matte-Blanco: "...os conceitos de interno e externo devem ser definidos em relação às dimensões do espaço". O que pode ser considerado externo em um espaço definido por três dimensões pode ser externo em um espaço de quatro dimensões. Deste modo um objeto introjetado poderia ser um objeto definido por quatro dimensões sentido tridimensionalmente. Assim, no espaço de quatro dimensões, está fora de uma psique que só contempla três dimensões. Em uma psique definida por três dimensões, está dentro. O inconsciente, para Matte, é aespacial em termos de um espaço definido por três dimensões, encontra-se definido como um espaço multidimensional. Isso, para uma mente definida por três dimensões, não é *imaginável*, de modo que, este espaço multidimensional, a imaginação o declara como um não espaço.

Um modo intuitivo de entender isso é através da definição que ele nos oferece de uma estrutura bi-lógica da mente, a estrutura tridimensional.

Esta estrutura evidencia-se frequentemente em nossa vida onírica, ainda que também se faça presente na vigília. Segundo Matte-Blanco, nos sonhos se tridimensionaliza o espaço multidimensional do inconsciente. Como já assinalamos, ele aplica noções geométricas à compreensão da vida mental. Estas se referem à projeção de um espaço de maiores dimensões em um espaço de menores dimensões. Nessas representações, encontramos uma repetição, no espaço de menores dimensões, de certos elementos que são singulares no espaço de maiores dimensões. No deslocamento e condensação, presentes nos sonhos, são compreendidos como uma representação, no espaço tridimensional do sonho, de seres psíquicos que, no espaço multidimensional do inconsciente, ocupam um espaço único de maiores dimensões.

É surpreendente constatar que Freud estava fantasiando em termos de espaços multidimensionais quando, em "O mal-estar da cultura" (1930), enfrenta o problema da preservação do psíquico na realidade interna. Mais assombroso ainda é que a





Juan Francisco Jordán

fantasia de Freud seja com Roma, a cidade para onde emigrou Matte-Blanco por se a sua preferida:

“... um ser psíquico cujo passado tivesse sido igualmente extenso e rico, um ser no qual nada do que uma vez foi produzido jazesse sepultado, em quem, junto à última fase evolutiva, sobreviveriam todas as anteriores. Para Roma isso implicaria que, sobre o Palatino, se ergueriam, ainda, os palácios imperiais e o Septizonium de Sétimo Severo seguiria coroando as velhas alturas; que o castelo de Sant’Angelo mostraria ainda em suas almeias as belas estátuas que o adornaram até a invasão dos godos, etc. Mas, mais ainda, o local onde se acha o palácio Cafarelli seguiria ali, sem que fosse necessário remover o templo de Júpiter capitolino; e esse ainda não só em sua última forma, como o viram os romanos do Império, mas, ao mesmo tempo, em suas formas mais antigas, quando apresentava um aspecto etrusco e era adornado por antefixas de terracota. Onde agora está o Coliseu, poderíamos admirar também a desaparecida domus aurea de Nero, na praça do Panteão não apenas encontraríamos o Panteão atual, como nos legou Adriano, senão no mesmíssimo sítio o edifício original de M. Agripa; e um mesmo solo suportaria a igreja Maria sopra Minerva e os antigos templos sobre os quais está edificada” (p.70-71) (grifos no original). No entanto, no parágrafo seguinte desfaz o intento de continuar com sua fantasia, alegando que ela conduz ao irrepresentável e absurdo, acrescentando a seguir: *“Se quisermos representar espacialmente a sucessão histórica, somente o conseguiríamos por meio de uma contigüidade no espaço; um mesmo espaço não pode preencher-se duplamente”* (p.71) (grifos meus).

Na realidade, um mesmo espaço não pode encher-se duplamente em um espaço definido por três dimensões. A contigüidade seria um modo de representar, em um espaço de três dimensões, o espaço multidimensional do inconsciente. Deste modo, a noção do inconsciente em termos de um espaço multidimensional desenvolve o que Freud claramente imaginou e que, talvez, não tenha podido continuar a pensar por não contar com as ferramentas conceituais para tanto.

Já disse acima que o objetivo de Matte parece ser o de reencantar-nos com o inconsciente. Isto implica *pensar* o inconsciente e não só *imaginá-lo*.

A que conduz só imaginar o inconsciente? Minha tese é que conduz à reificação da mente e, portanto, a uma perda da capacidade do analista de compreender seus pacientes em termos da experiência subjetiva desses. O imaginar a mente só como um continente tridimensional implica, tal como o assinalam Atwood y Stolorow,





(1984), "... a projeção dentro da experiência das qualidades dos objetos materiais da experiência e reflete uma falha em confrontar os atributos da subjetividade em seus próprios termos distintivos" (p.8). É isso o que Matte (1975) assinala na citação seguinte. Nessa se refere à reação dos psicanalistas frente ao modelo econômico da mente no qual o homem foi transformado em um "... feixe de canos, reservatórios e descargas de energia. Algumas pessoas reagiram a essa situação e preferiram a teoria das relações objetais. A teoria das relações objetais, por sua vez, despersonalizou o homem, transformando-o, através de seus objetos (peito, pênis, etc.), em uma ampla coleção de bolas de futebol que são jogadas de um lugar ao outro, mas dessa vez por jogadores enfurecidos que as reduzem a pedaços!"

Despersonalizar é tratar o outro como uma coisa, desmentir sua experiência subjetiva, renunciar a compreendê-lo nos termos em que sua subjetividade se encontra organizada. Para Matte, analisar outro ser humano relaciona-se com a capacidade de tomar contato com o inconsciente do analisando, respeitando, simultaneamente, tanto a "autenticidade temperamental" como a individualidade de cada um dos membros comprometidos no processo analítico.

O antídoto que Matte nos propõe para se evitar a coisificação na compreensão dos processos mentais do outro e perder, portanto, sua experiência subjetiva, é deixar de imaginar o inconsciente para seguir pensando-o. Isso significa nos acostumarmos a pensar o outro como um infinito que não podemos controlar, só o podemos vislumbrar, à semelhança da experiência que Borges descreve em seu conto El Aleph:

"Arribo, ahora, al inefable centro de mi relato; empieza, aquí, mi desesperación de escritor. Todo lenguaje es un alfabeto de símbolos cuyo ejercicio presupone un pasado que los interlocutores comparten: ¿cómo transmitir a los otros el infinito Aleph, que mi temerosa memoria apenas abarca? Los místicos, en análogo trance, prodigan los emblemas: para significar la divinidad, un persa habla de un pájaro que de algún modo es todos los pájaros; Alanus de Insulis, de una esfera cuyo centro está en todas partes y la circunferencia en ninguna; Ezequiel, de un ángel de cuatro caras que a un tiempo se dirige al Oriente y al Occidente, al norte y al sur. ... Quizá los dioses no me negarían el hallazgo de una imagen equivalente, pero este informe quedaría contaminado de literatura, de falsedad. Por lo demás, el problema central es irresoluble: la enumeración, siquiera parcial de un conjunto infinito. En ese instante gigantesco, he visto millones de actos deleitables o atroces; ninguno me asombró como el hecho de que todos ocuparan el mismo punto, sin superposición y sin transparencia. Lo que vieron mis ojos fue simultáneo: lo que transcribiré, sucesivo, porque el lenguaje lo es" (p.168-169). □





Juan Francisco Jordán

Referências

- ATWOOD, G; STOLOROW, R. (1984). *Structures of Subjectivity. Explorations in Psychoanalytic Phenomenology*. NJ: The Analytic Press.
- BORGES, J.L. *El Aleph*. Madrid: Alianza Editorial, 1981.
- FREUD, S. (1930). El malestar en la cultura. *A.E.XXI*. Buenos Aires: Amorrortu.
- MATTE-BLANCO, I. (1975). *The Unconscious as infinite sets. An essay in bi-logic*. London: Duckworth.
- . (1988). *Thinking, feeling and being. Clinical reflections on the fundamental antinomy of human beings and the world*. London: Routledge.
- PASCAL. (1977). *Pensamientos*. Buenos Aires: Losada.

Recebido em 26/08/2002

Aceito em 28/08/2002

Tradução de **Clotilde P.S. Favalli**

Juan Francisco Jordan

Napoleon # 3565 Dpto. 1004

Las Condes – Santiago – Chile

E-mail: jjordanmo@interactiva.cl

© Revista de Psicanálise – SPPA





Cinema e Psicanálise





Atenção montador
a página **314** é branca





Breve comentário psicanalítico sobre *Macbeth*

*Cláudio Laks Eizirik**, Porto Alegre



* Membro Efetivo da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre.

Revista de Psicanálise, Vol. IX, Nº 2, agosto 2002 □ 315





“Só podemos imaginar Macbeth em meio às brumas, onde cada sombra que estremece e cada folha que se move fazem temer a presença do emissário do demônio, sob a chuva caindo de um céu de chumbo, onde os raios de sol não conseguem penetrar, nem o brilho das estrelas. No cinema esses efeitos se ampliam. Saímos completamente transtornados do filme de Orson Welles, como se estivéssemos de volta ao passado, aos tempos diluvianos” (Green, 1994, p.160).

Andre Green escreveu um ensaio sobre Macbeth, com o subtítulo “Progenitura ou Desarraigamento”, em que apreende com muita acuidade o que, possivelmente, muitos de nós vivemos ao assistir há pouco a esta versão do Macbeth realizada por Orson Welles.

É uma peça que pode ser lida ou vista e ouvida como se referindo a vários temas. Um dos temas é o mal. Mas ela fala de tantos temas e permite tantas leituras que, evidentemente, só se pode tocar em alguns deles. Um fato significativo é que alguns dos principais leitores ocidentais tiveram nesta peça a sua leitura preferida em termos da obra de Shakespeare. Por exemplo, Jorge Luiz Borges considerava esta a melhor tragédia de Shakespeare, ou pelo menos aquela que a ele impressionava mais.

Freud, ao longo da sua obra, inúmeras vezes se referiu a Macbeth e, inclusive, escreveu um trabalho em que estudou de modo específico o drama de Lady Macbeth (Freud, 1916). O escritor e crítico literário contemporâneo Harold Bloom diz que este é o livro do qual ele gosta mais entre as obras de Shakespeare. Segundo ele: “*A reação universal a Macbeth é que nos identificamos com ele, ou ao menos com sua imaginação...Macbeth sofre intensamente por saber que faz o mal e que precisa continuar fazendo ainda pior. Shakespeare faz com que assustadoramente sejamos Macbeth; nossa identificação com ele é involuntária, mas inescapável...Ele mal percebe de forma consciente uma ambição, desejo, ou vontade e já se vê tendo perpetrado o crime que sacia a sua ambição. Macbeth nos aterroriza, em parte porque esse aspecto de nossa imaginação é tão assustador: parece tornar-nos assassinos, ladrões, usurpadores, violadores*” (1998, p.517).

Um aspecto que se poderia destacar também é algo que Borges diz: “*Costuma-se esquecer que Macbeth, agora um sonho de arte, foi, um dia, um homem no seu tempo*” (1985, p.168).

Ou seja, temos várias versões de Macbeth. Existiu, realmente, um Macbeth no Século XI que foi um rei da Escócia e que teve sua história ligeiramente modificada por Shakespeare. Porque, na verdade, reinou durante dezessete anos depois de ter matado o rei Duncan. E só dezessete anos depois passou a cometer os crimes que





Shakespeare, possivelmente, concentra em uma semana. É uma ação rápida.

Depois, esta peça foi encenada no Século XVI e tem uma circunstância interessante. Ela foi encenada quando o rei Jaime I tinha recém assumido o trono da Inglaterra. Ele era o primeiro rei escocês da que viria a ser a dinastia dos Stuart. Ele era filho da Maria Stuart, que tinha sido decapitada por ordem da rainha anterior, Elisabeth.

Começou aí uma nova dinastia em que um rei escocês se tornou rei da Inglaterra. As versões que se podem ler é que Shakespeare, de alguma maneira, tentou homenagear esse rei James I, porque ele seria um descendente de Banquo. Então existem algumas cenas ao longo da peça em que ele faz alusões, aparentemente, para agradar ao rei. A peça, na verdade, pode ser lida como uma versão histórica, em função da realidade, do momento em que ela foi encenada. Há uma série de críticas, de ser uma peça incomumente curta, de que teria sido escrita às pressas e que, possivelmente, trechos teriam sido retirados e que Shakespeare teria sido ajudado por alguém para escrevê-la. Porque ela foi encenada por ocasião da visita do rei Cristiano da Dinamarca, e o rei James I queria impressioná-lo com uma peça que foi encomendada com tal objetivo.

Há uma hipótese muito curiosa de André Green, em que ele diz que, aparentemente, Shakespeare queria agradar ao rei, mas, possivelmente o dramaturgo queria, de fato, mostrar ao rei que ele pensava que era muito especial, porque era metido a entendido em bruxas. Vejam que estamos passando por épocas diferentes e esse é um aspecto que surge espontaneamente, porque Borges diz o seguinte: “*A tragédia ocorre simultaneamente em dois lugares e em dois tempos: na distante Escócia do século XI e num palco dos arrabaldes de Londres, em princípios do XVI... a verdade é que o drama imaginado por Shakespeare, e que agora imaginamos, está fora do tempo da história, ou melhor, ele cria seu próprio tempo*” (1985, p.172). E essa é também a interpretação de Harold Bloom, ao considerar que todos nós não podemos deixar de nos identificar com este personagem, porque ele mostra o tipo de drama e o tipo de furor e o tipo de violência e de crimes que estão presentes no inconsciente de todos nós.

Seja como for, uma questão interessante que Borges chama a atenção é que essas três bruxas, ou “weird sisters”, que quer dizer irmãs fatais, vêm da mitologia saxônica, na qual são chamadas de Wyrð, são divindades que comandam o destino dos homens. E acrescenta, desafiadoramente, o bruxo argentino: “*Ao contrário de Hamlet, que é a tragédia de um pensativo num mundo violento, o som e a fúria de Macbeth parecem esquivar-se à análise*” (idem, p.172).

De uma perspectiva psicanalítica, ousando contrariar nosso querido autor, como podemos entender as bruxas?





Penso que as bruxas expressam fantasias inconscientes de todos nós, representam os desejos ocultos, ou as pulsões, ou o nome que se queira dar. E elas anunciavam para os dois guerreiros que vêm chegando algo que, na realidade, já estava na mente dos dois. Ambos voltavam de uma guerra. Ambos queriam receber retribuições. Ambos queriam receber o poder. E no momento em que elas comunicam que um deles seria o rei e o outro seria pai de reis, evidentemente já podemos imaginar que as fantasias de poder, as fantasias de descendência, as fantasias de controle começam a germinar e, progressivamente, Macbeth vai se tornando um cenário, uma mente em que todo esse drama começa a se desenvolver.

Na sucessão de possibilidades, podemos ter várias questões psicanalíticas a serem discutidas sobre esta peça. Uma delas foi anunciada, curiosamente, não por um psicanalista, mas pelo escritor francês Victor Hugo, em 1864. Disse ele: “*Dizer que Macbeth é a ambição é o mesmo que não dizer nada. Macbeth é a fome. Que fome? A fome do monstro sempre possível no homem. Certas almas têm dentes. Não despertem sua fome. Morder a maçã, isto é terrível*” (apud Green, 1994, p.170). E, a partir daí, ele antecipa o que depois Freud e outros autores iriam desenvolver a respeito da agressividade e a respeito dos desejos. Por exemplo, da voracidade.

Assim, um dos temas possíveis em uma consideração de Macbeth é o tema da voracidade, que foi desenvolvido pela Melanie Klein. Porque ele foi, cada vez mais, ficando sedento de sangue. Não era mais uma questão de poder. Era o sangue que puxava o sangue que puxava o sangue e não havia mais nada que fizesse com que ele se satisfizesse.

Um outro tema possível é o tema da situação edípica. Observem que o rei – e o rei é representado como uma figura de um velho com barba branca, que chega lentamente e que, ingenuamente, olha para as aves que passam e sobe naquelas escadas sem saber que seria morto imediatamente – é uma figura paterna. Então, aqui nós temos a questão do parricídio. Aqui temos a questão da morte do pai. E, em seguida, podemos recordar que a formulação que Freud faz no seu ensaio sobre os que fracassam ao triunfar, ou os arruinados pelo êxito, sobre Lady Macbeth, é exatamente isto.

O que houve com Lady Macbeth, que era tão corajosa? Ela cometeu o crime. Ela triunfou. E, imediatamente, a partir da culpa provocada pelo ataque, pelo assassinato do pai, ela começou a se acusar, começou a ter uma série de manifestações obsessivas, psicóticas, começou a enlouquecer, começou a alucinar. E ela é um exemplo deste tipo de personalidade que Freud descreveu como os que fracassam ao triunfar. Que é exatamente o resultado de um conflito edípico mal resolvido, ou seja, a vitória sobre o pai, sobre a mãe, sobre um representante com quem competiu e a partir daí não pode tolerar esta nova situação e se desmancha, cai sob o peso da própria culpa.

Mas neste trabalho de Freud (1916), ele fala, *en passant*, de um autor não





muito conhecido, Ludwig Jekels, que cita a existência de uma dupla. Segundo ele, não se pode entender Macbeth sem Lady Macbeth. Assim, se trata de um mesmo protótipo, se trata de uma figura tipo Juno. As duas faces em uma mesma figura. O que Macbeth temia em seus tormentos de consciência realiza-se nela, que se torna toda remorso, enquanto o marido se torna todo desafio.

Por que ele diz isso? Porque ambos têm uma dinâmica contínua. E também poderíamos entender o funcionamento deste casal através do mecanismo da identificação projetiva em que um coloca partes suas no outro e, sucessivamente, são devolvidas. Então observem o seguinte: há uma cena em que, imediatamente, depois que Macbeth mata o rei, ele chega com as mãos cheias de sangue e diz: “*Nem todas as águas dos oceanos de Netuno conseguiriam limpar essas mãos*”.

Ao longo da peça, mais adiante, há uma cena em que Lady Macbeth está lavando, obsessivamente, as mãos e diz aquela célebre frase: “*Nem todos os perfumes da Arábia conseguiriam purificar esta mãozinha*”. Enquanto isto, ele se tornou, progressivamente, o forte, o corajoso, o bravo. No início da peça, Macbeth funciona como uma criança e ela funciona como a mãe. Em vários momentos ela o insulta, ela o encoraja, ela diz que ele é uma criança, que é um sujeito que não tem coragem, que não tem valor. Na hora em que eles vão cometer o crime, ele hesita. Ele diz: “*Isso não vai dar certo*”. E ela diz: “*Como não vai dar certo? Vai lá. Não seja covarde.*” No momento em que ele assume esse papel, ela coloca esse desejo, essa ambição, essa crueldade, esse aspecto agressivo, mau, destrutivo dela (assumindo também o dele) dentro da mente dele, eles começam a fazer uma modificação, e ela perde essa parte de sua própria mente, agora depositada no marido. Em seguida, Lady Macbeth vai enfraquecendo, vai enlouquecendo e acaba se matando. Enquanto Macbeth se torna a figura forte, a figura que representa agora os desejos do casal.

Outro aspecto que também pode-se considerar é a questão que diz respeito à descendência. Porque Macbeth não se contenta em ser rei. Ele quer fundar uma dinastia. Em vários momentos da peça ouve-se a voz dele, a voz da sua consciência, dizendo: “*Tu já és o Barão de Cawdor, tu já és o rei, etc...*”. Mas não é o suficiente. Ele quer mais, mais e mais. Ele começa a matar os filhos. Primeiro mata os pais, ou seja, ele mata o rei, depois ele mata Banquo. E, depois, começa a matar, dentro das possibilidades, os filhos do Macduff. O Fleance, ele manda matar.

Macbeth precisava extinguir a descendência, já que ele não estava conseguindo ter a sua própria descendência. Este é outro aspecto importante da peça que é bastante estudado por André Green, porque o crime que começa com o parricídio continua com o infanticídio. Há outro aspecto interessante: quando eles matam o rei, este recém tinha comido. Há uma equiparação entre a alimentação e o sono. Como um bebê que se sacia e descansa. Lady Macbeth entra no quarto e não consegue





Cláudio Laks Eizirik

matar o rei, porque, segundo ela, “*Ele me lembrou o meu pai dormindo*”. É explícito. Então, ela encoraja Macbeth a cometer o crime. Já havia aqui um indício também de infanticídio, que depois começa a ser cometido sucessivamente nos filhos dos outros.

Assim Macbeth queria realmente arrasar com toda a descendência, porque, no momento em que ele viu que a profecia das bruxas se concretizou e se tornou rei, imagina que a segunda parte da profecia iria se concretizar, que era a descendência do Banquo.

A questão do mal é uma outra questão que já foi, mais ou menos, mencionada.

Há uma outra questão curiosa que é a da bissexualidade, porque as bruxas são mulheres com barba. São figuras ambíguas. O mal está, desta forma, ligado com mulheres que talvez sejam mulheres fálicas.

Esta figura feminina má, a relação entre a sexualidade e a maldade e o papel atribuído às mulheres de assumir estas funções, de alguma maneira talvez esteja dentro do espírito da época ou, quem sabe, permaneça vigente até os dias de hoje como uma das questões que a psicanálise contemporânea tem estudado no que se refere ao gênero e às suas características, ambigüidades e contradições.

Há uma fala que talvez sintetize o drama do Macbeth. Depois que Lady Macbeth se mata, Macbeth diz que ela morreu antes do tempo. É uma frase ambígua. O que quer dizer com isto? Ele não parece muito emocionado naquele momento. Possivelmente é a volta regressiva a um estado em que ela era a mãe e ele era o filho. E ela morre antes que eles pudessem chegar a uma solução satisfatória. Como se ele tivesse que morrer antes e ela morrer depois.

Seja como for, Macbeth diz algo que é, possivelmente, uma síntese do drama a que se chega, depois de tantos horrores, ou, quem sabe, um alerta face às tentativas de encontrar explicações convincentes para situações humanas tão complexas: “*A vida é apenas uma sombra que passa, um pobre ator que se agita e se exhibe por uma hora no palco. Depois se cala. Trata-se de um relato cheio de som e de fúria, narrado por um idiota e que não significa nada*” (ato V, cena 5). □

Referências

- BLOOM, H. (1998). *Shakespeare. The Invention of the Human*. New York: Riverhead Books.
BORGES, J.L. (1985). *Prólogos*. Rio de Janeiro: Rocco.
FREUD, S. (1916). Alguns Tipos de Caráter Encontrados no Tratamento Analítico. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de S. Freud*. Rio de Janeiro: Imago, vol XVI, 1974.





Breve comentário psicanalítico sobre *Macbeth*

GREEN, A. (1994). *O Desligamento*. Rio de Janeiro: Imago.
SHAKESPEARE, W. (1608). *Macbeth*. London: Penguin Books, 1994.

Recebido em 26/03/2002
Aceito em 07/08/2002

Cláudio Laks Eizirik
Rua Marquês do Pombal, 783/307
90220-230 – Porto Alegre – RS – Brasil

© Revista de Psicanálise – SPPA





Atenção montador

a página **322** é branca





Macbeth

Ruben George Oliven, Porto Alegre*



* Professor Titular do Departamento de Antropologia da UFRGS.

Revista de Psicanálise, Vol. IX, Nº 2, agosto 2002 □ 323





Ruben George Oliven

Penso que é uma obra muito importante. A peça tem uma série de contrapontos fundamentais: bruxas, assassinatos, fantasmas, uma grande inocência perto da pior traição, feminilidade associada à violência, uma narrativa extremamente enxuta. Trata-se de uma das peças mais breves de Shakespeare. Há várias razões para isto, uma delas é que foi escrita a pedido do rei James I da Inglaterra para ser apresentada ao seu hóspede, Christian IV da Dinamarca. O monarca inglês provavelmente não queria uma peça muito longa.

São possíveis várias leituras. A primeira, obviamente a mais simples, seria dizer que o crime não compensa. Mas isto não esgota o conteúdo da peça. O tema central é o mal. Não que o mal não exista em outras criações de Shakespeare. Ele está presente em *Hamlet*, em *Otelo*, em *Rei Lear*. Mas em *Macbeth*, é o fulcro, a peça gira exclusivamente em torno do mal. O mal acaba perpassando tudo e todos, de tal maneira que Macbeth, aos poucos, vai se transformando quase em uma doença social e psicológica a se espalhar da mente dele para a mente dos outros. Ele é a primeira vítima do mal, mas acaba sendo um vitimizador de outras personagens.

Também cabe observar que, nesta versão primorosa do filme de 1948, Orson Welles – ao mesmo tempo, diretor e ator – aparece com roupas de Gengis Khan, o que, certamente, não é uma escolha gratuita, pois não era assim que os escoceses se vestiam. Penso que Orson Welles faz uma referência à barbárie, na medida em que veste Macbeth deste modo.

A peça também coloca uma série de outras questões, como a incerteza quanto à lealdade, que sempre permeia todas as relações de poder. O Rei Duncan jamais esperaria o que lhe sucedeu e, mais especificamente, no castelo de quem o recebe. Macbeth não honra um princípio básico que é o da hospitalidade; ele transforma a hospitalidade em hostilidade e mais, em assassinato. Ele não mata Duncan em uma batalha. Ele o mata quando este veio visitá-lo, quando tinha obrigação de recebê-lo bem, não somente por ser este o monarca e ter acabado de lhe conceder um baronato, mas também porque os anfitriões devem receber bem a seus hóspedes. Como diz Macbeth na cena VII do primeiro ato: *“Ele está aqui sob dupla salvaguarda: primeiro, é meu parente e eu seu vassalo, motivos ambos poderosos contra o ato; depois, neste momento o hospede, não devo abrir a porta ao assassino nem usar o punhal eu mesmo. Aliás reina com tal brandura, exerceu sempre suas altas funções com tal pureza, que as virtudes que o exornam clamariam como anjos clarinantes contra o crime monstruoso do seu assassinato”*.

A peça mostra como o poder, aos poucos, corrompe, toma conta da cabeça de Macbeth e se alastra. Shakespeare começa com a cena das bruxas. A figura das bruxas é interessante porque a peça, encenada em 1604 pela primeira vez, ocorre justa-





mente no começo da Idade Moderna. A caça às bruxas não ocorre na Idade Média, uma época que, embora chamada “das trevas”, era relativamente tranqüila. Ela se passa na Idade Moderna quando o mundo começa, na Europa, a se modificar muito e que é o período em que ocorre a Inquisição.

Mas a presença das bruxas também é um recurso muito inteligente, porque elas colocam um espelho na frente de Macbeth e obrigam-no a ver o que há dentro si. No começo ele não o suspeita, mas gradativamente vai crescendo a consciência do que ocorre no seu interior. As bruxas, de alguma maneira, são o espelho dele e talvez seja essa uma das razões pelas quais se queimavam bruxas. Macbeth não consegue controlar o desejo de poder que acabam instilando nele. Elas lhe anunciam que ele vai ser rei, e ele acaba sendo possuído por isso, apesar de no começo ficar muito perturbado com a notícia.

A esposa, lady Macbeth, é outro personagem forte, um personagem central na obra de Shakespeare e que vai ajudar a criar um novo Macbeth, um Macbeth muito entusiasmado com a possibilidade de ser rei. Ela vai empurrá-lo na medida em que começa a aticar a idéia de que deve ser ambicioso e não ter escrúpulos. Ela, em última análise, coloca a questão de que o poder passa pela crueldade, pela maldade.

Gostaria de fazer uma rápida leitura de duas falas de Lady Macbeth que aparecem na peça e que são reproduzidas no filme. A primeira é quando ela recebe a carta que Macbeth lhe envia dizendo que as bruxas lhe anunciaram que ia ser rei. O mensageiro entrega a carta e, quando sai, ela diz o seguinte: “*Até o próprio corvo está rouco, que crocica à entrada fatídica de Duncan sob as minhas ameaças. Vinde, espíritos sinistros que servis aos desígnios assassinos! Dessexuai-me, enchei-me, da cabeça aos pés, da mais horrível crueldade! Espessai o meu sangue, prevenindo todo o acesso e passagem ao remorso; de sorte que nenhum compungitivo retorno da sensível natureza abale a minha determinação celerada, nem faça a paz entre ela e o seu efeito! Vinde, ó vós, ministros do Mal, seja onde for, em invisíveis Substâncias, instigai o que é contrário aos sentimentos naturais humanos! Vem noite tenebrosa, e te reveste do mais espesso fumo dos infernos para que o meu punhal não veja o golpe que vibrará, nem possa o céu ver nada, através do lençol da escuridade para gritar: ‘Detém-te’*”.

Nessa fala, lady Macbeth assume a crueldade. Ela diz: *dessexuai-me*. Na versão inglesa, “*unsex me*”. Leio uma tradução de Manual Bandeira, publicada em 1989 pela Editora Brasiliense, literalmente fiel ao original. Ela pede para ser dessexuada porque quer perder qualquer escrúpulo e o prazer do poder lhe interessa muito mais que o prazer do sexo, ela quer que seu sangue fique espesso e está muito determinada no que tem que ser feito para que seu marido tome o poder. E há de ajudá-lo a cometer o assassinato.





Ruben George Oliven

É bom lembrar ainda a fala das bruxas e sua profecia de que Macbeth vai ser rei, mas que seu companheiro de armas, Banquo, será tronco, isto é, pai de reis. No começo ele não se atila para isso, mas em uma das cenas da peça fica tão perturbado com isto que inclusive diz a lady Macbeth que, se tivesse um filho, gostaria que fosse homem para ter a têmpera que ela tem. E, quando ele vacila, ela diz o seguinte: “*Bem conheço as delícias de amar um tenro filho que se amamenta: embora! eu lhe arrancaria às gengivas sem dente, ainda quando vendo-o a sorrir para mim, o bico do meu seio, e faria sem piedade saltarem-lhe os miolos, se tivesse jurado assim fazer, como juraste cumprir esta empreitada*”.

Isto é uma coisa, no mínimo, estranha, porque Macbeth não tem filhos. Pelo visto há um desejo de tê-los, pois ele diz que, se tivesse, gostaria que fossem homens para terem a têmpera de sua esposa. Mas ela, por essa pequena fala, aparentemente teve filhos, ela disse que teve o prazer de amamentar, embora acentuando que abria mão disso e que estouraria os miolos da criança, caso ela tivesse feito uma promessa para a qual esta criança fosse um empecilho. Se ela teve um filho anterior, em que circunstâncias se deu isso? Como é que ela amamentou? E também coloca uma outra questão importante que aparece em outras peças de Shakespeare: a descendência é algo fundamental. Macbeth percebe que ele vai ser rei, mas numa situação muito especial: um rei atormentado pelo assassinato que teve de cometer para subir ao trono e que, além disso, não vai legar seu reinado para ninguém. Então, isso perde a graça porque a descendência realiza o sonho e a fantasia da imortalidade. Como ele diz na primeira cena do primeiro ato: “*Puseram sobre minha testa uma coroa estéril, colocaram-me nas mãos um cetro que outras mãos de estranha estirpe não de arrancar-me, nenhum filho sucedendo-me! E se for destarte, é que manchado terei minh'alma, assassinando o nobre Duncan; por eles que verti no cálix de minha paz rancores, só por eles! Para fazê-los reis – reis os rebentos de Banquo! – terei dado ao inimigo comum da espécie humana a minha jóia imortal!*”

Mais do que isto, ele se dá conta de que ele tem que matar os filhos de outras pessoas. Quando Banquo – que assistiu à profecia das bruxas e que está percebendo tudo o que vem acontecendo – foge com seu filho, os criados de Macbeth conseguem matá-lo a ele, mas não ao filho, o que garante a sua continuidade e a realização da promessa das bruxas de que ele seria pai de uma linhagem de reis. O filho de Banquo significativamente chama-se Fleance, de fugir, “*to flee*” em inglês. A propósito de nomes, um dos oficiais a serviço de Macbeth chama-se Seyton, nome que se pronuncia do mesmo modo que *Satan*, diabo, e que aparece no filme como uma figura um tanto disforme.

O fantasma de Banquo fica atormentando seu algoz e aparece na cena da ceia em que somente Macbeth consegue vê-lo. Esta não é a única peça de Shakespeare em





que há um fantasma; talvez o mais conhecido seja o que o aparece em *Hamlet*, o fantasma do pai, sempre lhe mostrando que ele precisa se decidir, que tem que ser ou não ser. Que tem que vingar a morte de seu pai.

À semelhança das bruxas, os fantasmas eram muito atraentes para uma parte do público que assistia às peças de Shakespeare. Em 1794 foi encenada em Londres uma versão de *Macbeth* em que o fantasma de Banquo não aparecia, o que agradou à porção erudita do público, mas o público mais popular exigiu e conseguiu a volta do fantasma. Fantasmas eram figuras tão importantes que o *Manifesto do Partido Comunista* começa dizendo que “um fantasma ronda a Europa”. Marx e Engels usaram na abertura do *Manifesto* um termo de forte ressonância ainda no século XIX.

Na época em que Shakespeare escrevia não havia uma diferença tão grande entre o que hoje em dia é chamado de cultura popular e cultura erudita. Até o final da Idade Média e começos da Idade Moderna, na medida em que as cidades eram menores e as pessoas de diferentes classes sociais conviviam mais, havia uma circulação muito maior entre cultura erudita e popular. De tal modo que Shakespeare, que hoje em dia é considerado um autor erudito, escrevia peças extremamente populares e assistidas por um público de pouca instrução.

A partir da Idade Moderna começa a haver uma bifurcação entre ambas as culturas. Com a Contra-Reforma surge a idéia de que a cultura popular era algo muito selvagem, pois lidava com aquilo que Bakhtin, ao analisar a obra de Rabelais, chamou de “baixo corporal”, isto é, relacionado com a sexualidade e a analidade. A separação entre cultura popular e erudita foi tão grande que, no final da Idade Moderna, quando começam a surgir os estados-nação, os intelectuais redescobrem a cultura popular, que passa a ser chamada de folclore e vira objeto de estudo.

Penso ainda que valeria a pena ressaltar um aspecto muito central nessa peça que é o papel das mulheres. São elas que alteram a ordem natural das coisas. Até o surgimento das bruxas, Macbeth tinha um comportamento exemplar: ele era valeroso, leal e respeitoso de seu soberano. Seus sentimentos e seu comportamento são alterados porque três mulheres, três bruxas, fazem uma profecia. Não tivessem elas feito essa profecia, ele teria seguido seu caminho e não teria acontecido nenhuma tragédia. A peça também constrói uma personagem feminina central na trama, lady Macbeth, tão ou mais forte que seu marido. A perturbação que as três bruxas iniciaram continua com a fala e a ação de lady Macbeth. É ela que incentiva Macbeth, instigando-o, dizendo que ele não é homem o suficiente. Essa situação em que a mulher é vista como a raiz de todos os males, como fonte de traição e de maldade, existe desde o papel de Eva na expulsão do paraíso e se encontra em vários textos artísticos, tanto na literatura como na música. Se fizéssemos um corte muito brusco e analisássemos canções de um compositor nosso como Lupicínio Rodrigues, que fala



Ruben George Oliven

de vingança, de traição, o pólo que rompe com a harmonia é sempre o pólo feminino. Isso não é invenção exclusiva de Lupicínio e, obviamente, tem a ver com o fato de que a maioria dos compositores eram homens e eles colocavam isto na figura feminina e de uma maneira muito forte.

Macbeth também permitiria uma reflexão a respeito dos limites do poder. A peça trata de uma sociedade extremamente hierárquica, na qual há um rei com quem seus nobres guardam uma relação de vassalagem. É um rei que pune. A peça começa justamente com o Tane de Cawdor sendo morto porque traiu ao rei. Não há nenhuma vacilação neste sentido. Há um pacto de lealdade, e no momento em que é quebrado, o castigo natural é esse. Nessa sociedade hierárquica, na qual há uma enorme diferença entre nobres e não-nobres, a maioria dos pobres, os camponeses, não os vemos, os que vemos são apenas os servos do castelo.

Coloca também a questão de que, em uma sociedade desse tipo, há alguns pactos feitos para evitar violência, coisa que existe em toda a história da humanidade. Se selecionamos o que, de alguma maneira, é considerado o começo da cultura, esse é marcado pela proibição do incesto. Existem as mais variadas teorias sobre o incesto, inclusive a obra clássica de Freud, *Totem e Tabu*. Vários antropólogos ocuparam-se com essa questão e, por mais divergências que tenham, mostram que este fenômeno universal – a interdição do incesto – significa, em última análise, um pacto e uma aliança: a partir do momento em que se estabelece a proibição do incesto e por conseguinte a exogamia, eu sei que, se faço parte do clã A e que eu tenho que casar, obrigatoriamente, fora, eu tenho que buscar mulheres no clã B e, automaticamente, eu tenho que estabelecer uma relação de aliança. Eu recebo uma mulher do clã B e, por conseguinte, minha irmã vai, num processo de troca, para esse outro grupo. Isto cria uma aliança entre os clãs A e B e dificulta a agressão. Não a impossibilita, mas, na medida em que há consangüíneos meus em outros clãs, essa se faz mais difícil. Não é à toa que, em português, o anel de casamento é chamado de aliança. A idéia do casamento, anterior ao nosso modelo – dito romântico – é de que o casamento é fruto de alianças entre famílias. Uma peça clássica de Shakespeare, também debatida neste ciclo, mostra que uma relação amorosa como a de *Romeu e Julieta* nunca poderia dar certo, porque ela fere um princípio básico do parentesco. Se eu não consigo fazer com que meus parentes consangüíneos aceitem o meu casamento (parentesco por afinidade), ele nunca vai dar certo, por mais apaixonado que eu esteja. Uma pessoa de uma família como os Capuletos nunca vai poder casar com os Montéquios. Então, a paixão de Romeu e Julieta tinha que dar errado porque seu sucesso não dependia deles. Estava enredada na trama de duas famílias tão antagônicas que não tinham condições de estabelecer alianças entre si.

Poderíamos levar a questão do poder e dos pactos políticos, como modo de





ordenar o mundo, mais além e pensar em algo como a Europa de hoje, um continente cujos países se guerrearam ao infinito nos séculos passados, iniciando inclusive duas guerras mundiais. Ora, a União Européia pode ser vista como uma forma de os países membros estabelecerem um pacto que é econômico e político, mas que, acima de tudo, implica em não agressão, já que exige a negociação como mecanismo de resolver conflitos.

Estou fazendo esta digressão para dizer que, de algum modo e de forma muito indireta, porque Shakespeare obviamente não era antropólogo, sociólogo ou psicanalista, julgo que isto está presente em *Macbeth*, na medida em que ele mostra que, no momento em que se rompe um pacto que rege o funcionamento da sociedade, há quase que um resultado inevitável: uma sucessão de mortes, uma matança generalizada porque se rompeu o edifício social através de uma traição de alguém que se beneficiava do status quo. Não estamos falando de uma revolta camponesa. Estamos falando de um grupo em que as posições são claras, em que há hierarquia e lealdade. Quando uma pessoa rompe com esse pacto, ela acaba propagando a carnificina, uma doença que, no começo, é individual, mas que vai afetando gradativamente um número maior de pessoas. □

Recebido em 05/11/2001
Aceito em 07/08/2002

Ruben George Oliven
Rua Victor Hugo, 229
90630-070 – Porto Alegre – RS – Brasil

© Revista de Psicanálise – SPPA



Atenção montador

a página **330** é branca





Entrevista com Ronald Britton*

Entrevista concedida, em 18/04/1998, a Anette Blaya Luz, Carmem E. Keidann, Joel Nogueira, Jussara S. Dal Zot, Mauro Gus, Patrícia F. Lago, Paulo Oscar Teitelbaum e Raul Hartke.



* Membro Efetivo da Sociedade Psicanalítica Britânica.

Revista de Psicanálise, Vol. IX, Nº 2, agosto 2002 □ 331





RP – Inicialmente gostaríamos de saber sobre sua formação pessoal como psicanalista e sua trajetória dentro da psicanálise.

RB – Meu primeiro interesse em psicanálise começou no colégio. Entre tantas coisas eu estudei medicina, depois psiquiatria e neurologia. Não voltei a ter contato com as idéias psicanalíticas até que fui forçado pelos meus pacientes. Eu devo admitir que não havia outra maneira de entendê-los.

Então estudei psiquiatria infantil e de adultos e fiz minha primeira formação em psicoterapia na Clínica Tavistok. Na época em que iniciei a formação no Instituto, – nós o chamávamos de Instituto de Treinamento –, eu já tinha selecionado a formação kleiniana. Já estava bem familiarizado com as idéias psicanalíticas e os meus supervisores daquele período foram Betty Joseph, Hanna Segal e Herbert Rosenfeld.

Eu tive muita sorte. Outra influência importante foi provavelmente Bion, a quem conheci pessoalmente. Havia muitas pessoas na Tavistok e todas me influenciaram. Desde então, volto a citar minha sorte, faço parte da equipe de Joseph, que agora se chama Betty Joseph Workshop. Estou lá há 20 anos, junto com John Steiner e Michael Feldman e alguns outros nomes que vocês provavelmente conhecem.

Nós nos encontramos com uma certa regularidade para discussão de casos clínicos. Acabamos nos desenvolvendo cada um a sua maneira, mas me impressiona o fato de que compartilhamos muitas idéias. Acho que poderia dizer quem estaria falando, se estivesse vendado, e ainda adivinhar o que eles iriam dizer. Assim, praticamos um com o outro. Minha analista foi Ruth Esinger, analisanda de Betty Joseph.

RP – No seu ponto de vista, quais as perspectivas da psicanálise neste final de século enquanto teoria e método de tratamento?

RB – Eu me surpreendi um pouco quando vi esta pergunta. Parece ser uma preocupação no Brasil e tenho a impressão de que existe também na América do Norte, na França e Alemanha. Mas não em Londres, talvez porque sempre tenhamos sido uma minoria perseguida de qualquer maneira, o que me faz pensar que nada mudou. Tenho há dez anos um seminário para pós-graduados em Frankfurt e, em função disto, vou oito vezes ao ano para lá, sempre trabalhando com o mesmo grupo, que se tornou bem influente também naquele país.

Eu menciono isso porque talvez transmita o sentimento que vocês mencionaram, de estar muito ocupado, o sentimento de ser muito solicitado teria fechado os meus olhos para a questão. Na verdade, nunca pensei na psicanálise em si como algo que estivesse disponível para se tornar um método terapêutico para um público maior.





Na Inglaterra, temos um serviço de saúde nacional no qual a psicanálise tem tido um papel importante, no caso de adultos, não em proporcionar psicanálise, mas em formar psicoterapeutas, analisar psicoterapeutas e proporcionar novas idéias. Assim temos influenciado de várias maneiras diferentes a prática, não somente da terapia, mas também de atitudes em geral em tratamentos de pacientes em vários campos. Por exemplo, um paciente meu recentemente colocou um serviço para mulheres grávidas que estão sendo acompanhadas devido a possíveis anormalidades em seus fetos. Eles fazem uso de toda a tecnologia moderna oferecendo entrevistas psicoterapêuticas e serviços de “help line”, que abrangem uma grande escala de pessoas e totalmente baseados na compreensão psicanalítica, sem ser tratamento psicanalítico.

Há muitos usos deste tipo. No entanto eu penso que a psicanálise tem a si mesma para explorar, modificar, refinar e, quem sabe, ocasionalmente descobrir ou criar algumas idéias novas que só podem vir de dentro, ao você praticar a análise. Então alguns de nós têm que exercer a análise. Pelo menos esta é a maneira como eu a justifico. Eu não tenho feito nada a não ser a prática analítica em tempo integral desde 1984. Quando saí da Tavistok, estava trabalhando com crianças severamente privadas, o que considero muito importante, mas prefiro não fazer nada além de meu próprio trabalho analítico.

RP – Dentro da técnica psicanalítica ou da teoria como um todo, existe algum ponto ou alguma questão que o sr. considera particularmente desafiadora ou importante no momento atual, ou que o interesse particularmente?

RB – Imagino que os artigos que escrevi sejam um reflexo das questões que me preocupam. Penso que todos começam com um problema que chama a minha atenção. Este é o começo e significa que o assunto pode variar porque os problemas clínicos variam.

Eu lutei muito quando tentei analisar pacientes borderline. O artigo sobre complacência foi escrito há pouco tempo, mas estive envolvido com ele por anos e surgiu a partir do problema de tentar que o trabalho analítico promovesse mudança em algumas pessoas razoavelmente bem ajustadas, intelectualmente bem dotadas, mas que se limitaram em sua vida, usaram seu potencial para apenas “ir levando”. Também estou preocupado com a questão das crenças inconscientes, em entender o que sustenta estas crenças nos pacientes.

RP – Voltando à questão do complexo de Édipo, como o senhor vê a posição de J.-M. Petot, autor de uma vasta obra sobre Melanie Klein e que considera que, progressivamente, para Melanie, o organizador central do desenvolvimento foi se





Entrevista com Ronald Britton

tornando a relação bebê-seio, ao contrário dos freudianos franceses que continuam colocando o complexo de Édipo como o elemento central?

RB – Eu sempre pensei a extensão de Klein do complexo de Édipo para a situação edípica, conforme ela a chamou, como uma forma de acomodar a criança em relação à sexualidade dos pais e que esta idéia era central para o seu trabalho desde o início do mesmo.

Talvez muito do que foi escrito por kleinianos tenha se movido em direção às relações do self com o seio e ouvi muitos comentários de que haveria uma grande ênfase no seio entre os terapeutas infantis formados pela sra. Bick. Houve um tempo em que parecia que um andar em particular na Tavistock era o “andar do seio”.

Mas voltando à questão, eu não vejo que situação edípica e relação com o seio precisem andar separadas. Vejo a relação primária original com o objeto materno, o seio como continente, como uma estrutura inata e uma pré-concepção assim como o primitivo na situação edípica também é uma pré-concepção, tornando seu encontro inevitável durante o desenvolvimento. O que chama a atenção é o que ocorre quando a relação primária com o continente fracassa. Em alguns casos, parecia ser que a falha ou a criação do mal-entendido colocava o objeto em risco de facilmente se cindir no que nós chamamos de o inevitável terceiro objeto e algumas pessoas tentariam, então, eliminar qualquer coisa que não fosse a relação diádica. Poderiam persuadir o analista a cooperar e ter uma análise como se a relação diádica não só fosse possível como, inclusive, preferível, enquanto que eu vejo esta somente baseada num terceiro excluído que permanece potencialmente lá.

Sobre os analistas franceses, quando apresentei meu artigo, alguns ficaram aborrecidos porque acharam que eu trouxe esta idéia da França. Eu já havia lido o artigo de Janine Smirgel e acho que cheguei ao mesmo ponto partindo de outra direção, o que trás mais segurança para os achados. No entanto, julgo que há um “background” comum que eu penso ser Melanie Klein, pois Lacan foi muito influenciado por Klein. O trabalho de Klein sobre o complexo de Édipo precoce foi de fato absorvido pelo pensamento francês. Mas quem sabe?

RP – *Recentemente houve uma critica do Dr. André Green sobre a dessexualização que a psicanálise teria sofrido sob a influência do pensamento kleiniano. O que o sr. pensa a respeito?*

RB – Eu estou de certa forma acostumado com as críticas de André Green, então a fonte não é surpresa para mim, mas a crítica o é. Porque as últimas têm sido no sentido de comparar os kleinianos tal como eles nos vêm, de maneira desfavorá-





vel, em relação à Winnicott e eu teria pensado que era Winnicot que pecava mais pela falta da sexualidade, então eu fiquei muito surpreso. Winnicott foi um dos que usou como ponto de partida também a posição depressiva, que acabou abandonando, mas só criticou Klein pelo seu artigo sobre a inveja.

RP – *A propósito da inveja, gostaríamos de trazer sua idéia sobre atopia psíquica como algo inerente ao sistema imunológico. A inveja seria sentida secundariamente, o primário seria esta atopia psíquica, como algo que não sou eu. Isto invocaria a inveja. Assim a interpretação primordial seria, na transferência, a percepção da autonomia do objeto. A inveja seria, então, proveniente da percepção da capacidade que ele, paciente, não tem e que vê no analista. Esta abordagem mudaria o enfoque da interpretação da inveja?*

RB – Concordo com esta descrição, mas acho que devo dizer algo a respeito de imunidade. Em primeiro lugar eu vou falar do aspecto técnico. Vejam vocês, sempre foi um quebra-cabeças para mim entender com o que se pareceria o precursor da inveja. Eu estou bem satisfeito em aceitar a sua inevitabilidade e me pareceu algo mais molecular do que atômico. O sistema imunológico tem sido muito estudado e sei que os neurofisiologistas que vêm especulando em torno do desenvolvimento mental estão usando o sistema imunológico como modelo, como se o reconhecimento fosse uma das funções primárias do cérebro. O reconhecimento consiste em classificações, da mesma forma que o sistema imunológico.

Pensei, então, que os bebês que eu atendi e as várias pessoas que conheci poderiam ser vistas diferindo neste aspecto: o nível de tolerância natural, a sensibilidade a qualquer coisa sentida como estranha e que este seria um componente básico da personalidade.

RP – *Continuando com a mesma questão, a partir do modelo que o sr. nos traz da imunologia, parece haver uma íntima conexão com o narcisismo: a defesa narcísta como um sistema imunológico de proteção frente à agressão externa e interna, instintiva e ambiental.*

RB – Eu, em princípio, estaria de acordo com isto. O problema é que a palavra narcísta é como a palavra histeria, muito útil, mas que adquire uma qualidade específica ligada a ela. A vida não é possível se as diferenças não puderem ser toleradas em algum nível. O instinto de morte parece ser um problema fundamental em diversas esferas e acho que esteja muito ligado a isto, a alguma noção ou algum elemento de provisão biológica básica, a provisão psíquica, que pode atacar até mesmo a pró-





pria fonte de vida ao defender de maneira ostensiva a si própria. É impressionante percebermos que há um esforço por parte do feto de se prevenir do sistema imunológico da mãe, para que este não o rejeite. Assim, mesmo neste ponto percebe-se que a vida vai depender daquela luta e isto deve ter seus equivalentes psíquicos.

RP – *Sua visão de instinto de morte aproximar-se-ia da de Hanna Segal, envolvendo um ataque não só ao objeto necessitado como à própria percepção da necessidade?*

RB – Concordaria com esta idéia de que seja fundamentalmente um ataque à relação de objeto. No entanto, estou muito longe de saber se ela vai concordar comigo. Ela gosta muito da terminologia “instinto de morte” e desconfia daqueles que trazem qualquer termo alternativo como se quisessem fugir desse. Eu insisto, no entanto, que só tenho tentado explicar melhor o termo.

RP – *É evidente nos seus textos, especialmente no texto sobre subjetividade e objetividade, a influência marcante do Dr. Herbert Rosenfeld. E fica bastante claro que o uso do termo narcisismo de pele fina e pele grossa diz respeito a uma forma muito particular de Rosenfeld entender o narcisismo. Voltando à atopia psíquica, a idéia de uma alergia ao outro parece muito útil para entender estas pessoas que têm vários segmentos em que vivem bem, mas que mantêm um núcleo profundamente doente e regressivo, de modo que poderíamos pensar em algo como pessoas presas dentro de uma organização patológica segundo as idéias de Steiner.*

O sr. se refere, dentro do desenvolvimento das idéias de Rosenfeld, a estes pacientes que estão a meio caminho entre a posição esquizo-paranóide e depressiva e encravados dentro de uma posição patológica, ou são pacientes com outras características a seu ver?

RB – É difícil para mim responder sobre isto como se fossem idéias separadas que poderiam ter influência uma sobre a outra. Enquanto eu pensava a respeito, de fato estimei Rosenfeld a escrever este capítulo para trazer idéias atuais sobre o narcisismo. Ele demorou muitos anos para concluir os capítulos e toda a idéia me era familiar como também o eram as idéias a propósito de uma organização patológica. John (Steiner) e eu falamos disso há anos.

Então, de certa forma essas idéias formam a base do pensamento de cada um de nós e estão dentro do contexto em que tento desenvolver meu pensar. Assim, tenho a minha versão particular a respeito destas organizações patológicas, mas não





posso precisar exatamente o quanto elas têm de John. Eu veria este tipo de paciente, do qual estamos falando, que normalmente chamo de esquizóide, como apresentando um movimento para dentro de algum tipo de organização patológica.

Outros como aqueles que costumo chamar de pacientes borderline, ou de pele fina ou os meus pacientes difíceis me impactaram porque não conseguem nem mesmo se segurar internamente mantendo a sua organização patológica. É por isso que acho que eles podem regredir a uma organização patológica mais primitiva do que a anterior. Costumam ter este humor regressivo e é sua velocidade e mobilidade que me impressionam, ao contrário deste objeto imóvel, o paciente esquizóide. Estas são características diferentes e formas diferentes. Se as formas da organização patológica se mostram similares, por outro lado, a sua relação para com elas não o é. Eu estou sempre interessado em duas coisas no que se refere à relação: não só o fato de a pessoa ter tal fantasia, mas como ela se relaciona com a mesma, o que eu penso ser crucial. Afinal, fantasias são limitadas e têm um caráter comum para todos nós.

RP – Essa distinção feita por Rosenfeld do narcisista de pele fina e, principalmente, a proposta de abordagem diferente da interpretação da inveja gerou alguma controvérsia dentro do próprio grupo kleiniano. Como se desenvolveu esta idéia?

RB – Ele vinha ensinando isto há algum tempo e, na medida em que foi escrevendo este capítulo, ele o organizou. Eu penso que há diferenças de opinião circulando a respeito da psicanálise e que não são somente diferenças de pensamento entre os kleinianos. Penso que é um temor de que alguém possa ser muito duro ou muito “soft”, e você poderá ver um grupo psicanalítico cindir-se em duro e “soft” bem na sua frente. Mas acho que isto tem mais chances de acontecer quando for um problema central do paciente.

O que quero dizer com isto é que existe uma divisão no paciente e que ele pode demonstrá-lo, o que é, de certa forma, o que escrevi no meu artigo sobre subjetividade e objetividade. Isto pode nos levar a pôr ênfase na empatia ou na objetividade e dar a sensação de se estar sendo áspero ou cruel. Este grupo de pacientes causou muitos problemas dentro da teorização psicanalítica. Eles se tornaram uma preocupação e trazem uma tal experiência à psicanálise, que às vezes se tornam a base da própria teoria psicanalítica e tendemos a esquecer seu desenvolvimento patológico, mesmo que sejamos tolerantes com o mesmo.

Julgo que uma das ambições de tais pacientes é fazer o analista acreditar que o seu desenvolvimento é o normal e que as outras pessoas são, de alguma maneira,





Entrevista com Ronald Britton

falsas no seu modo de ser. E nós temos a tendência a nos deixar converter por tais idéias. □

Entrevista realizada em 18/04/1998

Tradução de **Karina Brodski**

Revisão técnica de **Viviane Mondrzak**

© Revista de Psicanálise – SPPA



338 □ Revista de Psicanálise, Vol. IX, Nº 2, agosto 2002





Normas Gerais de Publicação de Trabalhos

Revista de Psicanálise da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre

1. Os artigos publicados na *Revista de Psicanálise da SPPA* devem ajustar-se ao que se segue:

- a. O artigo deve ser inédito, excetuando-se trabalhos publicados em anais de congressos, simpósios, mesas redondas ou boletins de circulação interna de sociedades psicanalíticas.
- b. O artigo não pode infringir nenhum preceito ético e todos os esforços devem ser feitos de modo a proteger a identidade dos pacientes mencionados em relatos clínicos.
- c. O artigo deve respeitar as normas que regem os direitos autorais.
- d. O artigo não deve conter nenhum material que possa ser considerado ofensivo ou difamatório.
- e. O autor deve estar ciente de que, ao publicar o artigo na *Revista de Psicanálise da SPPA*, ele estará transferindo automaticamente o “copyright” para essa, salvo as exceções previstas pela lei. Fica, desta forma, vetada sua reprodução, ainda que parcial, sem a devida autorização da *Revista*.
- f. O artigo não deve estar sendo encaminhado simultaneamente para outra publicação sem o conhecimento explícito e confirmação por escrito do editor. Violações a essa regra, que impliquem em ações legais, serão de responsabilidade exclusiva do autor.
- g. Os conceitos emitidos são da inteira responsabilidade do autor.

2. Os originais deverão obedecer às seguintes exigências mínimas:

- a. Serão entregues, em dois disquetes (uma cópia de segurança). Os arquivos devem ser gerados no *Word for Windows* com a identificação do autor e título do trabalho. Devem ser remetidos à Editoria da *Revista*, cujo endereço é o da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre – Rua General Andrade Neves, 14, 8º andar, conj. 802A – 90010-210 - Porto Alegre - RS, ou por e-mail para revista@sppa.org.br
- b. O artigo deverá adequar-se às dimensões deste tipo de publicação. Sugere-se que, sem comprometer a clareza do texto, sua extensão não ultrapasse 11.000





palavras. Tabelas, gráficos, desenhos e outras ilustrações devem estar inseridas no texto sem prejuízo da qualidade das imagens. O conteúdo total de ilustrações não deverá exceder $\frac{1}{4}$ do espaço ocupado pelo artigo. Custos adicionais com ilustrações ficarão ao encargo do autor, que será previamente informado. Também é de responsabilidade do autor obter autorização para ilustrações, quando exigido.

- c. Os trabalhos deverão conter, em sua estrutura, título, resumo e palavras-chaves nos três idiomas, português, inglês e espanhol, e referências bibliográficas. A forma de apresentação da discussão dos conteúdos ficará a critério do autor.
- d. O resumo deverá ter no máximo 200 palavras e ser capaz de comunicar os pontos principais.
- e. O nome do autor e sua cidade deve constar no canto esquerdo logo abaixo do título. A titulação do autor deverá estar em nota de rodapé na primeira página.
- f. O endereço do autor, incluindo e-mail, deverá ser mencionado após as referências bibliográficas.

3. Referências bibliográficas:

Ao longo do texto as referências serão apresentadas citando o nome do autor seguido do ano de publicação entre parênteses como, por exemplo, Freud (1918) ou (Freud, 1918). Se dois co-autores são citados, os dois nomes deverão ser mencionados, por exemplo, Marty; de M'Uzan (1963) ou (Marty; de M'Uzan, 1963). Se houver mais de dois autores, a referência no texto indicará o primeiro, por exemplo, Rodrigues et al. (1983) ou (Rodrigues et al., 1983).

Citações literais deverão ser colocadas entre aspas. Além da revisão cuidadosa quanto à sua fidedignidade, deve ser indicado o número da página de onde foram retiradas. As inserções que forem feitas no texto original serão indicadas dentro de parênteses como, por exemplo, "ele (Freud) sugeriu que...". Grifos no original deverão ser assinalados. Ênfase adicional, no texto, também será indicada, acrescentando-se "grifos meus", entre parênteses, no final da citação. Usar reticências para indicar omissões no texto citado, por exemplo, "considerou-se... que assim foi o caso".

A lista de referências bibliográficas deverá incluir apenas as obras citadas no texto. Os autores serão mencionados em ordem alfabética e suas obras pela ordem cronológica da primeira publicação. Se várias obras citadas de um mesmo autor foram publicadas no mesmo ano, deve-se acrescentar à data de publicação as letras a, b, c, etc.





Quando um autor é referido individualmente e também como co-autor, serão listadas antes as obras em que ele é o único autor, seguidas das publicações em que ele é co-autor.

Os nomes dos autores não serão repetidos, mas indicados por um traço.

Os dados referenciados terão a seguinte ordenação:

a) Artigos publicados em revistas ou periódicos:

Autor. (ano da publicação entre parênteses). Título do artigo. Nome da revista ou periódico em itálico (por extenso ou abreviado). Volume, número, páginas (inicial e final).

Exemplo:

OGDEN, T.H. (1985). On potential space. *Int. J. Psycho-anal.* v. 66, n. 2, p.129-141.

b) Livros:

No caso de um só autor e mesma data:

Autor. (ano da primeira publicação entre parênteses). Título do livro em itálico. Local de publicação (cidade): editora, ano da edição.

Exemplo:

BION, W. R. (1961). *Experiências com grupos*. Rio de Janeiro: Imago, 1970.

No caso de coletânea de vários autores ou de um só autor com publicações em diferentes datas:

Autor. (Ano da primeira publicação entre parênteses). Título do capítulo ou artigo seguido de ponto e da expressão In: Nome do autor ou editor. Título do livro em itálico. Local de publicação (cidade): editora, ano da edição, páginas (inicial e final).

Exemplos:

ROSENFELD, H. (1971). Uma abordagem clínica para a teoria psicanalítica das pulsões de vida e de morte: uma investigação dos aspectos agressivos do narcisismo. In: SPILLIUS, E. B. (editor) *Melanie Klein hoje*. Rio de Janeiro: Imago, 1990, 17-29.

ROSENFELD, H. (1950). Nota a respeito da psicopatologia dos estados confusionais nas esquizofrenias crônicas. In: _____. *Os estados psicóticos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968, 62-74.





Normas gerais de publicação de trabalhos

No caso de texto constante de coleção de obras completas do autor:

Autor. (Ano da primeira publicação entre parênteses). Título do texto. In: Nome da coleção em itálico (por extenso ou abreviado). Volume. Local da publicação: Editora, data da edição, páginas (inicial e final).

Exemplos:

FREUD, S. (1905). Fragmento da análise de um caso de histeria. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. v. 7. Rio de Janeiro: Imago, 1972, 1-119.

FREUD, S. (1905). Três ensayos de teoría sexual. In: *Obras completas*. v. 7. Buenos Aires: Amorrortu, 1988, 109-224.

KLEIN, M. (1946). Notas sobre alguns mecanismos esquizóides. In: *Obras Completas*. v. 3, Rio de Janeiro: Imago, 1991, 17-43.

c) Monografias, teses, dissertações:

Autor. (Ano da publicação ou apresentação entre parênteses). Título em itálico. Local: nome da universidade ou instituição. Indicação de monografia, tese ou dissertação.

Exemplo:

LEVY, R. (2000). *Do símbolo à simbolização: uma revisão da evolução teórica e suas repercussões sobre a técnica psicanalítica*. Porto Alegre: Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre. Monografia.

4) Procedimentos de avaliação

Todo trabalho entregue para publicação é numerado e distribuído anonimamente em todas as suas etapas. É avaliado através de critérios padronizados por, pelo menos, três membros do Conselho de Revisores ou do Conselho Consultivo da Revista de Psicanálise da SPPA. Da mesma forma, o nome dos avaliadores é mantido em sigilo.

Uma vez aprovado pelo Conselho Editorial, a decisão final quanto à data de sua publicação dependerá do programa editorial estabelecido.





Revista de Psicanálise

da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre

Pedidos de assinatura:

Encaminhar este cupom para a secretaria da

Revista de Psicanálise da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre

Rua Gen. Andrade Neves, 14 conj. 802

90010-210 – Porto Alegre-RS

Fone (0xx51) 3228-7583 – Fone/Fax (0xx51) 3224-3340

E-mail: revista@sppa.org.br

Valor da assinatura anual (3 números): R\$ 75,00

Valor de número avulso: R\$ 28,00

Promoção especial por tempo limitado:

Coleção completa (24 números): R\$ 240,00 (4 X R\$ 60,00)

Número avulso antigo: R\$ 15,00

Nome

Endereço

CEP..... Cidade

Fone..... E-mail:

(Cheque cruzado, nominal à Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre ou, se o preferir, solicite o envio de um DOC para pagamento bancário).

